

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTABILIDADE E FINANÇAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O SEGMENTO IMPORTA? ESTUDO COMPARATIVO DO ATENDIMENTO AOS
PADRÕES DE RELATO DA *GLOBAL REPORT INITIATIVE* PELOS RELATÓRIOS
DE DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL DAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA
ELÉTRICA BRASILEIRAS.

LUIZ CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO

CURITIBA

2016

LUIZ CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO

**O SEGMENTO IMPORTA? ESTUDO COMPARATIVO DO ATENDIMENTO AOS
PADRÕES DE RELATO DA *GLOBAL REPORT INITIATIVE* PELOS RELATÓRIOS
DE DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL DAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA
ELÉTRICA BRASILEIRAS.**

CURITIBA

2016

LUIZ CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO

**O SEGMENTO IMPORTA? ESTUDO COMPARATIVO DO ATENDIMENTO AOS
PADRÕES DE RELATO DA *GLOBAL REPORT INITIATIVE* PELOS RELATÓRIOS
DE DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL DAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA
ELÉTRICA BRASILEIRAS.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-
Graduação em Contabilidade – Área de Concentração
Contabilidade e Finanças, do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Panhoca.

CURITIBA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Carvalho, Luiz Carlos Augusto de

O segmento importa? estudo comparativo do atendimento aos padrões de relato da *Global Report Initiative* pelos relatórios de desempenho socioambiental das concessionárias de energia elétrica brasileiras / Luiz Carlos Augusto de Carvalho . - 2016.

135 f.

Orientador: Luiz Panhoca.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Defesa: Curitiba, 2016.

1. Energia elétrica - Aspectos econômicos. 2. Sustentabilidade. 3. Energia elétrica - Relatórios. 4. Gestão ambiental. 5. Contabilidade . I. Panhoca, Luiz, 1951-. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. III. Título.

CDD 657.3

TERMO DE APROVAÇÃO

"O SEGMENTO IMPORTA? ESTUDO COMPARATIVO DO ATENDIMENTO DOS PADRÕES DE RELATO DA GLOBAL REPORT INITIATIVE PELOS RELATÓRIOS DE DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL DAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRAS"

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE **MESTRE EM CONTABILIDADE** (ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTABILIDADE E FINANÇAS), E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.



PROF. DR. ROMUALDO DOUGLAS COLAUTO
COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CONTABILIDADE

APRESENTADA À COMISSÃO EXAMINADORA INTEGRADA PELOS PROFESSORES:



PROF. DR. LUIZ PANOCA
PRESIDENTE



PROF.ª DR.ª MAYLA CRISTINA COSTA
MEMBRO



PROF. DR. UBIRATÃ TORTATO
MEMBRO

Dedico essa dissertação à minha querida mãe, Mirtes de Oliveira Silva, a qual sempre acreditou em mim e me deu o apoio necessário.

Também dedico à minha família que sempre me foram um *porto seguro* nos momentos de dificuldades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Senhor Jesus Cristo, o único salvador da humanidade, pelo imenso amor demonstrado pela minha vida ao morrer na cruz do calvário pelos meus pecados. Como está escrito, “Porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas”.

À minha família, em especial a minha querida mãe pela coragem de criar três filhos sozinha e com poucas condições financeiras, porém, como muito amor. De igual modo, ao “professor” Ivan e a “tia” Marly por terem sido meus pais do coração, pela educação e pelos ensinamentos que carregarei durante a vida. À minha amada esposa, Juliana Aguiar, que chegou no momento certo para completar minha vida. Te amo, minha princesa! Aos meus irmãos, os quais mesmo de tão longe, apostaram em minha pessoa.

Aos mestres principais: meu orientador professor Dr. Luiz Panhoca, pela ajuda e conselhos para elaboração desse trabalho; a professora Dr.^a Márcia Bortolucci Espejo, a qual muito me incentivou a cursar o mestrado mesmo sabendo das minhas limitações.

Aos professores do PPGCONT da UFPR, em especial, ao Prof. Dr. Romualdo Colauto, Prof. Dr. Blênio Peixe e Prof.^a Dr.^a Mayla Costa. De igual modo, aos professores Dr. Ubiratã Tortato e Dr.^a Mayla Costa por aceitarem o convite para participação da minha banca, pelas críticas, sugestões e reflexões que com certeza enriqueceram esse estudo.

Aos meus colegas do PPGCONT, em especial, a Adriana, Alcido, Aline, Celso, Daine, Dorival, Edicreia, Franciele, Guilherme, Luciano, Helena, Mirella, Vinícius, Neusa, Suellem e Stella pelos momentos de estudo, descontração, pelos seminários e, principalmente, pela amizade. Também ao meu grande amigo Cláudio Marcelo pela ajuda com os métodos quantitativos e pela parceria ao longo do curso.

De igual modo, registro meu agradecimento aos servidores da UFPR, Márcio Rogério de Souza, Camila Campos Machnik e Camila Ricari Menon, pela contínua dedicação e ajuda nas questões administrativas ao longo do curso.

Ao Engenheiro Franklin Kelly Miguel pela liberação para cursar o mestrado e por acreditar que as pessoas são responsáveis pelo seu próprio futuro. Aos colegas de trabalho da Companhia Paranaense de Energia pela amizade e pelos conselhos sobre o setor elétrico, em especial, ao Wilson Koprik o qual me ensinou bastante.

RESUMO

O crescimento da importância de questões socioambientais aumentou a necessidade de as organizações comunicarem aos seus *stakeholders*, de forma consistente e confiável, suas ações relacionadas ao comprometimento destas com aquelas questões. Quando relacionadas às questões socioambientais, essas necessidades podem ser supridas pelas informações da contabilidade por meio de Relatórios de Desempenho Socioambiental (RDS). No entanto, existem algumas dificuldades relacionadas à elaboração desses relatórios, podendo-se destacar a não obrigatoriedade de apresentação e a falta de padronização. Uma tentativa para o equacionamento dessas dificuldades tem sido proposta pela *Global Report Initiative* (GRI), por meio do seu modelo padronizado de relatório de sustentabilidade, o qual é o mais aceito atualmente. Entretanto, pesquisas anteriores identificaram que as organizações que adotam o relatório proposto pela entidade não o cumprem na íntegra. Dessa forma, pode-se concluir que a Teoria da Contabilidade não está sendo atendida quanto ao seu Enfoque Ético, o qual preconiza que as informações produzidas devem ser fidedignas e isentas de vieses. Com base nisso, e considerando que no Setor Elétrico Brasileiro (SEB) existe a obrigatoriedade de apresentação de um relatório padronizado baseado nos padrões da *Global Report Initiative*, a presente investigação teve o propósito de descrever como as concessionárias do setor elétrico em seus RDS, referentes ao ano de 2014, atenderam aos padrões da GRI. A análise de dados consistiu da coleta e verificação de 80 relatórios publicados em 2014 pelas concessionárias. Utilizou-se a técnica de análise do conteúdo de 33 indicadores referentes aos Conteúdos Padrão Gerais propostos pela GRI, tendo sido aplicado o teste Kruskal-Wallis para identificar diferenças entre os segmentos. Foi verificado que o segmento de geração (84,5%) foi o que mais atendeu às Diretrizes GRI, seguido pela distribuição (74,7%) e transmissão (63,9%). Adicionalmente, o teste Kruskal-Wallis revelou que as diferenças encontradas entre os índices são significantes sob o ponto de vista estatístico. Constatou-se que o fator segmento da indústria pode influenciar a qualidade da divulgação socioambiental. Também foi verificado que a ANEEL, a agência que regula o setor, falha em fiscalizar as concessionárias e que a Teoria da Contabilidade não está sendo atendida quanto ao seu Enfoque Ético devido às deficiências encontradas quanto ao conteúdo dos relatórios.

Palavras-chave: Setor elétrico. Sustentabilidade. Gestão Ambiental. GRI.

ABSTRACT

The growing importance of environmental issues has also increased the need for organizations to communicate consistently and reliably their actions to stakeholders, given that these somehow contribute to the success of these. When related to environmental issues, these needs can be met by accounting information through sustainability report. However, there are some difficulties related to the preparation of reports, being able to highlight not obligatory presentation and lack of standardization. An attempt for solving these problems has been proposed by the Global Reporting Initiative (GRI), and its report template the most currently accepted. However, previous research has found that companies that adopt the report proposed by the entity did not comply in full. Thus, it can be concluded that the Accounting Theory is not being met as to its Ethical Approach, which holds that the information produced should be reliable and free from bias. In this basis, and considering that the Brazilian Electric Sector there is a requirement to present this document, the present study aimed to describe how the power sector utilities in their report, for the year 2014 met the standards GRI. Data analysis is the collection and analysis of 80 reports published in 2014 by the companies. It was used the technique of analyzing the content of 33 indicators for the proposed by the GRI and applied the Kruskal-Wallis test to identify differences between segments. It was found that the generators (84.5%) was the most met the guidelines GRI, followed by distribution (74.7%) and transmission (63.9%). In addition, the Kruskal-Wallis test showed that the differences between the indices are significant from a statistical point of view. It was found that the industry segment factor can influence the quality of environmental disclosure. It was also found that ANEEL failure to supervise utilities and the Accounting Theory is not being met as to its Ethical Approach due to deficiencies in the contents of the reports.

Keywords: Electric Sector. Sustainability. Environmental management. GRI.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – CONCESSIONÁRIAS DO SEB	78
TABELA 02 – RESUMO DOS RELATÓRIOS COLETADOS	85
TABELA 03 – RESULTADO DOS ÍNDICES ENCONTRADOS	91
TABELA 04 – ÍNDICE GERAL DE ATENDIMENTO POR SEGMENTO	98
TABELA 05 – RESUMO DESCRITIVO DOS DADOS	99
TABELA 06 – RESULTADO DOS TESTES DE NORMALIDADE	100
TABELA 07 – RESULTADO DO TESTE KRUSKAL-WALLIS	100
TABELA 08 – RESULTADO DO TESTE DE COMPARAÇÃO MÚLTIPLA	100
TABELA 09 – RESULTADO DOS FATORES COMPARADOS	101

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - EVENTOS DA SUSTENTABILIDADE NO SÉCULO XX	34
QUADRO 02 – COMPOSIÇÃO DA 11ª CARTEIRA DO ISE.....	37
QUADRO 03 – PROCESSO CONTÁBIL APLICADO À SUSTENTABILIDADE... 43	
QUADRO 04 – INDICADORES PARA CONCESSIONÁRIAS	46
QUADRO 05 – ABORDAGENS PARA ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RDS 49	
QUADRO 06 – VISÃO, MISSÃO E CRENÇAS DA GRI.....	50
QUADRO 07 – CONTEÚDOS PADRÃO DAS DIRETRIZES GRI.....	53
QUADRO 08 – FASES HISTÓRICAS DO SEB.....	55
QUADRO 09 – EXEMPLOS DE CONCESSIONÁRIAS PRIVATIZADAS	61
QUADRO 10 – TRANSIÇÃO PARA O NOVO MODELO	63
QUADRO 11 – CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	77
QUADRO 12 – PORTE DAS EMPRESAS CONFORME BNDES	78
QUADRO 13 – CONTEÚDO PADRÃO UTILIZADO PARA ANÁLISE.....	80
QUADRO 14 – HIPÓTESE PARA TESTE	82

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – RELAÇÕES ENTRE PRODUÇÃO E MEIO AMBIENTE.....	30
FIGURA 02 – O <i>TRIPLE BOTTOM LINE</i>	32
FIGURA 03 – DOCUMENTOS RELEVANTES PARA A SUSTENTABILIDADE..	35
FIGURA 04 - DIFERENÇAS ENTRE AS DOUTRINAS DE RSE.	39
FIGURA 05 - PIRÂMIDE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL...	41
FIGURA 06 – DIRETRIZES DA GRI E RELATÓRIOS PUBLICADOS.....	51
FIGURA 07 – MODELO DO SEB APÓS A ESTATIZAÇÃO.....	59
FIGURA 08 – ESTRUTURAS DE MERCADO DO SEB PÓS REFORMAS	62
FIGURA 09 – ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO SEB PÓS REFORMAS	64
FIGURA 10 – PARTES INTERESSADAS E GRUPOS DE PRESSÃO DO SEB .	66
FIGURA 11 – CICLOS DA REGULAMENTAÇÃO DO RDS NO SEB	68
FIGURA 12 – DESENHO DA PESQUISA.....	83

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – PORTE DAS CONCESSIONÁRIAS.....	86
GRÁFICO 02 – COMPARATIVO QUANTO AO CONTROLE ACIONÁRIO	87
GRÁFICO 03 – COMPARATIVO QUANTO A LISTAGEM EM BOLSA.....	89
GRÁFICO 04 – COMPARATIVO QUANTO AO TEMPO DE EXISTÊNCIA	90
GRÁFICO 05 – COMPARATIVO ENTRE O SEB E SEUS SEGMENTOS.....	93
GRÁFICO 06 – COMPARATIVO ENTRE O SEB E GERADORAS	94
GRÁFICO 07 – COMPARATIVO ENTRE O SEB E TRANSMISSORAS	95
GRÁFICO 08 – COMPARATIVO ENTRE O SEB E DISTRIBUIDORAS.....	96
GRÁFICO 09 – COMPARATIVO DO USO DE VERIFICAÇÃO EXTERNA	97
GRÁFICO 10 – COMPARATIVO VIA GRÁFICO BOX PLOT.....	99

LISTA DE SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CESP	Companhia Energética de São Paulo
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIEFSE	Central de Informações Econômico-Financeiras do Setor Elétrico
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras
GRI	<i>Global Report Initiative</i>
MCSE	Manual de Contabilidade do Setor Elétrico
MCSPE	Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PIE	Produtor Independente de Energia
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RDS	Relatório de Desempenho Socioambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RE-SEB	Projeto de Restruturação do Setor Elétrico Brasileiro
RSE	Reponsabilidade Social Empresarial
REVISE	Revisão Institucional do Setor Elétrico
SEB	Setor Elétrico Brasileiro
SPE	Sociedades de Propósito Específico
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	17
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO	21
1.3	OBJETIVOS	24
1.3.1	Objetivo Geral	24
1.3.2	Objetivos Específicos	24
1.4	DELIMITAÇÕES DO ESTUDO	25
1.5	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	25
1.6	ESTRUTURA DO TRABALHO	27
2	REFERENCIAL TEÓRICO	28
2.1	EMPRESAS E SOCIEDADE	28
2.1.1	A sustentabilidade e seus reflexos sobre as organizações	29
2.1.2	Responsabilidade Social Empresarial: empresas e a sociedade	38
2.2	CONTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE	43
2.2.1	Contabilidade Socioambiental	43
2.2.2	Relatório de Desempenho Socioambiental	47
2.2.3	Visão geral da <i>Global Report Initiative</i> (GRI) e suas Diretrizes	50
2.3	O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (SEB)	54
2.3.1	O surgimento do SEB	55
2.3.2	Contexto Recente do SEB: o novo modelo	60
2.3.3	Contabilidade Regulatória: Informação Socioambiental no SEB	65
2.4	ESTUDOS RECENTES	70
2.4.1	Estudos nacionais	70
2.4.2	Estudos internacionais	75
3	METODOLOGIA	77
3.1	TIPOLOGIA DA PESQUISA	77
3.2	COLETA E CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS	77
3.3	MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS	79
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	84
4.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	84
4.1.1	Descritiva	84
4.1.2	Comparativa	91

4.1.3 Quantitativa	98
4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
5.1 QUANTO AO ALCANCE DOS OBJETIVOS	106
5.2 DAS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA.....	107
5.3 LIMITAÇÕES DO TRABALHO	111
5.4 SUGESTÃO PARA FUTURAS PESQUISAS	112
REFERÊNCIAS.....	113
GLOSSÁRIO.....	125
APÊNDICE 1 – DOCUMENTOS IMPORTANTES PARA SUSTENTABILIDADE.....	129
APÊNDICE 2 - EMPRESAS CUJOS RELATÓRIOS FORAM ANALISADOS	130
ANEXO 1 – INVESTIMENTOS NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO.....	133
ANEXO 2 – RESOLUÇÃO ANEEL Nº 444/2001	134
ANEXO 3 – DESPACHO ANEEL Nº 3.034/2006	135

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Durante a maior parte do século passado, a geração de impactos socioambientais provocados pela atividade empresarial ocupou papel secundário nas discussões estratégicas das organizações. Entretanto, nas últimas décadas, as organizações têm alterado suas posturas quanto às decisões sobre o impacto de suas atividades no ecossistema, quer por pressões político-sociais ou mesmo por interesses estratégicos, mudando o foco de obtenção pura e simples de lucros adotado inicialmente, para uma visão onde busca-se a valorização do relacionamento com a sociedade e a sustentabilidade dos negócios. (FERREIRA, 1995; VAN BELLEN, 2004; COSTA, MARION, 2007; VELANI, RIBEIRO, 2009; SOUZA, COSTA, 2012).

Atualmente, no contexto globalizado e competitivo dos mercados, onde a existência de empresas que desrespeitam o meio ambiente não é bem vista pela sociedade, as organizações, antes de instalar uma nova fábrica ou lançar um novo produto, passaram a levar em consideração os impactos socioambientais associados. Esses se tornaram determinantes no desenvolvimento de novas tecnologias e processos fazendo com que aquelas invistam recursos e tempo em ações relativas à gestão socioambiental. (CAGNIN, 2000; COSTA, MARION, 2007).

Nesse cenário, de acordo com Van Bellen (2004), começou a ocorrer uma reavaliação crítica das relações entre o processo produtivo das sociedades modernas e o seu meio natural, o que acarretou no surgimento de intensos debates sobre a necessidade de um desenvolvimento que fosse sustentável, por meio do alcance de um equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social (ANZILAGO, 2015). Dessa maneira, os problemas causados pelas atividades humanas levaram a sociedade, academia e organismos internacionais a reflexões sobre as relações entre o crescimento econômico e os impactos socioambientais, resultando no surgimento do conceito de sustentabilidade (VAN BELLEN, 2004). Segundo Elkington (2012, p. 52), a sustentabilidade pode ser definida como “o princípio que assegura que nossas ações de hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as futuras gerações”. Assim, no século XXI, com magnitude muito maior que o movimento da qualidade representou para as empresas na década de

1990, a sustentabilidade representa um modelo a ser adotado não apenas por alguns setores das organizações, mas que deve englobá-la por completo. (VAN BELLEN, 2004; AMATO NETO, 2011; LOZANO, 2013).

Dessa forma, considerando o ambiente de negócios atuais, as organizações devem implementar políticas e práticas de responsabilidade empresarial tendo como alvo a sustentabilidade no longo prazo, mantendo um bom relacionamento com todas as partes interessadas (OLIVEIRA et al., 2006). Esse alinhamento *empresa - stakeholders* torna-se essencial devido a possibilidade de que grupos insatisfeitos com as ações e políticas da empresa possam boicotá-la por meio de mecanismos de mercado, por exemplo, não adquirindo os produtos e serviços ofertados (COCHRAN, 2007). Nesse sentido, Almeida (2007, p. 94) afirma que a “credibilidade das empresas está atrelada ao grau de responsabilidade que assumem diante dos problemas que afligem o mundo”.

Com base nisso, Tinoco e Kraemer (2004) asseguram que as empresas passaram a incorporar as suas metas, além da obtenção normal de lucros, práticas voltadas para a preservação ambiental e bem-estar da população. O crescimento da importância de questões socioambientais também aumentou a necessidade das organizações comunicarem de forma consistente e confiável suas ações às partes interessadas, haja vista que essas de alguma maneira contribuem para o sucesso destas (ALMEIDA, 2006; HAHN; KÜHNEN, 2013). Soma-se a isso, o fato de que os investidores estão cada vez mais atentos ao comportamento das empresas, devido às pressões que essas sofrem e que podem, eventualmente, impactar o retorno dos investimentos. (RIBEIRO, 2006).

As necessidades desses *stakeholders* podem ser supridas por meio das informações fornecidas pela contabilidade, pois essa tem por objetivo mensurar e comunicar todos eventos que possam alterar o patrimônio da entidade (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006). No caso das informações de natureza socioambiental, essas necessidades podem ser supridas pela divulgação de relatórios de sustentabilidade, os quais podem se apresentar sob diversas denominações, como Balanço Social, Relatório Socioambiental, Relatório Anual, Relatório de Responsabilidade Empresarial, dentre outros (ROCA; SEARCY, 2012; MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2012). Entretanto, na presente investigação, será adotado o termo Relatório de Desempenho Socioambiental (RDS) para designação desse tipo de documento e suas variações. Um RDS é um relatório publicado por uma organização

sobre as alterações econômicas, ambientais e sociais causadas por suas atividades cotidianas, também abrangendo os esforços da mesma com relação à diminuição dos impactos gerados, constituindo-se em um canal de informação entre empresa e sociedade (SIQUEIRA; FERNANDES, 2011; CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2010; HAHN; KÜHNEN, 2013; GRI, 2015). Conforme Lozano (2006), um RDS possui dois propósitos básicos: avaliar o estado atual do progresso de uma organização para a sustentabilidade e comunicar aos *stakeholders* os esforços e os avanços nas dimensões econômica, ambiental e social. Assim, com o aumento gradativo das pressões sociais sobre estas, desde os anos 90, vem aumentando consideravelmente o número de empresas que voluntariamente elaboram RDS. (COMYNS et al., 2013).

Essa circunstância é motivada pelo fato do RDS apresentar-se como um importante canal de prestação de contas entre empresa e sociedade (SIQUEIRA; FERNANDES, 2011), haja vista que por meio desse documento aquelas podem divulgar informações sobre suas interações com a comunidade interna e externa, práticas de responsabilidade empresarial, preocupação ambiental e aspectos redistributivos da atividade econômica. (SIQUEIRA; FERNANDES, 2011).

Em contrapartida, existem algumas dificuldades relacionadas à elaboração de RDS, as quais podem atrapalhar a obtenção de informações pelas partes interessadas, podendo-se destacar a não obrigatoriedade de apresentação, a qual impede o efetivo acompanhamento de todas as entidades pela sociedade, e a falta de padronização dos relatórios, a qual impossibilita a comparação entre as organizações. (DIAS, 2006; COSTA; MARION, 2007; SIQUEIRA; FERNANDES, 2011).

Tal fato tende a ser diferente no Setor Elétrico Brasileiro (SEB), setor da indústria responsável pela geração e fornecimento de energia elétrica para o Brasil, porque Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), agência reguladora desse setor, instituiu a obrigatoriedade de apresentação de um RDS mínimo pelas concessionárias, baseado no modelo sugerido pela *Global Report Initiative* (GRI), organização internacional voltada ao estabelecimento de padrões de relatório de sustentabilidade. Também é aceita a apresentação do RDS integralmente no modelo da GRI, desde que não deixem de contemplar informações características do SEB. A GRI, uma organização sem fins lucrativos sediada em Amsterdam na Holanda, foi fundada em Boston em 1997, tendo suas origens no Instituto Tellus, na *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e no *United Nations Environment Programme* (UNEP). Desde de 2000, a GRI vem divulgando as **Diretrizes para**

Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade ou, simplesmente, **Diretrizes GRI**. (ALMEIDA, 2006; MOREIRA, 2012; MILNER; GRAY, 2013; CAMPOS JUNIOR; KASSAI, 2014; GRI, 2015).

Considerando isso, as concessionárias do SEB, por possuírem desde 2002 uma obrigação regulatória de elaboração de um RDS padronizado, além do Balanço Social no modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), apresentam-se como um rol de empresas propícias para estudos sobre a eficácia da prestação de contas referente a informações de natureza socioambiental. Conforme Almeida (2006), a obrigatoriedade de apresentação do RDS no SEB deve fazer com que as informações sejam fornecidas de forma transparente, possibilitando uma comparação entre as empresas, bem como uma análise do desempenho socioambiental da concessionária (ALMEIDA, 2006; CALIXTO, BARBOSA, LIMA, 2007; MURCIA, SANTOS, 2009; ROVER, 2013), apesar de existirem evidências contrárias. (MOARES; GONÇALVES; NIYAMA, 2015).

Três outros fatores tornam o SEB um campo importante para estudos sobre divulgação de informações socioambientais. O primeiro é a sua relevância para a economia nacional devido à quantidade de recursos financeiros que movimenta. Para exemplificar, dados do setor em 2014 divulgados pela ANEEL, revelam que as concessionárias de energia elétrica brasileiras forneceram energia para 72 milhões de unidades consumidoras em todas as regiões do território brasileiro, as quais geraram uma receita de R\$ 95.368.593.165,50 para as 63 distribuidoras de energia elétrica. Em contrapartida, somente o segmento de distribuição investiu, em 2015, aproximadamente 12,3 bilhões de reais (ANEXO 1) (ABRADEE, 2016). Ademais, as geradoras de energia repassaram aos municípios afetados pelas usinas hidrelétricas o valor de R\$ 2.259.257.793,96 em compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos e *royalties*. (DAVID, 2013; ANEEL, 2014).

O segundo está relacionado ao potencial de impacto socioambiental oriundo das atividades no âmbito desta indústria. (MARTINI JUNIOR; SILVA; MATTOS, 2014). De acordo com a Lei 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, as atividades de produção de energia elétrica são consideradas potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, inclusive, necessitando quando da instalação de seus empreendimentos essas devem apresentar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para obtenção do licenciamento pelos órgãos competentes. (BRASIL, 1981; MMA, 1986).

Por fim, conforme afirmam Campos Junior e Kassai (2014), a energia elétrica é fundamental para a realização das atividades humanas, assim como para o desenvolvimento do país, tendo em conta que essa é essencial para o funcionamento das atividades produtivas.

Adicionalmente, o documento *The future we want*, relatório final da Rio + 20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012 na cidade do Rio de Janeiro, ressalta que o setor de energia desempenha um papel crítico para o processo de desenvolvimento sustentável (ONU, 2012). Portanto, faz-se necessário a realização de estudos que venham levantar as contribuições desse setor para este propósito.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

De acordo com Múrcia et al. (2008), Moreira (2012) e Gubiani, Santos, Beuren (2012), no Brasil, as empresas não são obrigadas a divulgar informações de natureza socioambiental, haja vista que esse tipo de informação ainda necessita de um modelo normatizado que permita a comparabilidade entre as empresas. Semelhantemente, não existe a obrigatoriedade de apresentação de RDS, com exceção das empresas do SEB por força da regulamentação imposta pela ANEEL. A apresentação de informações do gênero já foi objeto de regulamentação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o qual editou a Resolução 1.003/2004 que aprova a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, porém, sem conferir o caráter obrigatório à evidenciação das informações. Segundo a resolução (CFC, 2004):

15.1.3 - A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, **quando elaborada** [grifo nosso] deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 - A demonstração referida no item anterior, **quando divulgada** [grifo nosso], deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas. (CFC, 2004).

Pela redação da Resolução 1.003/2004 percebe-se o caráter discricionário da evidenciação de tais informações. De igual modo, apesar da Lei 11.638/2007 ter instituído a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para as empresas de capital aberto, o que de certo modo caracterizou-se um avanço, essa não normatizou nem a

obrigação de evidenciar informações socioambientais, nem o padrão de relatório a ser adotado. Com base nisso, pode-se concluir que, no Brasil, as empresas em geral não possuem obrigação de apresentar informações de natureza socioambiental. No âmbito internacional, essa obrigatoriedade existe em alguns países como Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Noruega e Portugal. (NOSSA, 2002; RIBEIRO, 2006).

Por outro lado, muitas empresas realizam divulgação voluntária de informações socioambientais às partes interessadas com base em modelos próprios ou sugeridos por alguma organização especializada. Entretanto, para Almeida (2006, p. 148), esse fato representa um problema porque “o emaranhado de códigos, estruturas e normas, em alguns casos até conflitantes entre si, nem sempre facilita a escolha da maneira de abrir as informações à sociedade”.

Tentando reduzir essa problemática da **uniformização dos relatórios** algumas organizações nacionais e internacionais vêm desenvolvendo modelos de divulgação que possibilitem uma melhor evidenciação dos impactos socioambientais provocados pelas atividades empresarias. No entanto, todos os modelos desenvolvidos são de livre utilização por parte das organizações, o que, por fim, acaba gerando dificuldades relacionadas a **comparabilidade dos resultados**. (COSTA, MARION, 2007).

Todavia, a obrigatoriedade de apresentação do RDS no setor elétrico por força da Resolução ANEEL 444/2001, a qual instituiu o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (ANEEL, 2001; ALMEIDA, 2006; OLIVEIRA, 2008; CAMPOS JUNIOR; KASSAI, 2014), deve fazer com que as informações sejam fornecidas de forma transparente, possibilitando uma comparação entre as empresas, bem como uma análise do desempenho socioambiental da concessionária (ALMEIDA, 2006). Além disso, o modelo de RDS estabelecido pela ANEEL considera as diretrizes estabelecidas pela GRI desde o ano de 2006. (ANEEL, 2006).

Vale ressaltar que, atualmente, as diretrizes de divulgação propostas pela GRI são consideradas referências em nível global (LOZANO, 2006; ALMEIDA, 2007; BROWN; JONG; LEVY, 2009; LOZANO; HUISINGH, 2011; JOSEPH, 2012; CAMPOS JUNIOR; KASSAI, 2014; ANZILAGO, 2015). A aplicação do padrão definido pela GRI permite a visualização do comportamento socioambiental da organização, e, assim, possibilita uma avaliação do grau de sustentabilidade alcançado pela mesma (ANZILAGO, 2015). Nesse sentido, Almeida (2006, p. 139) afirma que “as diretrizes

da GRI facilitam o relacionamento das empresas com as novas exigências das Bolsas de Valores e as transformações na legislação de governança corporativa e ambiental”.

Em 2013, a GRI lançou a versão G.4 das Diretrizes, evolução da versão G3.1, as quais foram desenvolvidas por meio de um processo bastante abrangente. A formatação dessa envolveu vários profissionais e usuários de todo o mundo (GRI, 2013). Esse processo de atualização também alcançou o SEB porque, por meio da Resolução ANEEL 605/2014, essa versão também foi incorporada ao padrão de RDS do setor, na medida em que a ANEEL aceitou apresentação do relatório socioambiental pelas concessionárias nas versões G3.1 e G4 das Diretrizes. (GRI, 2013; ANEEL, 2014).

A união da obrigatoriedade de apresentação, uniformização e adoção de padrões elevados de divulgação no SEB deveriam proporcionar uma maior transparência e melhor qualidade na divulgação socioambiental das concessionárias. Porém, estudos anteriores, como os de Almeida (2006), Castro (2008) e Campos Junior e Kassai (2014), têm revelado que as concessonárias do setor, mesmo aquelas que adotam o padrão GRI, não vem reportando de maneira adequada suas ações socioambientais.

Esses fatos sugerem que a Teoria da Contabilidade não está sendo atendida com relação ao seu **Enfoque Ético** (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005). Isso porque as informações de natureza socioambiental divulgadas por meio de um RDS devem ser isentas de vieses. Além disso, estas têm de ser neutras, isto é, não devem servir para promover um *greenwashing*, ou lavagem verde, na imagem da empresa (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012; MARTINI JUNIOR; SILVA; MATTOS, 2014).

Dessa maneira, conforme Iudícibus, Martins e Carvalho (2005, p. 14), “a contabilidade não pode ser imoral ou privilegiar, em prejuízo de outros, certos *stakeholders*”. Finalmente, como as informações contábeis podem ratificar ou alterar a opinião dos *stakeholders* sobre as atividades das concessionárias, essas precisam ser fidedignas. (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005; YAMAMOTO; SALOTTI, 2006; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012).

Assim, considerando o contexto ora apresentado (dificuldades existentes quanto à elaboração de RDS, a obrigatoriedade de apresentação desse relatório pelas concessionárias do SEB, o fato das Diretrizes da GRI serem referências para elaboração de RDS) e os resultados encontrados por pesquisas anteriores sobre a

aderência aos padrões da GRI, surge a seguinte inquietação de pesquisa: **De que maneira as concessionárias do setor elétrico brasileiro, em seus Relatórios de Desempenho Socioambiental, referentes ao ano de 2014, atenderam as Diretrizes da *Global Report Initiative (GRI)*?**

1.3 OBJETIVOS

Nessa seção são apresentados o objetivo geral e os específicos da presente pesquisa.

1.3.1 Objetivo Geral

Em consonância com a problematização apresentada, o objetivo geral desse estudo consiste em descrever de que maneira as concessionárias do setor elétrico brasileiro, em seus Relatório de Desempenho Socioambiental, referentes ao ano de 2014, atenderam as Diretrizes da *Global Report Initiative (GRI)*.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral desse estudo pretende-se atingir os seguintes objetivos específicos:

- I. Levantar as principais características do setor elétrico brasileiro, no que se refere as concessionárias que atuam nos segmentos de geração, transmissão e distribuição;
- II. Levantar as diretrizes para informes de sustentabilidade determinadas pela *Global Report Initiative (GRI)*;
- III. Verificar como as concessionárias do setor elétrico brasileiro atenderam às Diretrizes da *Global Report Initiative (GRI)* para relato dos Conteúdos Padrão Gerais;
- IV. Calcular o índice de atendimento aos Conteúdos Padrão Gerais propostos pela *Global Report Initiative (GRI)* para os relatos de sustentabilidade divulgados pelas concessionárias dos segmentos de distribuição, geração e transmissão;

- V. Verificar se existem diferenças, com significância estatística, do nível de atendimento das Diretrizes GRI entre os segmentos do setor elétrico brasileiro.

1.4 DELIMITAÇÕES DO ESTUDO

O recorte temporal definido para a coleta de dados limita-se ao de 2014, ano subsequente a publicação das Diretrizes GRI, versão G4. Além disso, os relatórios coletados serão apenas aqueles disponibilizados na Central de Informações Econômico-Financeiras do Setor Elétrico (CIEFSE), base de dados de relatórios contábeis regulatórios mantida pela ANEEL.

O estudo limita-se às concessionárias de energia elétrica do SEB, por terem essas uma obrigatoriedade legal em relação à publicação do RDS, em relação a três dos quatro segmentos do setor: geração, transmissão e distribuição. O segmento de comercialização não será analisado pois as empresas que atuam nesse não são concessionárias de energia elétrica, não possuindo a obrigatoriedade de apresentar o RDS exigido pela contabilidade regulatória estabelecida pela ANEEL. Por fim, a análise busca verificar como ocorreu o atendimento das Diretrizes GRI para elaboração de RDS pelas concessionárias.

1.5 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O interesse por estudos relacionados aos relatórios de sustentabilidade vem aumentando devido ao crescente número de organizações que passaram a divulgar suas ações no campo socioambiental por meio de RDS (LOZANO, 2013). Como as Diretrizes GRI são consideradas referências para elaboração desses informes (ALMEIDA, 2006; LOZANO; HUISINGH, 2011; CALIXTO, 2013; CAMPOS JUNIOR; KASSAI, 2014; ANZILAGO, 2015), pesquisas que verifiquem a aplicação dos padrões estabelecidos por essa entidade são relevantes pois podem retratar como as organizações vem prestando contas aos seus *stakeholders*. Além disso, como a versão G4 das Diretrizes GRI foi lançada recentemente, em 2013, estudos relacionados ao tema ainda são escassos.

A presente investigação justifica-se por possuir contribuições sob os aspectos teórico e prático. Quanto ao primeiro, conforme Múrcia et al. (2008), existe uma escassez de estudos em países menos desenvolvidos sobre o tema o que justificativa

a realização dessa pesquisa, a qual permitirá avanços em relação a essa lacuna. De igual modo, essa investigação contribui com questões teóricas sobre a aplicação das Diretrizes GRI no SEB. Nesse sentido, o trabalho poderá evidenciar como essas concessionárias vem reportando suas ações socioambientais, haja vista que essas prestam um serviço essencial à população e importante para o desenvolvimento do país (ANEEL, 2014). Além disso, a pesquisa proporciona certa interdisciplinariedade entre a Contabilidade e outras áreas do conhecimento como Administração, Engenharia, Biologia, Ciências Ambientais, Ciências Sociais, Direito, dentre outras.

Considerando as contribuições sob o aspecto prático, o estudo permite a elaboração de um retrato dos RDS que estão sendo apresentados pelas concessionárias do SEB. Semelhantemente, poderá fornecer elementos para o aperfeiçoamento da contabilidade regulatória instituída pela ANEEL, especialmente quanto ao atendimento das orientações para elaboração do RDS.

Pode-se elencar ainda contribuições específicas para a sociedade de um modo geral. Nesta perspectiva, o presente estudo justifica-se por procurar analisar a aplicação de padrões elevados de divulgação de ações socioambientais, como são os propostos pela GRI. Desse modo, espera-se que a investigação possa contribuir com questões relevantes, gerando benefícios e atendendo os anseios, em termos: i) sociais, pois é crescente o número de *stakeholders* dentro da sociedade interessados na prestação de contas realizadas pelas organizações; ii) econômicos, pois os RDS contribuem para a identificação de empresas sustentáveis o que representa uma vantagem competitiva no ambiente de negócios moderno; e iii) organizacionais, pois a melhoria de processos organizacionais da empresa pode economizar recursos.

Além disso, vale ressaltar que a elaboração de RDS, bem como o aperfeiçoamento dos mesmos para as necessidades dos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, é incentivado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Desse modo, pesquisas que visem contribuir para o aprimoramento desses relatórios estão alinhadas com os objetivos do desenvolvimento sustentável estabelecidos pela comunidade internacional. (ONU, 2012).

Por fim, em adição ao mencionado anteriormente, esse estudo pretende contribuir para o Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná (PPGCONT - UFPR), especialmente para os projetos de pesquisas relacionados ao Laboratório Socioambiental - Contabilidade, Desenvolvimento Local

e Economia Solidária registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esse trabalho estrutura-se inicialmente com essa introdução, que contextualiza o problema, os objetivos, as delimitações da pesquisa e a justificativa do estudo. No segundo capítulo, apresenta-se o referencial teórico o qual será composto por uma revisão dos principais textos relacionados aos tópicos sustentabilidade e setor elétrico, sendo abordados temas como reponsabilidade empresarial, contabilidade e sustentabilidade, relatórios de desempenho socioambiental, evolução e mudanças recentes no setor elétrico. No terceiro capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada nessa pesquisa, com os procedimentos, coleta de dados e a análise dos resultados empregados para se alcançar os objetivos estabelecidos. No quarto capítulo apresenta-se a descrição e análise dos resultados. Finalmente, no quinto capítulo, expõe-se as considerações finais do trabalho, limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo será apresentada o referencial teórico utilizado para subsidiar as análises da presente investigação. Assim, a próxima seção resgata algumas das principais ideias sobre sustentabilidade, especialmente sobre o enfrentamento dessa questão pelas empresas, que resulta nas ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). A seção “Contabilidade e Sustentabilidade” explora como a Contabilidade pode ser aplicada aos eventos relacionados à sustentabilidade, sobretudo, a evidenciação do desempenho das organizações através de relatórios de sustentabilidade. Nesse sentido, também se discorre sobre a GRI e suas Diretrizes para elaboração de relatos de sustentabilidade. A terceira seção, intitulada “O Setor Elétrico Brasileiro (SEB)”, descreve como ocorreu a evolução do setor elétrico, sua transição para o modelo regulado vigente, incluindo sua divisão em quatro segmentos (geração, transmissão, distribuição e comercialização), além da regulamentação da informação socioambiental implementada pela ANEEL no início dos anos 2000. Finalmente, na quarta e última seção desse referencial, são listados alguns estudos nacionais e internacionais que guardam alguma relação com os propósitos da pesquisa.

2.1 EMPRESAS E SOCIEDADE

A presente seção apresenta o marco teórico referente aos reflexos da sustentabilidade sobre os negócios atuais. Nessa divisão são apresentados ideias e conceitos de textos presentes em dois estudos bibliométricos: um de cunho nacional, elaborado pelo próprio pesquisador, após pesquisa em periódicos brasileiros e outro internacional, intitulado *Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research*, de Hahn e Kühnen (2013), publicado no *Journal of Cleaner Production*, classificado no estrato A1 do Qualis. (CAPES, 2015). Além disso, textos considerados relevantes para a contextualização da temática também foram consultados.

2.1.1 A sustentabilidade e seus reflexos sobre as organizações

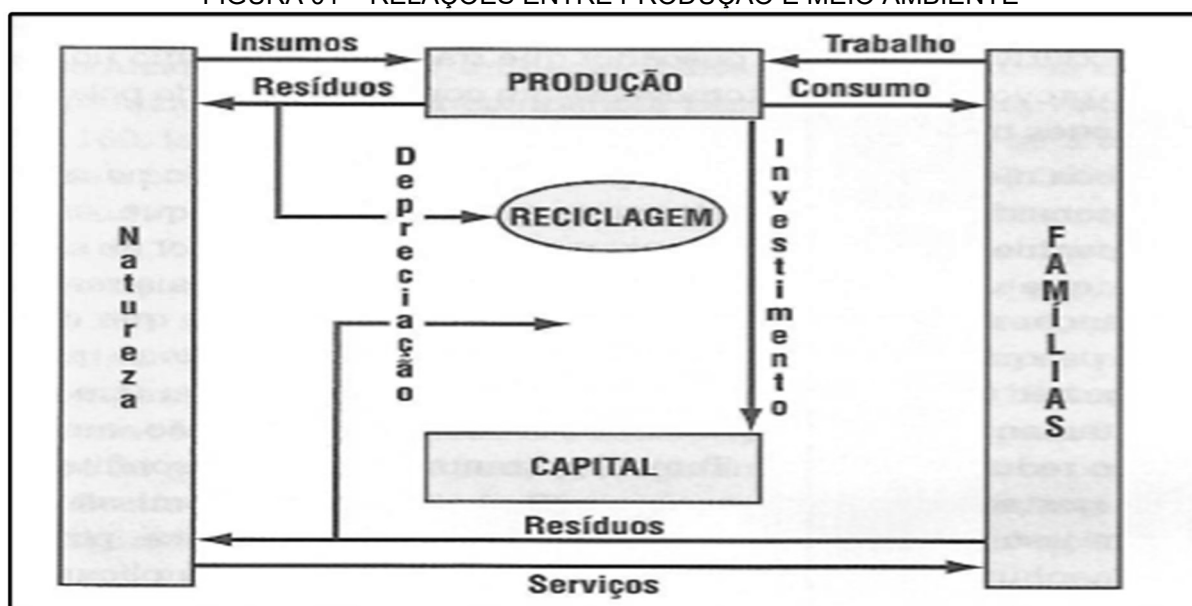
A Revolução Industrial iniciada durante o século XVIII marcou a transição dos sistemas de produção tradicionais para os sistemas de manufatura. Posteriormente, particularmente ao longo do século XX, a humanidade experimentou um período de grande avanço científico e tecnológico. Além de vários benefícios que refletiram numa melhora da qualidade de vida de parte da população mundial, esses avanços impulsionaram o crescimento econômico de vários países do globo, especialmente daqueles integrantes do mundo desenvolvido. (NASCIMENTO, 2008; SEIFFERT, 2014).

Fato é que tal crescimento econômico também levou a um aumento da degradação ambiental do planeta. Isso foi oriundo de um consumo desordenado de recursos naturais, fruto de um modelo econômico baseado no lucro a todo custo, bem como nos aumentos sucessivos da capacidade de produção (SEIFFERT, 2014). Conforme o PNUMA (2011), a maioria das estratégias de crescimento e desenvolvimento econômico incentivou um rápido acúmulo de capital físico, financeiro e humano, mas à custa do esgotamento excessivo e degradação do capital natural (reservas de recursos naturais e ecossistemas). Nesse sentido, observa-se essa relação causa-efeito entre crescimento econômico e degradação ambiental. (RIBEIRO, 2006; SEIFFERT, 2014).

Isso porque o meio ambiente se relaciona com as atividades econômicas de três formas: serviços diretos de consumo, por exemplo, o ar que respiramos; fornecimento de insumos de produção, como os minerais; e a recepção de resíduos da produção, pode-se citar a fumaça expelida pelas fábricas que é lançada na atmosfera. Vale lembrar que essas funções não são independentes e, ocasionalmente, podem entrar em conflito entre si (FIGURA 01). Por exemplo, a água retirada de um certo riacho para irrigação de uma plantação faz com que diminua a disponibilidade desse recurso nesse ribeiro para o consumo do homem (dessedentação humana). Isso significa que a humanidade precisa viver em perfeita harmonia com esse sistema. (OLIVEIRA, 2011; ROCHA, 2012).

Tinoco e Kraemer (2004) observam que o uso de tecnologia de produção sujas, o consumo exagerado de recursos naturais, o surgimento de grandes centros urbanos e demais impactos da atividade econômica foram responsáveis pelo surgimento dos problemas socioambientais vivenciados pela humanidade.

FIGURA 01 – RELAÇÕES ENTRE PRODUÇÃO E MEIO AMBIENTE



FONTE: Oliveira (2011).

Percebe-se que o modelo de desenvolvimento vigente até a segunda metade do século XX mostrou-se socialmente injusto, ambientalmente desequilibrado e economicamente inviável. Os problemas sociais, ambientais e econômicos gerados pelo mesmo indicaram que se algo não fosse feito a própria existência do planeta estaria em risco. (TINOCO; KRAEMER, 2004; VAN BELLEN, 2004; GIBSON, 2012).

Esse também é o entendimento de Gibson (2012), o qual sustenta que os desafios da sustentabilidade precisam ser confrontados com urgência, dada a tendência do desenvolvimento econômico tradicional para esgotar os recursos da terra, sendo que os objetivos do desenvolvimento sustentável desafiam as instituições contemporâneas. (VAN BELLEN, 2004; GIBSON, 2012).

Anteriormente, conforme Sachs (1997), pensava-se que o crescimento econômico oriundo das atividades produtivas era suficiente para atender as necessidades da sociedade. Porém, esse pensamento foi superado sendo amplamente aceito que o conceito de desenvolvimento é muito mais abrangente.

Sobre a questão, Sachs (1997, p. 216) assevera:

O desenvolvimento, segundo entendemos hoje, é um conceito abrangente diferente de crescimento econômico, ainda considerado uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, incluindo as dimensões ética, política, social, ecológica, econômica, cultural e territorial, todas elas sistematicamente inter-relacionadas e formando um todo. A natureza processual do desenvolvimento exige, além disso, que se leve em consideração sua sustentabilidade (perenidade) para satisfazer o postulado ético da solidariedade diacrônica com as futuras gerações, simétrico ao postulado da solidariedade sincrônica com a geração presente que, por sua

vez, explica a primazia das considerações sociais na determinação dos objetivos de desenvolvimento. (SACHS, 1997, p. 216).

Assim, nas últimas décadas vem crescendo a conscientização das nações e organizações em torno de um desenvolvimento pautado nos princípios da sustentabilidade. Apesar de estar em evidência nas últimas décadas, o conceito de sustentabilidade é oriundo da Roma antiga. Na sua origem o termo significa ser capaz de manter sua existência sem interrupção ou diminuição. Na atualidade, a popularização do termo ocorreu após a publicação do Relatório *Our common future*, elaborado pela Comissão Brundtland, em 1987, o qual alerta sobre a impossibilidade de manutenção dos padrões de produção e consumo vigentes a época. (RIBEIRO, 2006; CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008; ROCA, SEARCY, 2012; ENGELMAN, 2013).

Claro et al. (2008, p. 291) sustentam que, desde a sua publicação, o relatório dessa Comissão passou a figurar nas principais discussões sobre o tema “servindo como eixo central de pesquisas realizadas por organismos multilaterais e, mesmo, por grandes empresas”. Além disso, o conceito de sustentabilidade formulado pela Comissão Brundtland acabou tornando-se o mais conhecido (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008). Em seu trabalho, a equipe da Comissão elaborou a definição clássica de desenvolvimento sustentável:

Um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico; e a mudança institucional estão todos em harmonia para melhorar tanto potencial atual quanto futuro para satisfazer as necessidades e aspirações humanas. (WCED, 1987, p. 41).

Por essa declaração pode-se entender que o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico; e a mudança institucional estão todos em harmonia para melhorar tanto o potencial atual quanto o futuro em satisfazer as necessidades e aspirações humanas. (WCED, 1987).

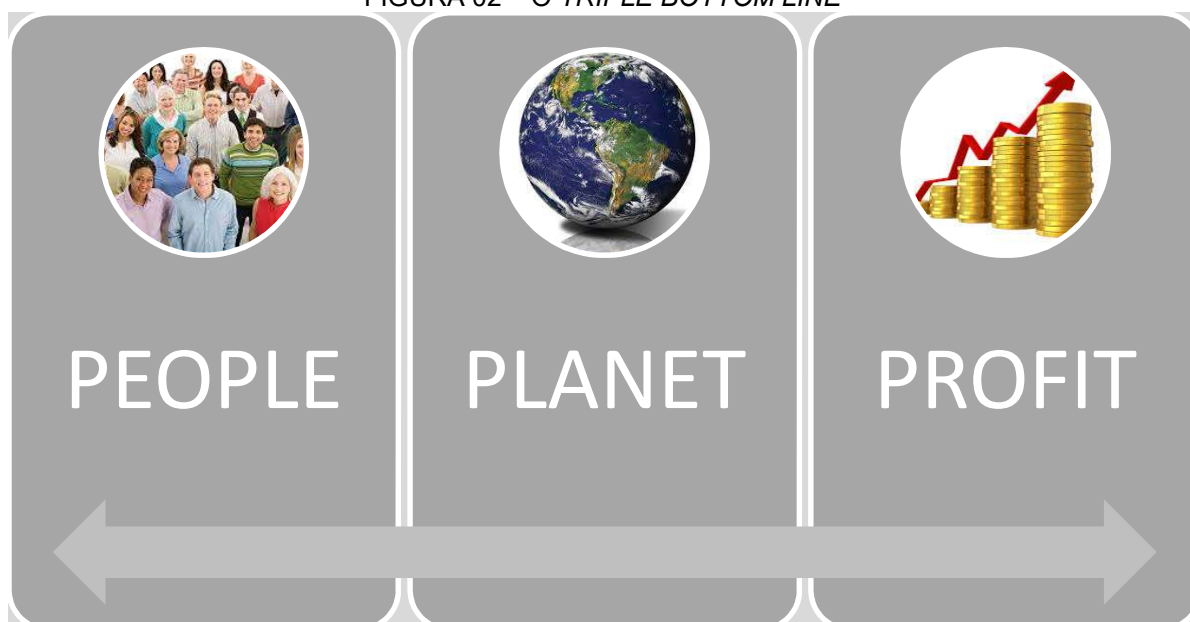
Dessa noção clássica surgiram diversas variantes, como a proposta por Elkington (2012), o qual define a sustentabilidade como o princípio que assegura que nossas ações presentes não irão limitar a variedades de escolhas ambientais, econômicas e sociais das próximas gerações. Para Claro et al. (2008, p. 289), “essa definição deixa claro um dos princípios básicos de sustentabilidade, a visão de longo prazo, uma vez que os interesses das futuras gerações devem ser analisados”. Para

Nascimento (2008), o termo está relacionado ao aprendizado de como valorizar, manter e desenvolver o nosso capital natural de modo a vivermos de sua renda e não de seu capital. Segundo Van Bellen (2004) a definição contém dois conceitos-chave: o conceito de necessidade e a ideia de limitação (atendimento às necessidades do presente e do futuro).

Portanto, o princípio básico da sustentabilidade considera como as atividades humanas estão sendo desenvolvidas na atualidade, buscando, numa visão de longo prazo, refletir sobre como o processo decisório atual poderá impactar os interesses das gerações vindouras (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008). Em resumo, a sustentabilidade deve estar intrinsecamente relacionada aos conceitos de justiça intra e intergeracional. (HAHN; KUHNEN, 2013).

Dentro dessa discussão, emerge a teoria dos Três Pilares da Sustentabilidade (3 P's) ou *Triple Bottom Line*, formulada por John Elkington em 1999. Pela proposta dos 3P's, a sustentabilidade deve ser analisada sob três óticas (FIGURA 02): *People* (social), *Planet* (ambiental) e *Profit* (econômica).

FIGURA 02 – O *TRIPLE BOTTOM LINE*



FONTE: O autor (2016).

De certa maneira, o conceito é uma forma de contabilidade para sustentabilidade, pois busca evidenciar o desempenho da organização com relação às três dimensões. (ELKINGTON, 2012; ANZILAGO, 2015).

Outros autores se distanciam um pouco dessa visão, dentre esses o holandês Ignacy Sachs quando afirma que a sustentabilidade é tão complexa quanto o próprio

conceito de desenvolvimento, sendo de difícil explicação, tendo em vista que possui tantas facetas quanto o próprio desenvolvimento. Por isso, sugere que seja utilizado um termo mais amplo, como desenvolvimento integral (SACHS, 1997; SEIFFERT, 2014). Segundo Sachs (1997, p. 217), “integral é uma maneira sintética de referir-se a todos os atributos do desenvolvimento, indicando ao mesmo tempo que todas as dimensões pertinentes são apreciadas em suas inter-relações, de forma que o modelo conceitual seja completo e holístico”.

Suas ideias são corroboradas por Seiffert (2014), a qual aprimora a proposta feita por Sachs na década de 1990 na qual a sustentabilidade teria cinco dimensões: social, econômica, ecológica, geográfica e cultural. A autora acrescenta ao modelo outra variável, a tecnológica, como a sexta dimensão da sustentabilidade. Isso porque as escolhas tecnológicas podem contribuir para preservação ou degradação do planeta. (SEIFFERT, 2014).

Essas diferenças conceituais de modo algum representam uma falta de clareza sobre o que a sustentabilidade significa, mas, por outro lado, são frutos da complexidade que envolve o tema. Assim, todas as definições acabam por colaborar para obtenção de um retrato das questões relacionadas. (ROCHA, 2012).

Divergências conceituais à parte, após uma série de eventos ocorridos durante o século XX (QUADRO 01), observa-se que a sustentabilidade se tornou fundamental para analisar a sociedade moderna. Inclusive, para alguns, ela é tratada como o novo paradigma dos negócios do século XXI. (ELKINGTON, 2012). Observa-se que ocorreu um aumento no número de eventos após a metade do século passado, especialmente após 1970, sinalizando que essas questões pouco a pouco começaram a fazer parte do debate internacional. (ELKINGTON, 2012).

Nesse contexto, a Organizações das Nações Unidas (ONU) foi a principal disseminadora dos debates ligados ao tema entre as nações do globo. Eventos como a RIO 92 e a Cúpula do Milênio da ONU contribuíram para o debate do tema, bem como inclusão nas agendas dos governantes de tais questões. Veiga (2014) considera que apesar da consciência ambiental ter uma origem relativamente antiga, foi apenas após a intervenção da ONU, por meio PNUMA, que a discussão do tema ganhou relevância.

QUADRO 01 - EVENTOS DA SUSTENTABILIDADE NO SÉCULO XX

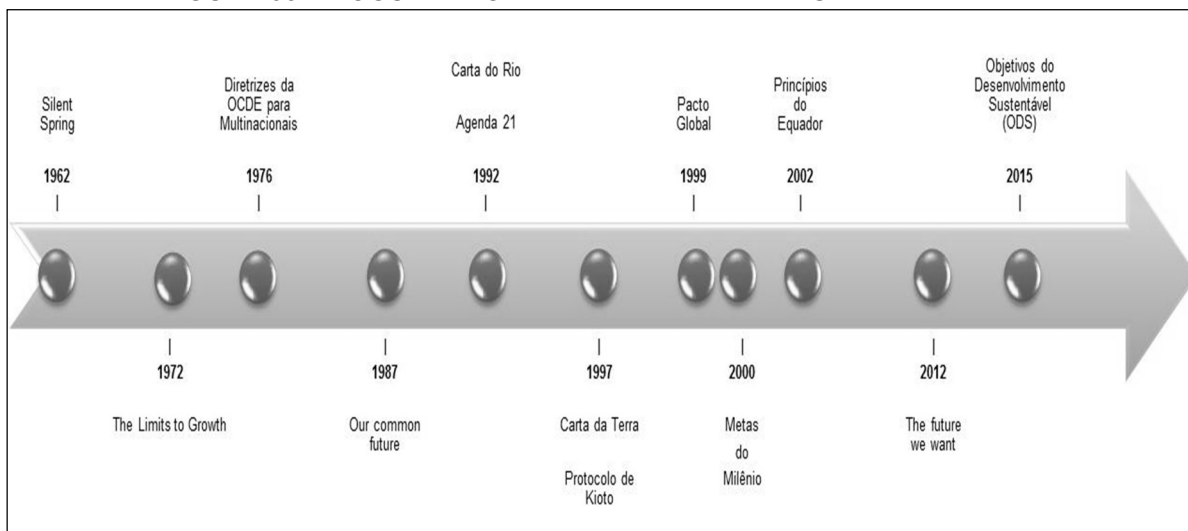
Ano	Evento
1908	Realização da Conferência sobre Conservação dos Recursos Naturais nos EUA. Theodore Roosevelt, discursa sobre o esgotamento de alguns recursos naturais, como carvão e ferro, devido ao progresso econômico.
1950	Universidades americanas começam a discutir o conceito de responsabilidade social empresarial.
1952	Em dezembro, a cidade de Londres tem um período de 5 dias com grande nevoeiro e poluição. O evento, conhecido como o Grande Nevoeiro, influencia as primeiras legislações ambientais do mundo na Inglaterra, em 1956.
1962	Publicação do livro <i>Silent Spring</i> , da escritora norte-americana Rachel Carson, reconhecido por muitos como o principal impulsionador do movimento global sobre o meio ambiente.
1968	Surgimento do Clube de Roma formado por personalidades de diferentes comunidades (científica, acadêmica, política, etc.) o qual passa a discutir as questões ambientais.
1972	Publicação do primeiro relatório do Clube de Roma, denominado <i>The Limits to Growth</i> .
1972	Realizada a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo. É criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
1980	Lester Brown, fundador do <i>Earth Policy Institute</i> , cunha pela primeira vez o termo “Sustentabilidade”.
1984	Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no âmbito da ONU.
1987	Publicado o relatório <i>Our Common Future</i> , conhecido como Relatório Brundtland.
1992	Realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), denominada RIO 92.
1994	Realização da 1. ^a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-1), em Nassau, Bahamas.
1995	Realização, em Berlim, na Alemanha, da 1. ^a Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-1).
1997	Assinado o Protocolo de Kyoto, documento que estabelece, para os países desenvolvidos signatários, metas de redução das emissões de gases de efeito estufa.
1999	Criação do Índice Dow Jones de Sustentabilidade. É o primeiro índice global que acompanha o desempenho financeiro das companhias líderes em sustentabilidade.
2000	Realização da Cúpula do Milênio da ONU, encontro realizado em Nova York, que dá origem à Declaração do Milênio e define os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

FONTE: Adaptado de CEBDS (2014).

Essas discussões influenciam o enfrentamento da questão também pela administração pública a qual vem modificando suas políticas com o intuito de atender o clamor da sociedade em prol do desenvolvimento sustentável (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008). Desse modo, vem aumentando o número de políticas públicas voltadas à promoção da sustentabilidade, especialmente após a assinatura de acordos internacionais durante as conferências promovidas por organizações, como a ONU, e publicação de documentos relevantes para o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade (FIGURA 03), alguns desses descritos no APÊNDICE 1. Tais agendas geram uma série de expectativas na sociedade quanto ao posicionamento

das organizações e governos com relação ao tema. (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008; ELKINGTON, 2012; ROCHA, 2012; VEIGA, 2014).

FIGURA 03 – DOCUMENTOS RELEVANTES PARA SUSTENTABILIDADE



FONTE: O autor (2016).

Assim, na medida em que as discussões foram ganhando proeminência na sociedade dois termos foram amadurecendo: desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Pode-se associar ao primeiro ao conceito social fundamental e às políticas formuladas para implementação de seus princípios. Já o termo “sustentabilidade” é comumente relacionado a todas as ações humanas, inclusive, aquelas relacionadas às organizações empresariais. Por ser a sustentabilidade um processo interno das organizações, a mesma deve ser mensurada visando sua adequada gestão. Dessa forma, ao longo desse trabalho será adotado o presente termo. (ROCHA 2012; ROCA; SEARCY, 2012).

Pelo seu caráter interdisciplinar, quando analisada no âmbito das organizações, a sustentabilidade não pode ser vista como assunto de um departamento específico, por outro lado, ela deve estar inserida na cultura empresa, ou seja, a organização deve estar totalmente engajada. Amato Neto (2011) afirma que da mesma maneira que o “movimento da qualidade” era o foco de muitas organizações nos anos de 1990, atualmente, esse passou a ser a sustentabilidade. Entretanto, essa apresenta muito mais importância que a primeira na medida em que é fundamental para todas organizações, bem como para todas as áreas da organização (marketing, gestão, recursos humanos, finanças, estratégia).

Nesse sentido, argumenta o referido autor:

Portanto, a sustentabilidade não pode ser entendida (apenas) como função de um departamento da empresa, nem como uma dimensão da corporação. Adjetivo sustentável apenas faz sentido quando vinculado à empresa como um todo. A empresa *sustentável* é aquela na qual o foco das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, da política de recursos humanos, do trabalho produtivo, das estratégias de marketing e mesmo do departamento financeiro encontra-se no horizonte da sustentabilidade. (AMATO NETO, 2011, p. 10).

Logo, as questões que envolvem o conceito de sustentabilidade corporativa são complexas e de longo alcance (AMINI; BIENSTOCK, 2014). Para Asif et al. (2011), a organização sustentável busca o desenvolvimento de processos e sistemas para antecipar e atender às demandas de todos aqueles que são afetados pelas atividades da organização, tanto no presente quanto no futuro.

Por outro lado, a transição para modos sustentáveis de produção e consumo não é algo tão simples, pois as mudanças necessárias dependem de processos multidimensionais. Tal cenário implica em uma transformação integral a qual demanda um tempo considerável, sendo exemplo notório disso o prazo de 40 anos para redução das emissões antropogênicas de carbono (SMITHA; VOß; GRIN, 2010). Outro problema reside no fato de que o conceito do que é sustentável pode ser relativo, bem como mudar ao longo do tempo (MARKARD; RAVEN; TRUFFER, 2012). Por exemplo, é certo que inovações tecnológicas contribuem para o surgimento de sistemas de produção mais limpos, entretanto, a identificação de *trade-offs* consistentes para a sociedade no que tange as questões ambientais, sociais e econômicas é algo de difícil definição, haja vista que os mesmos estão abertos à interpretação e negociação. (SMITHA; VOß; GRIN, 2010).

Nesse sentido, Milner e Gray (2013) argumentam que as empresas possuem uma compreensão limitada dos 3P's porque os utilizam erroneamente como sinônimos de sustentabilidade empresarial, porém, em grande parte estas atuam sem uma verdadeira compreensão ecológica (MILNE; GRAY, 2013). Alinhado com essas dificuldades, Veiga (2014), afirma que, apesar de todos os esforços em direção à sustentabilidade, muito pouco se avançou nesse sentido, sendo a única mudança significativa a de ordem cognitiva. O autor destaca a fragmentação das instituições criadas para promoção de ações cooperativas multilaterais necessárias à governança das ações globais de sustentabilidade. (VEIGA, 2014).

Ainda assim, empresas vem se esforçando para evidenciar o seu comprometimento com os fundamentos da sustentabilidade. Para isso, essas vem demonstrando um interesse crescente em participar de carteira teórica de ações composta por empresas consideradas sustentáveis, como o *Dow Jones Sustainability World Index (DJSI)* da Bolsa de Nova York ou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. A criação desses índices espelha a procura dos investidores por investimentos em negócios socialmente responsáveis. (SILVA; QUELHAS, 2006; MOSEÑE et al., 2013).

No caso do índice brasileiro, o ISE busca avaliar a performance das empresas quanto à sustentabilidade com base no conceito dos 3P's. O índice tem o propósito de evidenciar as empresas que estão comprometidas com a sustentabilidade (SILVA; QUELHAS, 2006). Teoricamente, a participação nessa carteira seria um bom indicador do comprometimento da organização com o modelo vigente.

Contextualizando o modelo da sustentabilidade para o SEB, no capítulo introdutório foi comentado que as atividades de produção de energia elétrica são consideradas potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. De igual modo, devido a sua magnitude, os empreendimentos no setor também acabam gerando uma série de problemas sociais como, por exemplo, a transposição de habitantes quando da construção de uma usina hidrelétrica. Quanto à divulgação de informações socioambientais, autores comentam (ALMEIDA, 2006; ROVER, 2013) que as empresas do setor possuem um elevado nível de divulgação, especialmente devido a regulação do RDS pela ANEEL (BRAGA et al., 2011; MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2012).

Com relação à participação das empresas nos índices de sustentabilidade empresarial, historicamente, verifica-se que as empresas desse setor possuem alta representatividade na carteira teórica do ISE. Inclusive, na composição da 11ª carteira desse índice (QUADRO 02), divulgada em 26/11/2015, constata-se que essas representam, em destaque, 28,57% das empresas listadas. (BM&FBOVESPA, 2015).

QUADRO 02 – COMPOSIÇÃO DA 11ª CARTEIRA DO ISE

SulAmerica	BRF	Braskem	Eletrobras	AES Tiete
Fleury	B2W	Lojas Renner	Copel	Light
Itaúsa	CCR	Klabin	CPFL	Eletropaulo
Lojas Americanas	Duratex	Even	Cemig	Cesp
Natura	Embraer	Ecorodovias	Tractebel	EDP
Itaú Unibanco	Oi	Bradesco	Cielo	Weg
Telefônica	Banco do Brasil	Tim	Fibria	Santander

FONTE: BMF&FBOVESPA (2015).

Assim, considerando o exposto, a subseção seguinte apresentará como o paradigma da sustentabilidade está relacionado às organizações e suas operações.

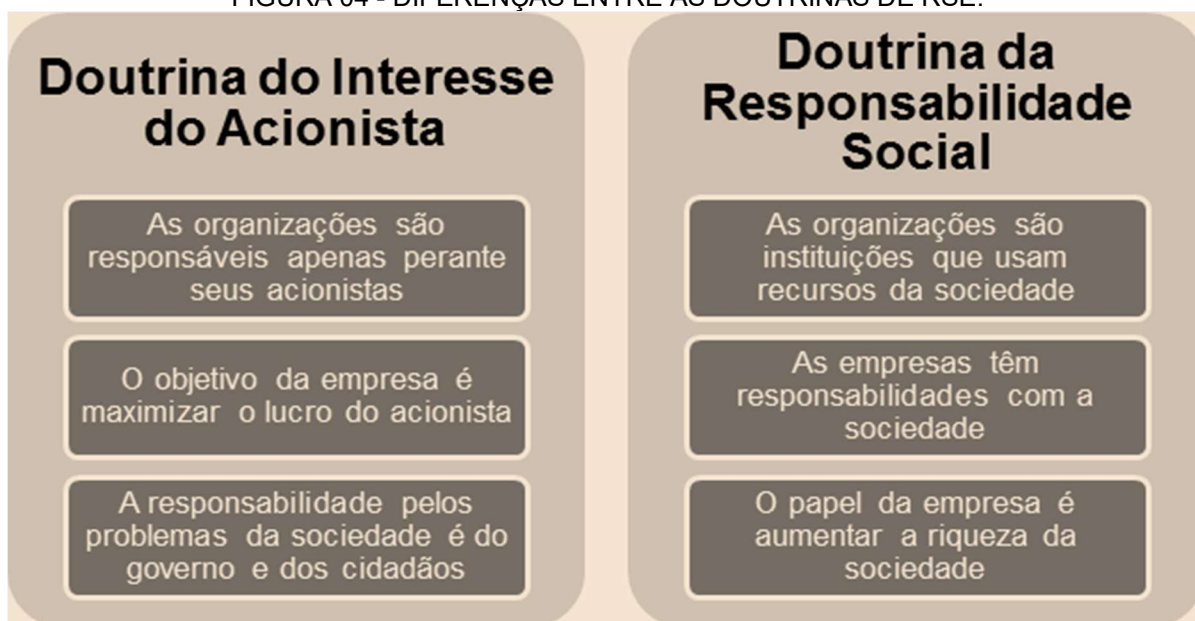
2.1.2 Responsabilidade Social Empresarial: Empresas e a Sociedade

As discussões sobre o papel das empresas na sociedade despertaram muitos debates em anos recentes, no entanto existem indícios que as discussões sobre essa temática vêm desde a Idade Média (OLIVEIRA, 2008; CARROLL, 2015). No século XVIII, o industrial escocês Robert Owen (1771-1858), considerado pai da Administração de Pessoal, preocupado com o bem-estar de seus empregados, implantou uma série de ações para melhorar a qualidade de vida de seus funcionários. (MEGGINSON, MOSLEY, PIETRI, 1998).

Outros argumentam que o debate surgiu no começo do século passado, quando as questões relacionadas aos impactos socioambientais oriundos das atividades empresarias começaram a ganhar força (COCHRAN, 2007). As primeiras reflexões sobre o tema foram dos acadêmicos Adolf Berle, da Universidade de Columbia, e Merrick Dodd, da Universidade de Harvard, em uma série de artigos publicados na *Harvard Law Review* (COCHRAN, 2007). O primeiro acreditava no conceito de primazia do acionista, por outro lado, o professor Dodd acreditava que as ações dos gestores das empresas deviam considerar todos os públicos e não apenas os acionistas, sendo que suas ideias lançaram a base para o conceito que as empresas têm uma responsabilidade perante a sociedade (COCHRAN, 2007). Outros, como Carroll (2015) e Ribeiro (2006), argumentam que a responsabilidade social nas empresas é um produto do período pós-Segunda Guerra Mundial, tendo sido originária das mudanças sociais que surgiram ao longo da década de 1960, dentre essas a ascensão dos direitos civis e das mulheres, do consumidor, além das pressões exercidas pelos movimentos ambientalistas.

Em todo caso, sabe-se que, conforme as discussões aumentavam, foram surgindo dois posicionamentos antagônicos ao longo dos anos. Dessa forma, durante o século XX, basicamente duas correntes orientaram o debate sobre a Responsabilidade Social Empresarial (RSE), ou Responsabilidade Social Corporativa (RSC), no âmbito das organizações: a Doutrina do Interesse do Acionista e a Doutrina da Responsabilidade Social (FIGURA 04). (CARROLL, 1991).

FIGURA 04 - DIFERENÇAS ENTRE AS DOUTRINAS DE RSE.



FONTE: Maximiano (2009).

A primeira defende que a empresa deve preocupar-se apenas em maximizar a riqueza do acionista, sendo que, durante algum tempo, acreditava-se ser essa a única responsabilidade a ser cumprida pelas empresas (CARROLL, 1991). Essa ideia era defendida pelo economista Milton Friedman, pai do liberalismo econômico, o qual afirmava que as empresas tinham uma única responsabilidade social: gerar lucros para seus acionistas atuando dentro da lei (FRIEDMAN, 1970; WRIGHT, KROLL, PARNEL, 2000; OLIVEIRA, 2008). A segunda doutrina, Responsabilidade Social, defende que as empresas se beneficiam da estrutura fornecida pela sociedade, portanto, essas têm a obrigação de proporcionar algum benefício a mesma. Esse ponto de vista foi defendido pelo professor de *Harvard* Merrick Dodd em 1932 (COCHRAN, 2007). Carroll (1979, 1991) também tem uma visão diferente mais alinhada a segunda doutrina. O autor afirma que as empresas possuem quatro tipos de responsabilidades: econômicas, legais, éticas e discricionárias.

Com relação à discussão acima, Elkington (2012, p. 365), um autor contemporâneo, argumenta que “grande parte dos executivos sabe que as empresas não podem ser contruídas e sustentadas simplesmente pela atenção obsessiva de aumentar a participação do acionista”. Para o autor, o envolvimento das partes interessadas é fundamental para que a empresa tenha um futuro. (ELKINGTON, 2012).

Apesar dessas diferenças é possível afirmar que as transformações ocorridas ao longo daquele século contribuíram sobremaneira para redefinir um novo comportamento a ser adotado pelas organizações. Em resposta às pressões da sociedade, as organizações passaram incorporar em suas atividades ações de RSE. Concomitante, pode-se afirmar que, primeiramente, os avanços tecnológicos propiciaram ganhos em eficiência e produtividade de uma forma jamais anteriormente vivenciada pela humanidade. Paralelamente, o aumento da degradação ambiental provocada pelo consumo exacerbado de recursos naturais, os quais eram necessários para suportar os incrementos cada vez maiores da manufatura industrial, levaram ao despertar da sociedade para a necessidade da preservação do meio ambiente. (RIBEIRO, 2006; NASCIMENTO, 2008; CARROLL, 2015).

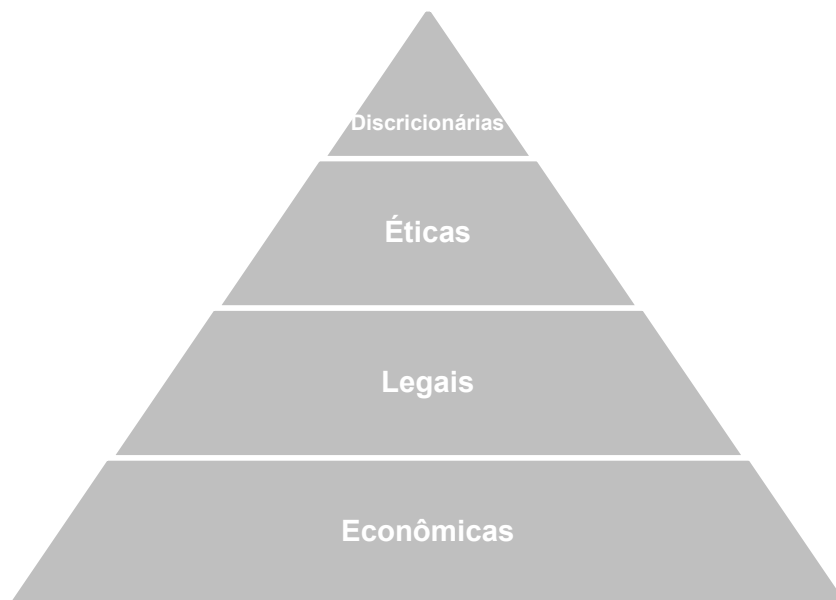
Além disso, mudanças na sociedade, dentre elas, uma migração em massa dos campos para as cidades, bem como alterações no mercado de trabalho geraram uma série de problemas sociais e fizeram borbulhar as discussões sobre a influência dos sistemas produtivos na geração de desigualdades. Como reação a esse cenário, muitas empresas passaram a investir em ações de RSE por meio da filantropia, o chamado investimento social privado, o qual, é uma importante fonte de recursos para causas de caridade, culturais, políticas, sociais e religiosas. Contudo, essas práticas por si só não caracterizam que uma empresa seja socialmente responsável, haja vista ser a RSE um conceito mais amplo. (RIBEIRO, 2006; NASCIMENTO, 2008; CARROLL, 2015).

Apesar das práticas de RSE serem capitaneadas principalmente pelas grandes empresas, ações socialmente responsáveis podem existir em todos os tipos de organizações, sejam públicas ou privadas, grandes, pequenas ou cooperativas (COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2001). Essas, por sua vez, procuram divulgar suas práticas de RSE em resposta às pressões exercidas pelos públicos interessados os quais estão cada vez mais alertas e influentes (OLIVEIRA, 2008; PERKS et al., 2013). Com tantos interesses em jogo, faz-se necessário a verificação das ações de RSE por meio de metodologias de fácil aplicação.

Nessa linha de raciocínio, Carroll (1991) apresentou uma proposta para análise das ações das empresas no que concerne à RSE, sendo essa uma das mais citadas pela literatura (OLIVEIRA, 2008), tendo, a época da presente pesquisa, 5.516 citações na base do *Google Scholar*. Para Carroll, as empresas possuem 04 (quatro)

tipos de responsabilidades (FIGURA 05), sendo essas classificadas em econômicas, legais, éticas e discricionárias. (CARROLL, 1979, 1991; OLIVEIRA, 2008).

FIGURA 05: PIRÂMIDE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL



FONTE: Carroll (1991).

De acordo com a proposta, as *Responsabilidades Econômicas* estão na base da pirâmide, sendo que essa se sobrepõe as demais. Isso porque na sua essência uma empresa é constituída para gerar lucro. Assim, a ausência de resultados econômicos satisfatórios pode levar a organização a reduzir os gastos nas demais responsabilidades visando a preservação dos recursos remanescentes. O segundo nível é composto pelas *Responsabilidades Legais* da empresa. Essas consistem na obediência a legislação ou as regras do jogo quando da execução de suas operações. O terceiro nível é constituído pelas *Responsabilidades Éticas*, isto é, a empresa deve ser ética e fazer o que é justo procurando evitar danos a terceiros. Por último, estão as *Responsabilidades Filantrópicas* ou *Sociais*, também denominada *Discricionárias* (OLIVEIRA, 2008), as quais preconizam que a empresa deve ser cidadã e contribuir para melhorar a qualidade de vida da comunidade onde está instalada. Essas responsabilidades, apesar da clara expectativa por ações por parte da sociedade, não seriam obrigatórias às empresas (CARROLL, 1979, 1991; OLIVEIRA, 2008; BARAKAT, 2013). Segundo esse modelo, as empresas priorizam o cumprimento de suas responsabilidades econômicas em detrimento das demais responsabilidades.

Assim, as responsabilidades discricionárias seriam às últimas a serem atendidas. (OLIVEIRA, 2008; BARAKAT, 2013).

Apesar das responsabilidades econômicas serem vitais para empresa, na medida em que o investidor não abre mão de um retorno justo, atualmente, quando uma organização empreende ações de RSE, essa também atrai a atenção do público, sobretudo quando financia atividades que não são exigidas por lei, ou seja, quando essa cumpre suas responsabilidades éticas e discricionárias. (CARROLL, 2015).

Fato é que a RSE é algo indissociável das empresas que almejam constituir vantagem competitiva nos mercados globais. De igual modo, a comunicação da responsabilidade empresarial tornou-se cada vez mais vital para prestação de contas juntos os *stakeholders*. Isso porque empresas socialmente responsáveis fazem um esforço especial para contemplar em suas ações, políticas, decisões e operações que atendam as preocupações das partes interessadas (CARROLL, 2015). De igual maneira, Carroll (2015) afirma que a RSE está intrinsicamente relacionada a outros temas como ética, a filantropia e sustentabilidade empresarial, os quais, em muitos aspectos, se complementam.

Conjecturando a discussão para o SEB, quando aplicados às empresas concessionárias de energia elétrica, o conceito de RSE toma contornos ainda mais relevantes, pois essas prestam um serviço essencial e de interesse público. Isso porque todo serviço concedido pelo Estado pressupõe a prestação do mesmo de forma eficiente, com qualidade, regularidade, continuidade, segurança, dentre outros atributos. (ANEEL, 2014).

Destarte, como as concessionárias também atuam numa economia de mercado e muitas dessas são companhias abertas, as mesmas precisam estar engajadas em ações de RSE, por exemplo, como aquelas que abrangem preservação ambiental e desenvolvimento da comunidade local. O comportamento responsável dessas empresas é mais claramente visível por meio dos RDS que essas divulgam, sendo que historicamente, as empresas do setor de energia foram as primeiras a adotar. (PÄTÄRI et al., 2014).

Essa seção teve por objetivo resgatar os principais aspectos relacionados à sustentabilidade e seus reflexos para as empresas. Percebe-se claramente que a sustentabilidade se tornou indissociável dos processos produtivos, o que a torna o paradigma dos negócios atuais e, acima de tudo, um desafio a ser enfrentado pelas organizações contemporâneas. Contudo, para uma gestão da sustentabilidade

empresarial eficiente faz-se necessário entender como mensurá-la. Essa temática será apresentada na seção seguinte.

2.2 CONTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE

Essa seção explora como a contabilidade pode ser aplicada aos eventos relacionados à sustentabilidade, sobretudo, a evidenciação do desempenho das organizações através de relatórios de sustentabilidade. Nessa também se discorre sobre a GRI e suas Diretrizes para elaboração de RDS.

2.2.1 Contabilidade Socioambiental

De acordo com a Teoria da Contabilidade o processo contábil é formado por três fases: reconhecimento, mensuração e evidenciação (LOPES; MARTINS, 2005). Todavia, quando aplicado à sustentabilidade, o processo contábil enfrenta questões mais complexas (QUADRO 03). Por exemplo, Ribeiro (2006, p. 54) ao comentar sobre os gastos de natureza ambiental afirma que “qualquer que seja a definição de gastos ambientais adotada, parece que haverá sempre áreas cinzentas, em que é necessário bom senso para decidir quais gastos se qualificam desta maneira”.

QUADRO 03 – PROCESSO CONTÁBIL APLICADO À SUSTENTABILIDADE

Processo	Descrição	Exemplo de Dificuldades
1. Reconhecimento	Classificação qualitativa da ação de natureza econômica que modifica o patrimônio	Como reconhecer um ativo ambiental? Quando reconhecer os custos socioambientais?
2. Mensuração	Definição da base de mensuração a ser utilizada	Como valorar os serviços de ecossistemas? Como mensurar o capital intelectual?
3. Evidenciação	Demonstração ao usuário externo do processo de reconhecimento e mensuração realizado	O que divulgar? Como divulgar? Quais instrumentos/canais deve-se utilizar?

FONTE: Adaptado de Lopes e Martins (2005).

O equacionamento das questões socioambientais, além do envolvimento dos segmentos da sociedade, também deve-se valer dos diversos ramos do conhecimento. Porém, avaliar o desempenho de uma empresa que assume suas

responsabilidades nessa esfera pode ser um grande problema. (SOUZA; COSTA, 2012).

Um segundo fator a ser elencado relacionado a mensuração, além do citado acima, é fato da maioria dos profissionais contabilistas possuir uma visão de curto prazo, haja vista que o ano contábil tem 12 meses (ELKINGTON, 2012). Uma terceira questão ligada a isso, é a contabilização das externalidades, isto é, como mensurar e reconhecer custos ambientais e sociais que são de difícil registro pela contabilidade (ELKINGTON, 2012). Tal contexto é motivado pela circunstância de que para avaliar e identificar questões sociais e ambientais faz-se necessário uma integração de profissionais dos mais diversos segmentos e áreas da empresa. (SOUZA; COSTA, 2012; ELKINGTON, 2012).

Apesar dessas dificuldades, a contabilidade, como avaliadora do patrimônio das organizações, tem um papel fundamental para a mensuração, reconhecimento e divulgação de interações entre as organizações e meio externo. Além disso, conforme Ferreira (1995), considerando a abordagem social da contabilidade, essa deve participar ativamente do processo de divulgação dos eventos que podem impactar o meio ambiente. (FERREIRA 1995; RIBEIRO, 2006; HENDRIKSEN, VAN BREDA, 2012).

A contabilidade socioambiental, nesse trabalho considerada como aquela voltada para sustentabilidade, pode ser útil para mensurar o desempenho corporativo no campo da sustentabilidade e RSE. Essa interação engloba a gestão da informação e os métodos contábeis aplicadas a geração de informação útil para tomada de decisão sobre ações de sustentabilidade empresarial. (HAHN; KUHNEN, 2013).

Além de possibilitar a geração de informação útil, esta possibilita o gerenciamento dos gastos envolvidos nas atividades socioambientais, permitindo as empresas utilizar a mesma para obter informações úteis para tomada de decisões e para reporte dos eventos relacionados com a sustentabilidade. (VELANI; RIBEIRO, 2009). Assim, tem o propósito de comunicar os efeitos das atividades empresariais sobre o meio, tendo por objetivo auxiliar a evidenciação das contribuições da empresa para sociedade. (RIBEIRO, 2006; VELANI; RIBEIRO, 2009).

De igual modo, a contabilidade socioambiental também colabora para a diminuição da assimetria informacional porque a evidenciação contábil contribui para reduzir problemas de informações entre gestores e investidores ou demais públicos de interesse. Assim, os *stakeholders* podem ter uma noção do comportamento da

empresa no que tange à sustentabilidade. (LOPES; MARTINS, 2005). Portanto, uma maior qualidade na comunicação contribui para reduzir o efeito da assimetria. (COMYNS et al., 2013).

A publicação de RDS pelas organizações pode reduzir a assimetria informacional entre empresa e sociedade. Conforme Souza e Costa (2012, p. 227), “como ciência e veículo de informação, a contabilidade tem como desafio elaborar relatórios que contemplem de forma completa e transparente as relações da empresa com a sociedade”. Esse procedimento, a divulgação de informações socioambientais isentas de vieses, não apenas contribuiu para uma melhor avaliação das partes interessadas como também é um dos pilares do **Enfoque Ético da Teoria da Contabilidade**.

Conforme Hendriksen e Van Breda (2012), a Teoria da Contabilidade tem sido analisada sob diversos enfoques, sendo um desses o Enfoque Ético. Para esses autores:

O enfoque ético da teoria da contabilidade dá ênfase aos conceitos de justiça, verdade e equidade. É interessante notar que cada um desses conceitos acabou sendo incluído no Referencial Conceitual criado pelo FASB. Considerações tais como ausência de vies e fidelidade de representação são vistas como características necessárias de um sistema contábil confiável. A neutralidade, ou seja, a características de que a informação não deve receber qualquer colorido de modo a influenciar o comportamento em qualquer direção, é um aspecto essencial do estabelecimento de padrões. As considerações éticas, portanto, exercem uma influência ampla em toda a contabilidade. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012, p. 25).

Um problema quanto a essa abordagem é que muitas vezes é difícil conceituar o que é “justo” ou “não enviesado” pois esses conceitos podem variar de indivíduo para indivíduo. Assim, a correta mensuração e divulgação dos eventos de natureza socioambiental seria algo carregado de subjetividade. Entretanto, ainda assim, as práticas contábeis devem buscar atender os mais altos padrões éticos para que o sistema contábil seja confiável. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012; SOUZA; COSTA, 2012).

Em contrapartida, Ribeiro (2006), afirma que a contabilidade se encontra limitada quanto às interações da empresa com o ambiente, sendo possível medir e reportar apenas os eventos econômicos-financeiros. Considerando esse pensamento, pode-se inferir que a avaliação da sustentabilidade empresarial tende a ser prejudicada. Partilha desse raciocínio Van Bellen (2004), o qual sustenta que não existe consenso sobre como medir a sustentabilidade. Isso é decorrente das

diferenças em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável as quais são tão grandes que não existe unanimidade sobre o que deve ser sustentado.

Não obstante, estudiosos tem se esmerado em desenvolver métricas para avaliar o nível de sustentabilidade de sistemas ou de organizações, essas, em grande parte, baseiam-se no estabelecimento de indicadores. Isto porque os indicadores normalmente fornecem informações essenciais sobre um sistema físico, social ou econômico permitindo a análise de tendências e relações de causa e efeito, sendo mais eficientes que dados primários (VELEVA; ELLENBECKER, 2001). Desse modo, sugere-se que a elaboração de indicadores eficientes pode facilitar sobremaneira o papel da contabilidade e, conseqüentemente, a gestão da sustentabilidade.

Asif et al. (2011) argumentam que apesar de existirem iniciativas por parte de algumas empresas para desenvolver suas próprias métricas de sustentabilidade corporativa, até o momento, não há estabelecido internacionalmente normas globais para mensuração (indicadores) da sustentabilidade corporativa. Por outro lado, algumas iniciativas, como o modelo proposto pela GRI, têm sido amplamente empregadas por diversas organizações interessadas em transmitir uma imagem sustentável aos seus *stakeholders*.

Nem sempre produzir essa informação é simples. Abordando a questão no âmbito do setor elétrico, verifica-se que a seleção de indicadores socioambientais aplicáveis apresenta algumas dificuldades, por exemplo, para as empresas do SEB a definição de indicadores de desempenho ambiental deve levar em consideração as especificidades do segmento de atuação da concessionária (geração, transmissão ou distribuição), na medida em que cadeia produtiva apresenta impactos diferenciados. Exemplos de indicadores ambientais aplicáveis às concessionárias de energia elétrica foram elaborados pela ANEEL (QUADRO 04).

QUADRO 04 – INDICADORES PARA CONCESSIONÁRIAS

Segmento	Fonte	Indicadores
Geração	Hidráulica	Consumo de energia elétrica das unidades geradoras e auxiliares
		Consumo de água de reposição durante a geração de energia
		Resgate de peixes em turbinas
	Eólica	Ruído associado à geração de energia
		Morte de pássaros (número de pássaros mortos em choque com as hélices por ano)
Distribuição	-	Vazamento de óleo
		Poda de árvores (volume de resíduos gerado em kg por mês)
Transmissão	-	Supressão vegetal (Há área suprimida por trimestre)

FONTE: ANEEL (2014).

Apesar dos indicadores serem uma alternativa sintética de avaliação da sustentabilidade empresarial, quando se trata de usuário da informação contábil, a grande questão refere-se ao conteúdo informativo da evidenciação realizada pela contabilidade. (LOPES; MARTINS, 2005). No entanto, pode-se afirmar que grande parte dos indicadores aplicáveis as organizações empresarias também podem ser aplicados às concessionárias de energia elétrica, por exemplo, aqueles relacionados nos Conteúdos Padrão Gerais propostos pela GRI. (GRI, 2013).

Expostos os aspectos iniciais aplicados à contabilidade para sustentabilidade e considerando o exposto acima, a próxima subseção discorrerá com maior profundidade sobre o RDS como o principal mecanismo de evidenciação da sustentabilidade.

2.2.2 Relatório de Desempenho Socioambiental

Durante os anos de 1970, as grandes empresas ocidentais tinham o hábito de complementar o relatório financeiro tradicional com informações sociais. Como resultado do fortalecimento do movimento ambientalista na década anterior, nos anos 80, o foco dos relatos passou para o tratamento das questões ambientais. (HAHN; KUHNEN, 2013). Na atualidade, além das preocupações ambientais, também questões sociais como diversidade étnica, concentração de rendas, o mercado de trabalho para a mulher, a inserção do negro na sociedade, o desemprego, permeiam as preocupações da sociedade e entraram na agenda de debates. (SIQUEIRA; FERNANDES, 2011).

Soma-se a isso, o fato de serem variados o conjunto de *stakeholders* que possuem interesses nas ações de uma organização. Muitas vezes, as suas preocupações divergem quanto às questões de origem econômicas, ambientais e sociais que podem influenciar o sucesso de uma entidade. (HAHN; KUHNEN, 2013). Essa situação desafia as organizações no que se referem às necessidades informacionais das partes interessadas.

Sob outro aspecto, as empresas nem sempre tem interesse em divulgar uma grande quantidade de informação, devido a uma série de motivos, dentre esses, a possibilidade de ajudar os concorrentes e a falta de conhecimento sobre as necessidades dos investidores (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012). Sobre a questão, comenta Ribeiro (2006, p. 46), “uma empresa potencialmente poluidora não desejará

fornecer elementos que possam ser utilizados como instrumentos de pressão, por parte da sociedade, do governo ou dos concorrentes”. Talvez por isso, apesar de ter crescido o número de empresas que relatam ações de sustentabilidade, a quantidade de empresas envolvidas ainda é baixa em comparação com o total de empresas que operam no globo atualmente. (LOZANO, HUISINGH, 2011).

Nada obstante, o relato da sustentabilidade deve ser imparcial, ou seja, segundo Siqueira e Fernandes (2011, p. 20), “deve demonstrar não só os efeitos positivos da atividade econômica, mas também seus efeitos prejudiciais, como a emissão de efluentes, a poluição do ar e a devastação de áreas verdes, redução do número de empregos numa determinada região, por exemplo”. O resultado do relato deve evidenciar a contribuição social da empresa, quer positiva ou negativa, ao longo de seu processo produtivo. (SIQUEIRA; FERNANDES, 2011).

A integração socioambiental dos relatos passou a ser comum no final do século XX, passando os relatos de sustentabilidade a serem publicado em conjunto com os relatórios financeiros tradicionais. Esse documento também é comumente conhecido como relatório anual, sendo bastante comuns entre as companhias abertas. (HAHN; KUHNEN, 2013).

A prática de divulgação de relatórios corporativos de sustentabilidade levou esses a receber uma variedade de rótulos como Relatório de Cidadania Corporativa, Relato Integrado, Relatório de Responsabilidade Social, Relatório de Desenvolvimento Sustentável, Balanço Social, Relatório Anual, Relatório de Sustentabilidade, dentre outros. Todavia, de modo geral, a maioria dos modelos abrangem apenas 01 ou 02 dimensões dos 3P's da sustentabilidade, sendo que até o modelo da GRI, considerado mais completo, apresenta oportunidades de melhorias quanto ao pilar econômico. (HAHN; KUHNEN, 2013; FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015).

Apesar de divergências quanto a nomenclatura do relatório existirem na literatura, vários autores (GASPARINO; RIBEIRO, 2007; GUBIANI; SANTOS; BEUREN, 2012; MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2012; CALIXTO, 2013; MARTIM JUNIOR; KASSAI, 2014) concordam que esse documento tem o propósito de divulgar às partes interessadas o desempenho alcançado por uma organização rumo a sustentabilidade empresarial. Com base nisso, essa investigação adota o termo Relatório de Desempenho Socioambiental (RDS) indistintamente para se referir aos relatórios de sustentabilidade.

Apesar disso, a evidenciação do desempenho das organizações pode estar sendo prejudicada. Pesquisas apontam para a discrepâncias de informações contidas nesses relatórios. Costa e Marion (2007), em estudo com companhias abertas do setor de papel e celulose, identificaram a existência de discrepâncias entre as informações prestadas pelas empresas nos relatos de sustentabilidade disponíveis na BM&FBOVESPA e as apresentadas por essas em seus sites oficiais. Além disso, verificaram que os conteúdos apresentados tanto nos Relatórios Anuais quanto nos Relatórios de Administração não possuem uniformidade entre as empresas, o que dificulta qualquer tipo de comparação. (COSTA, MARION, 2007).

Sobre os relatos de sustentabilidade, a GRI (2013, p. 03) considera:

O relato de sustentabilidade auxilia as organizações a estabelecer metas, aferir seu desempenho e gerir mudanças com vistas a tornar suas operações mais sustentáveis. Relatórios de sustentabilidade divulgam informações sobre os impactos de uma organização – sejam positivos ou negativos – sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia. Assim, eles dão forma tangível e concreta a questões abstratas, ajudando as organizações a compreender e gerir melhor os efeitos do desenvolvimento da sustentabilidade sobre suas atividades e estratégias. (GRI, 2013, p. 03).

Conforme o texto, o relato de sustentabilidade, ou, para a presente investigação, apenas RDS, apresenta-se como uma importante ferramenta para a organização aferir seu desempenho, bem como instrumento de prestação de contas para a sociedade. O RDS apresenta também valores e modelo de governança da organização, e demonstra a ligação entre a sua estratégia e seu compromisso com sustentabilidade. (GRI, 2015).

Para elaborar e avaliar um RDS são possíveis três abordagens (QUADRO 05), sendo que se pode optar por apenas uma ou combinações dessas. (LOZANO, 2006).

QUADRO 05 – POSSÍVEIS ABORDAGENS PARA ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RDS

Contas	Avaliações narrativas	Baseada em indicadores
Estas são construções de dados brutos que são então convertidos para uma unidade comum.	Estas combinam texto, mapas, gráficos e dados tabulares. Essa pode utilizar indicadores, mas eles não são uma pedra angular	Esta podem incluir textos, mapas, gráficos e dados tabulares, como a avaliação narrativa, mas eles estão organizados em torno de indicadores, isto é, pode-se ser mensurado.

FONTE: Lozano (2013).

Contudo, a falta de padronização dos RDS tem gerado uma série de dificuldades como a possibilidade de comparabilidade entre as organizações, o aspecto da tempestividade da publicação, a avaliação do desempenho da empresa no tempo, a avaliação da função social da empresa, criação de imagem distorcida e a falta de abrangência das informações. (DIAS, 2006).

Realizada essas considerações, tendo em mente que o padrão de divulgação de RDS proposto pela GRI é o mais elevado, na subseção seguinte passar-se-á a apresentar uma visão geral sobre a atuação dessa entidade.

2.2.3 Visão geral da *Global Report Initiative (GRI)* e suas Diretrizes

Tanto no Brasil quanto em alguns outros países ainda não existe uma definição quanto ao formato que o RDS deve possuir. Isso levou algumas organizações não-governamentais a recomendar modelos de RDS, os quais são de livre aceitação pelas organizações. A GRI, organização internacional independente, foi criada na cidade de Boston, nos Estados Unidos, em 1997, sendo uma destas organizações não-governamentais, se engajou em desenvolver um formato para divulgação das informações socioambientais (JOSEPH, 2012; ROCA, SEARCY, 2012). Sua missão, visão e principais crenças estão descritas abaixo (QUADRO 06).

QUADRO 06 – VISÃO, MISSÃO E CRENÇAS DA GRI

VISÃO	Criar um futuro onde a sustentabilidade é parte integrante do processo de tomada de decisão de cada organização.
MISSÃO	Capacitar tomadores de decisão em todos os lugares, através de nossos padrões de sustentabilidade e de rede de <i>multi-stakeholder</i> , a tomar medidas no sentido de uma economia mais sustentável e mundial.
VALORES	No poder de um processo de participação múltipla e inclusiva; Transparência, um catalisador para a mudança; Nossos padrões de capacitar a tomada de decisão informada Uma perspectiva global é necessária para mudar o mundo; O interesse público deve dirigir todas as decisões de uma organização.

FONTE: GRI (2015).

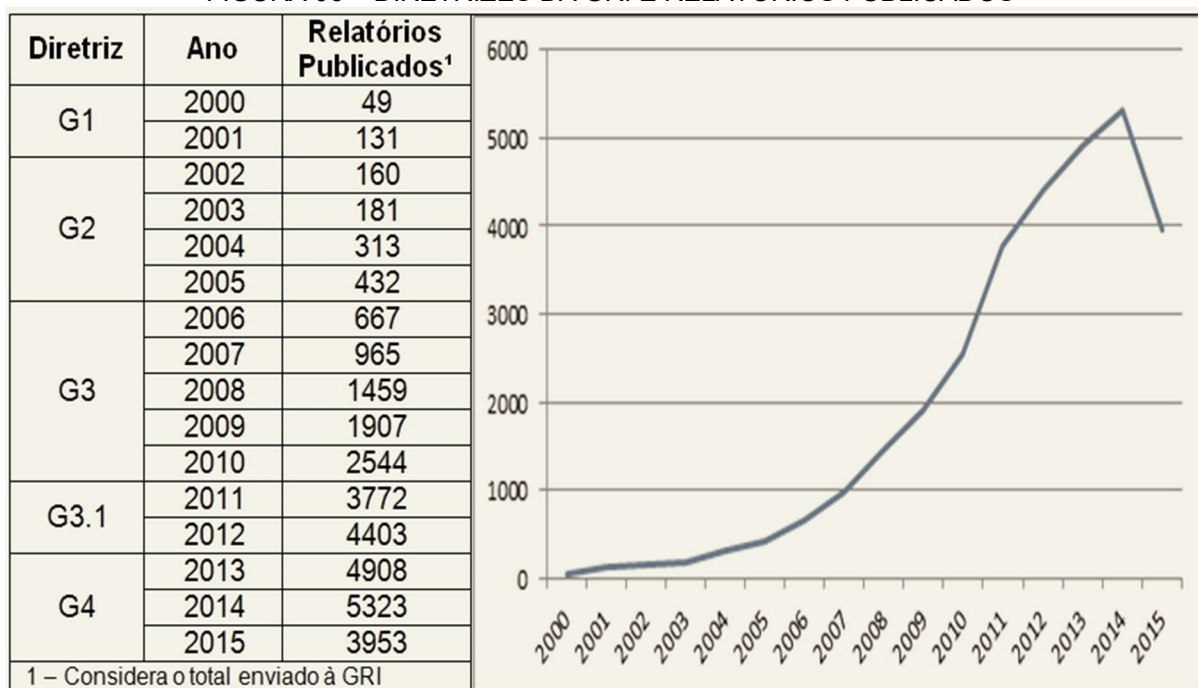
A GRI é uma entidade que ajuda empresas, governos e organizações a compreender e comunicar o impacto das mesmas sobre questões críticas de sustentabilidade, tais como as alterações climáticas, os direitos humanos, a corrupção e muitos outros. A GRI espera que o modelo recomendado reflita a responsabilidade social da organização que o utilizar (DIAS, 2006; GRI, 2015). Ressalta-se que o

padrão recomendado pela GRI, atualmente, é o mais aceito pela comunidade internacional. (JOSEPH, 2012; ROCA; SEARCY, 2012).

Entretanto, o padrão GRI para elaboração de RDS não é unanimidade (MILNER; GRAY, 2013; FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015). Pesquisa conduzida por Rocha (2012) constatou que alguns indicadores propostos pela GRI não são passíveis de verificação e comparabilidade, sugerindo que o modelo proposto deve ser aperfeiçoado. Milner e Gray (2013, p. 19) sustentam que as Diretrizes GRI “representam uma fonte de confusão fundamental sobre o que constitui a sustentabilidade e apenas contribuem para perpetuar a confusão de sustentabilidade com o conceito *TBL*”. Aditivamente, para os autores, consiste em erro o fato de empresas e a GRI defenderem que ações integradas aos 3P's são consistentes com o conceito de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável.

Conforme a GRI (2015), desde o seu lançamento, a organização já editou cinco versões das Diretrizes GRI, sendo que uma dessas, a Diretriz GRI G3.1, refere-se a uma atualização da terceira versão. Também se observa que o número de RDS publicados e depositados no banco de dados da organização vem crescendo anualmente (FIGURA 06).

FIGURA 06 – DIRETRIZES DA GRI E RELATÓRIOS PUBLICADOS



FONTE: Adaptado de GRI (2015).

Atualmente, as Diretrizes GRI propostas para RDS estão na quarta geração, sendo a versão vigente denominada Diretrizes G4. Segundo a GRI (2013, p. 03), “as Diretrizes G4 foram desenvolvidas para serem universalmente aplicáveis a todas as organizações, tanto de grande como de pequeno porte, em todo o mundo”. Isso permite a utilização tanto por relatores experientes como pelos iniciantes. (GRI, 2013).

Sobre as Diretrizes, segundo a GRI (2013, p. 04), pode-se afirmar:

As Diretrizes GRI para Relato de Sustentabilidade (Diretrizes) oferecem princípios, conteúdos e um manual de implementação para que diferentes organizações, a despeito de seu porte, setor ou localização, possam elaborar relatórios de sustentabilidade. As Diretrizes constituem, também, uma referência internacional para todos os interessados na divulgação de informações sobre a forma de gestão das organizações, seu desempenho ambiental, social e econômico e impactos nessas áreas. As Diretrizes oferecem subsídios úteis para a elaboração de qualquer tipo de documento que exija essa divulgação. (GRI, 2013, p. 04).

As Diretrizes GRI são compostas por duas partes: os Princípios para Relato e Conteúdos Padrão e o Manual de Implementação. Na primeira, são expostos os princípios, conteúdos e critérios a serem aplicados para que a organização elabore seu RDS conforme as Diretrizes. Na segunda, o manual disponível explica como aplicar os princípios para relato, preparar as informações a serem divulgadas e interpretar os diversos conceitos estabelecidos nas Diretrizes. (GRI, 2013).

As Diretrizes G4 possuem duas opções para a organização do conteúdo que podem receber o “De Acordo” da entidade: a opção **Essencial**, contendo elementos fundamentais de um relatório de sustentabilidade, e a opção **Abrangente**, a qual tem a opção Essencial como base, porém, exige a divulgação de informações adicionais (estratégia, análise, governança, ética e integridade da organização) a respeito da organização. (GRI, 2013; ANZILAGO, 2015).

Com relação aos Conteúdos Padrão Gerais, esses aplicam-se a todas as organizações que elaboram RDS. Os conteúdos a serem relatados dependem da abrangência escolhida para elaboração do relato. No entanto, é possível identificar as sete divisões do Conteúdos Padrão Gerais (QUADRO 07), bem como os indicadores que devem ser relatados considerando a opção Essencial, isto é, o padrão mínimo de informação que deve ser divulgada por qualquer organização. (GRI, 2013). Todavia, apesar de iniciativas rumo a normalização, como a da GRI, ainda existem discrepâncias consideráveis entre empresas de diferentes ambientes institucionais no que se refere ao conteúdo e à qualidade desses informes. (HAHN; KUHNEN, 2013).

QUADRO 07 – CONTEÚDOS PADRÃO DAS DIRETRIZES GRI

Conteúdos Padrão	Definição do Conteúdo	Principais Informações	Indicadores (Opção Essencial)	Indicadores (Opção Abrangente)
Estratégia e Análise	Perspectivas sobre tópicos estratégicos da sustentabilidade da organização	Informações sobre as perspectivas relacionada aos tópicos estratégicos	G4 - 1	G4 – 1; G4-2
Perfil Organizacional	Visão geral das características organizacionais	Informações sobre as características organizacionais.	G4-3; G4-4; G4-5; G4-6; G4-7; G4-8; G4-9; G4-10; G4-11; G4-12; G4-13; G4-14; G4-15; G4-16	G4-3; G4-4; G4-5; G4-6; G4-7; G4-8; G4-9; G4-10; G4-11; G4-12; G4-13; G4-14; G4-15; G4-16
Aspectos Materiais Identificados e Limites	Processo adotado pela organização para definir o conteúdo do relatório	Informações sobre o processo para definir as informações específicas a serem incluídas no relatório.	G4-17; G4-18; G4-19; G4-20; G4-21; G4-22; G4-23	G4-17; G4-18; G4-19; G4-20; G4-21; G4-22; G4-23
Engajamento de Stakeholders	Engajamento de <i>stakeholders</i> da organização no decorrer do período coberto pelo relatório	Informações sobre o engajamento de <i>stakeholders</i> da organização no decorrer do período coberto pelo relatório	G4-24; G4-25; G4-26; G4-27	G4-24; G4-25; G4-26; G4-27
Perfil do Relatório	Visão geral de informações básicas sobre o relatório e verificação externa	Informações básicas sobre o relatório, periodicidade, verificação externa, etc.	G4-28; G4-29; G4-30; G4-30; G4-31; G4-32; G4-33	G4-28; G4-29; G4-30; G4-30; G4-31; G4-32; G4-33
Estrutura de Governança e sua Composição	Estrutura de governança e envolvimento da liderança da empresa	Informações sobre a estrutura de governança da companhia.	G4-34	G4-34; G4-35; G4-36; G4-37; G4-38; G4-39; G4-40; G4-41; G4-42; G4-43; G4-44; G4-45; G4-46; G4-47; G4-48; G4-49; G4-50; G4-51; G4-52; G4-53; G4-54; G4-55
Ética e Integridade	Visão sobre valores, princípios, padrões e normas da organização	Informações sobre os valores, princípios, padrões e normas da organização, bem como mecanismos internos e externos relacionados ao comportamento ético.	G4-56	G4-56; G4-57; G4-58
Conteúdos Padrões Setoriais	Indicadores e Informações de Gestão Relacionadas a Aspectos Específicos	Informações sobre os aspectos econômico, social e ambiental específicos para o negócio da entidade.	Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua	Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua

FONTE: Adaptado da GRI (2013).

Além disso, existe a crítica que o modelo é muito focado em questões ambientais e sociais, enquanto que abrange apenas alguns e bastante gerais indicadores econômicos. (HAHN; KUHNEN, 2013; FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015). Talvez devido a isso, as empresas estariam dando pouca ênfase às informações sobre o desempenho econômico. (CALIXTO, 2013; GARCIA et al., 2015).

Com relação a aplicação das Diretrizes GRI aos RDS do setor elétrico, alguns estudos (MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2012; CAMPOS JUNIOR; KASSAI, 2014; GARCIA et al., 2015) identificaram que, apesar da regulação da divulgação socioambiental implementada pela ANEEL, as concessionárias tem apresentado discrepâncias quanto ao atendimento das Diretrizes GRI.

Feito esse breve resgate sobre os principais temas relacionados à contabilidade para sustentabilidade, considerando os objetivos dessa pesquisa, na próxima seção passar-se-á a discorrer sobre as características do setor elétrico nacional.

2.3 O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (SEB)

Nessa seção será descrita a evolução do Setor Elétrico Brasileiro (SEB). Devido as peculiaridades do setor de energia elétrica do Brasil, o qual diverge em muitos aspectos da maioria dos países do globo, para elaboração do referencial teórico dessa seção, optou-se por realizar uma pesquisa essencialmente nacional baseada principalmente em Teses e Dissertações produzidas no âmbito de três programas de pós-graduação de energia recomendados pela CAPES (2016):

- a) Programa Pós-Graduação em Planejamento Energético (PPE) do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criado em 1979;
- b) Programa de Pós-Graduação em Energia (PPGE) do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP), criado em 1989; e
- c) Programa de Pós-Graduação em Planejamento de Sistema Energéticos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), criado em 1998.

A escolha desses programas é justificada pelo fato de serem esses os mais tradicionais voltados para os sistemas energéticos no país e pelo volume de

produções voltadas à análise de fenômenos do SEB. Eventualmente, periódicos e publicações consideradas relevantes também foram incluídas na pesquisa com vista a proporcionar maior abrangência sobre o tema.

Para fins didático, pode-se descrever a evolução histórica do SEB em três fases bem distintas (QUADRO 08):

QUADRO 08 – FASES HISTÓRICAS DO SEB

Fase	Período	Operação	Descrição
1ª	1879 a 1933	Empresas Privadas	A fase inicial foi marcada pela grande participação da iniciativa privada, sendo a infraestrutura da indústria de energia elétrica voltada para viabilizar a iluminação pública e o transporte municipal (bondes). Grupos internacionais, como LIGHT e AMFORP, passaram atuar no país e a financiar as primeiras usinas e redes de distribuição.
2ª	1934 a 1994	Empresas Estatais	Considerada a fase de “estatização” da indústria, tendo início após a edição do Código de Águas em 1934 (Decreto 24.634/1934). A união começa a legislar fortemente sobre a exploração da energia elétrica e, devido a uma série de dificuldades econômicas das empresas privadas, passa a financiar e a conduzir a expansão do setor por meio de empresas estatais, como a ELETROBRAS.
3ª	1995 em diante	Empresas Estatais e Privadas	O governo edita a Lei 8.987/1995, a qual dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal de 1988. Ainda em 1995, inicia-se o processo de privatização das empresas estatais por meio da venda da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (ESCELSA), privatizada em 12 de julho de 1995. Nessa fase, implanta-se o modelo regulado, baseado na competição, onde tanto a iniciativa privada quanto o estado brasileiro possuem um papel de destaque na operação e expansão do setor.

FONTE: Adaptado de David (2013).

Dessa forma, nas subseções seguintes passar-se-á a discorrer sobre a formação histórica do SEB, da sua criação até sua configuração institucional atual baseada no modelo regulado.

2.3.1 O surgimento do SEB

O privilégio de introduzir a energia elétrica no país foi dado ao inventor estadunidense Thomas Alva Edison pelo Imperador Dom Pedro II no idos de 1879 (SILVA, 1996; MENDONÇA; BRITO, 2007). No mesmo ano, foi inaugurado na Estação Central da Estrada de Ferro Dom Pedro II, atual Central do Brasil, a primeira instalação de iluminação pública do Brasil. (MENDONÇA; BRITO, 2007).

Os primeiros serviços de geração de energia elétrica do Brasil tiveram origem no século XIX, sendo que a primeira Usina Hidrelétrica (UHE) no país, localizada no rio Ribeirão do Inferno, que travessa a cidade de Diamantina, estado de Minas Gerais, entrou em operação em 1883 (MÜLLER, 1995; MENDONÇA, BRITO, 2007; CMEB, 2007), tendo a finalidade de fornecer energia para a atividade de mineração (DINIZ, 2011). Em 1893, foi implantada próximo à cidade São Carlos, estado de São Paulo, a primeira hidrelétrica paulista (IANNONE, 2006; DINIZ, 2011), a UHE Monjolinho, a qual, após passar por uma reforma realizada pela concessionária Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) em 2002, continua em operação até os dias atuais. (IANNONE, 2006; MENDONÇA; BRITO, 2007).

Em 1889 entrou em operação a primeira usina hidrelétrica de maior porte do Brasil, a UHE Marmelos Zero, de propriedade da Companhia Mineira de Eletricidade (CME), localizada no rio Paraibuna, município de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais. A energia gerada, além de abastecer a cidade, servia para alimentar a fábrica de tecidos de Bernardo Mascarenhas grande industrial da época (MÜLLER, 1995; MENDONÇA, BRITO, 2007).

No início do século XX foi editado o primeiro regulamento disciplinado a utilização da energia no país, a Lei 1.145, de 31 de dezembro de 1903, uma espécie de lei orçamentária na essência, mas que autoriza o governo a explorar as quedas d'águas para geração de energia. (BRASIL, 1903; MENDONÇA, BRITO, 2007). Sobre o assunto, versa o art. 23 desse regulamento:

O Governo promoverá o aproveitamento da força hydraulica para transformação em energia electrica applicada a serviços federaes, podendo autorizar o emprego do excesso da força no desenvolvimento da lavoura, das industrias e outros quaesquer fins, e conceder favores às empresas que se propuzerem a fazer esse serviço. Essas concessões serão livres, como determina a Constituição, de quaesquer onus estadoaes ou municipaes. (BRASIL, 1903).

Em seus primórdios, o SEB foi formado a partir de dois tipos de iniciativas (LIMA, 1995; ROSIM, 2008). A primeira, de caráter nacional, contava com empreendimentos de menor porte, de abrangência municipal, realizados por empresários nacionais os quais estavam ligados às mais diversas atividades (LIMA, 1995; KESSLER, 2006). Gonçalves (2009) comenta que as primeiras usinas brasileiras foram implantadas por produtores agrícolas que visavam atender suas próprias necessidades. A segunda, era caracterizada por projetos de maior porte

financiados por investidores estrangeiros (LIMA, 1995; KESSLER 2006), dentre esses, se destacando o grupo canadense controlador da empresa *Brazilian Traction, Ligth and Power*, atual LIGTH. (SILVA, 1996; GONÇALVES, 2009; KESSLER 2006; ROSIM, 2008).

Iannone (2006), que estudou a formação do setor elétrico paulista, afirma que a implantação das primeiras usinas hidrelétricas em São Paulo deu-se por iniciativa de empresários locais ligados à agricultura do café. Como não havia regramento sobre a utilização de recursos hídricos, os estados e municípios gozavam de bastante liberdade para estabelecer os contratos de exploração dos recursos hídricos com a iniciativa privada. Comenta o autor que no início o objetivo dos empreendimentos neste estado era o atendimento aos serviços públicos de iluminação pública e residencial e também às necessidades das indústrias da época. (IANNONE, 2006).

Em 1927, a *American & Foreign Power Company* (AMFORP), uma empresa controlada pela General Electric, inicia suas atividades no país. Após uma sequência de aquisições e fusões a empresa viria a tornar-se o segundo maior grupo a atuar no SEB, sendo que durante algum tempo a mesma, em conjunto com o grupo LIGTH, controlou aproximadamente 80% da distribuição de energia no Brasil. Essas companhias tiveram uma participação fundamental tanto na expansão quanto no desenvolvimento tecnológico do setor. (IANNONE 2006; CMEB, 2007).

Nessa época, de acordo com Iannone (2006), a ação desses grupos econômicos e a urbanização das metrópoles foi a força motriz da expansão do setor elétrico. A partir desse período começaram a surgir de modo incipiente os primeiros regulamentos voltados para preservação do meio ambiente, sendo que nos primórdios essas normas estavam voltadas para proteção dos peixes. Como fato disso, Müller (1995) cita a edição da Lei Estadual 2.250, de 28 de dezembro de 1927, que obrigava a instalação de escadas de peixes nas novas hidrelétricas construídas em São Paulo. (MÜLLER, 1995).

No final dos anos 20, diversos eventos como a Grande Depressão (1929), a crise cafeeira, a incapacidade de realizar os investimentos necessários à expansão por parte das concessionárias, dentre outros, gerou certa paralização no SEB lançando as bases para o início da intervenção estatal na indústria. (SILVA, 1996).

As diversas crises ocorridas nas primeiras décadas do século XX, especialmente a 1ª Grande Guerra Mundial, levaram o estado brasileiro a intervir com maior intensidade na economia. Isso porque ocorreu uma grande redução no fluxo de

investimentos entre as nações as quais voltaram-se para socorrer o mercado interno. O modelo desenvolvimentista do presidente Getúlio Vargas baseado no nacionalismo e na substituição do modelo agroexportador cafeeiro impulsionou a industrialização do país. (SILVA, 1996; SILVA, 2011).

Esse fato é comprovado com a criação das indústrias de base, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Nesse contexto, também é criada a primeira grande geradora federal, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco ou simplesmente CHESF (SILVA, 1996; CORREA, 2005; DOILE, 2012). Nesse período, conforme Gonçalves (2009), foi editado o Código de Águas (Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934) pelo presidente Vargas. Segundo o mesmo autor, ocorreram três mudanças importantes com o novo regramento:

- As quedas d'águas foram incorporadas ao patrimônio da União passando a sua exploração a ser explorada via concessão;
- Instituiu o custo histórico para avaliação do capital das concessionárias;
- Estabeleceu o regime tarifário com base no custo do serviço.

Conforme aponta Correa (2005, p. 256), a grande inovação do Código de Águas “foi a caracterização jurídica dada à propriedade das águas, que a partir de então passou a ser distinta dos bens e terrenos circundantes”. Nesse sentido, Silva (2011) afirma que a partir desse regulamento tanto a exploração industrial de curso de água como o aproveitamento desses para geração de energia ficava vinculado a obtenção de concessão ou autorização da União. (CORREA, 2005; SILVA, 2011).

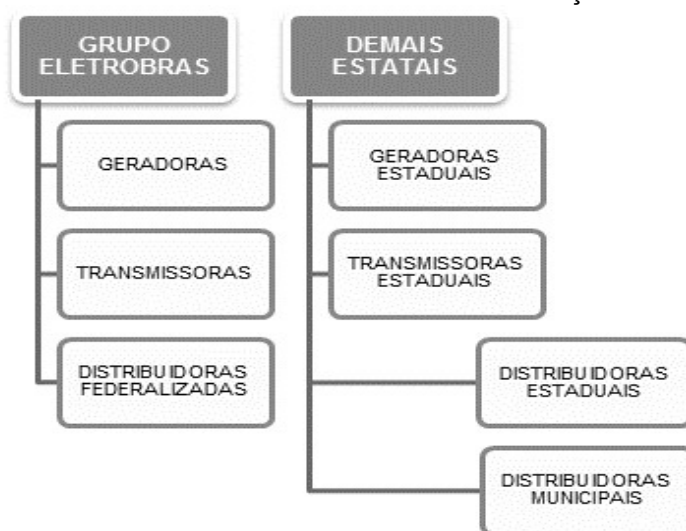
Assim, durante o período do Estado Novo do governo Vargas, o estado foi ampliando a sua intervenção no SEB passando a ser o principal propulsor. Nesse período, a regulação e a fiscalização do SEB eram competência do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o qual era subordinado ao Ministério da Agricultura. Porém, no fim dos anos 30, foi criado o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), substituído posteriormente pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). (IANONNE, 2006; SILVA, 2011; DOILE, 2012).

Aliado a isso, no fim da década de 30, as dificuldades de importação de equipamentos, a falta de recursos financeiros no mercado internacional, os quais estavam sendo canalizados para as tropas que lutavam na Segunda Grande Guerra, e a mudança nas regras de remuneração das concessionárias fizeram com que as

empresas perdessem o interesse em investir na expansão do SEB. Isso reforçou ainda mais o intervencionismo do estado brasileiro que passou a atuar diretamente no setor por meio das empresas estatais. (IANONNE, 2006).

Paulatinamente, a estatização do setor foi tomando forma por meio de várias ações conduzidas pelo governo federal, sendo a maior delas a criação das Centrais Elétricas Brasileiras (Grupo ELETROBRAS), e por algumas ações de governos estaduais que contribuíam para expansão do setor através de suas estatais, destacando-se a CEMIG, a COPEL e a CESP (FIGURA 07). Na prática, cada empresa estatal expandia sua capacidade de fornecimento conforme o crescimento de seu mercado local, sendo que os projetos estruturantes de caráter nacional ficavam a cargo das empresas do Grupo Eletrobrás. (IANONNE, 2006).

FIGURA 07 – MODELO DO SEB APÓS A ESTATIZAÇÃO



FONTE: O autor (2016).

O SEB apresentou um expressivo crescimento entre as décadas de 60 e 70, porém, no início dos anos 80 o modelo vigente começou a apresentar sinais de esgotamento. Planos econômicos fracassados apontaram para a necessidade de profundas reformas estruturais. Para tentar atenuar os problemas, instituiu a Revisão Institucional do Setor Elétrico (Projeto REVISE). Em seguida, outra iniciativa, o Projeto de Restruturação do Setor Elétrico Brasileiro (Projeto RE-SEB), promovido pelo Ministério de Minas e Energia (MME), e a abertura da economia no início dos anos 90 lançaram as bases para a implementação do modelo regulado no âmbito do SEB. (PINTO JUNIOR, FIANI, 2002; DOILE, 2012).

Também foi nessa época que a questão da sustentabilidade começou a florescer no SEB. MÜLLER (1995) comenta que o despertar da sensibilidade ambiental no SEB teve início na década de 1970, especialmente após a Conferência de Estocolmo (1972) e da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente ligada à Presidência da República. De igual modo, também contribuiu o lançamento do programa *The Unesco International Hydrological Programme* da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), o qual visava a proteção e gestão dos recursos hídricos. (GONÇALVES, 2009).

Esses fatos contribuíram para incorporação dos aspectos socioambientais, em meados da década de 1980, ao planejamento e implantação de empreendimentos. Igualmente, mudanças estruturais ocorridas nos últimos anos fizeram com que essas questões precisassem ser enfrentadas. (MÜLLER, 1995; EPE, 2006). Entretanto, considerando que os debates sobre sustentabilidade passaram a ganhar robustez após a década de 1960, que a política brasileira sobre meio ambiente, Lei 6.938/1981, tem apenas 35 anos, e que a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) foi incorporada ao planejamento das expansões do sistema após a década de 1990, durante as reformas estruturantes, pode-se afirmar que, ao longo da maior parte de sua história, o SEB não precisou enfrentar questões ligadas à degradação ambiental e a sustentabilidade, especialmente quanto à divulgação de informações relacionadas.

2.3.2 Contexto Recente do SEB: o novo modelo

A partir do início dos anos 90, o SEB passou por uma série de mudanças estruturais voltada para desregulamentação do setor e instituição de políticas públicas visando atrair a participação de capital privado de forma a garantir a expansão do setor (DOILE, 2012; COSTA; GOUVEIA, 2013). Uma das primeiras iniciativas foi a edição da Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, a qual estabeleceu o Programa Nacional de Desestatização (PND), programa que visava a privatização das empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União e instituídas por lei ou ato do Poder Executivo e criadas pelo setor privado e que, por qualquer motivo, passaram ao controle, direto ou indireto, da União Federal (BRASIL, 1990), sendo que o PND chegou ao SEB a partir de 1995 com a privatização de algumas concessionárias (QUADRO 09). (DOILE, 2012).

QUADRO 09 – EXEMPLOS DE CONCESSIONÁRIAS PRIVATIZADAS

Nome	Privatização	Localização	Preço (Milhões)	Vendida (%)
ESCELSA	12/07/1995	ES	R\$ 385,0	50,00
LIGHT	21/05/1996	RJ	R\$ 2.230,0	51,00
CERJ (AMPLA)	20/11/1996	RJ	R\$ 605,3	70,26
COELBA	31/07/1997	BA	R\$ 1.730,9	65,64
AES SUL	21/10/1997	RS	R\$ 1.510,0	90,91
RGE	21/10/1997	RS	R\$ 1.635,0	90,75
CPFL	05/11/1997	SP	R\$ 3.015,0	57,60
ENERSUL	19/11/1997	MS	R\$ 625,6	76,56
CEMAT	27/11/1997	MT	R\$ 391,5	85,10
ENERGIPE	03/12/1997	SE	R\$ 577,1	85,73
COSERN	11/12/1997	RN	R\$ 676,4	77,92
CACHOEIRA DOURADA	05/09/1997	GO	R\$ 779,8	92,90
COELCE	02/04/1998	CE	R\$ 867,7	82,69
ELETROPAULO	15/04/1998	SP	R\$ 2.026,0	74,88
CELPA	09/07/1998	PA	R\$ 450,3	54,98
ELEKTRO	16/07/1998	SP / MS	R\$ 1.479,0	46,60
GERASUL	15/09/1998	RS	R\$ 945,7	50,01
BANDEIRANTE	17/09/1998	SP	R\$ 1.014,0	74,88
CESP - TIETÊ	27/10/1999	SP	R\$ 938,0	-
BORBOREMA	30/10/1999	PB	R\$ 87,4	-
CELPE	20/02/2000	PE	R\$ 1.780,0	79,62
CEMAR	15/06/2000	MA	R\$ 552,8	86,25
SAELPA	31/11/2000	PB	R\$ 363,0	-

FONTE: Adaptado de ABRADÉE (2016).

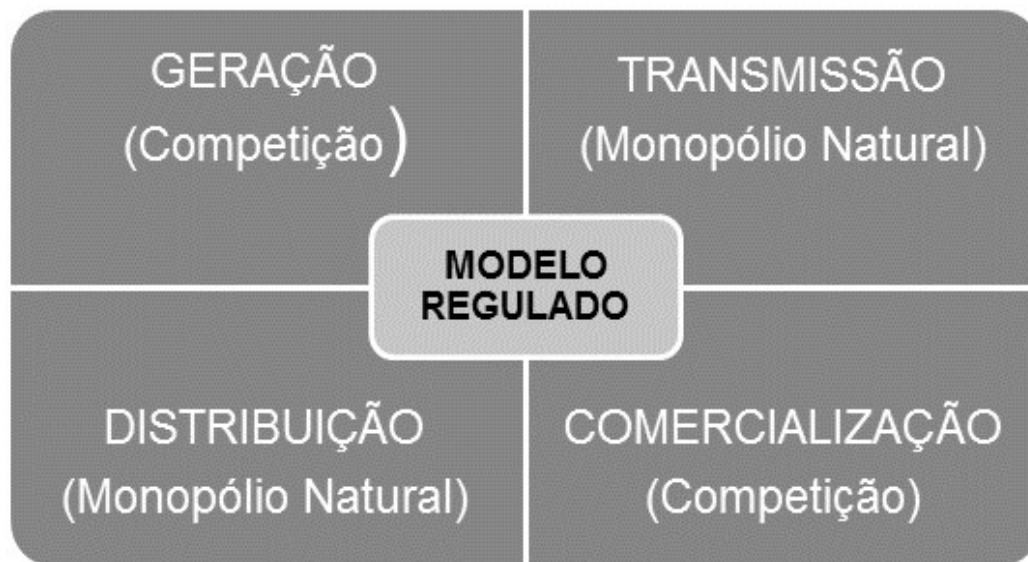
Todavia, as bases para essas reformas foram lançadas anos antes quando da promulgação da Constituição Federal de 1988 (SOUSA, 2002) a qual, em seu art. 175, incumbiu ao Poder Público a prestação de serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, através de licitação (BRUGNI et al., 2012; BRASIL, 1988). Tal orientação constitucional foi regulamentada pela Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conhecida como Lei Geral das Concessões, a qual dispôs sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (BRASIL, 1995). Esse ato viabilizou a abertura da indústria de eletricidade ao capital privado e acabou com a integração vertical. (PINTO JUNIOR, FIANI, 2002).

Castro, Brandão e Martelo Junior (2011, p. 03) afirmam que “o setor elétrico brasileiro, até 1995, caracterizava-se como um modelo estatal híbrido, de propriedade dos governos federal e estaduais. A partir de 1995, passou-se a aplicar o sistema de licitação para as concessões”.

Dessa maneira, mudanças significativas no SEB foram promovidas como resultado de um grupo de trabalho que atuou no Projeto RE-SEB, promovido pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 1996. A desverticalização da indústria nos

segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização foi a principal alteração implementada. (PINTO JUNIOR, FIANI, 2002; DOILE, 2012). As estruturas de mercado presentes no SEB após as reformas encontram-se ilustradas a seguir (FIGURA 08).

FIGURA 08 – ESTRUTURAS DE MERCADO DO SEB PÓS REFORMAS.



FONTE: O autor (2016).

Essa nova estrutura tinha o objetivo de preparar as bases para a viabilização de da competição e aumento da eficiência via mecanismos de regulação a ser realizada pela ANEEL recém-criada à época. Gonçalves (2009) comenta que a reestruturação do SEB foi realizada de forma paralela ao processo de privatização, sendo pautada nos seguintes pilares fundamentais: competição no segmento de geração e comercialização, defesa da concorrência, regulação dos monopólios naturais (transmissão e distribuição) e livre acesso aos sistemas de transmissão.

Desse ponto em diante, o SEB passou a ser composto por 04 segmentos independentes, sendo dois fortemente regulados (transmissão e distribuição), devido ao fato de serem monopólios naturais, e dois competitivos (geração e comercialização). As características desses segmentos estão resumidas na lista abaixo. (SOUSA, 2002; CAVALCANTI, 2012; ANEEL, 2015).

- **Concessionária de Geração (Agente de Geração)** - Empresa ou consórcio de empresas detentor de concessão ou autorização para produzir energia elétrica. Esta categoria dividi-se em prestadores de serviços públicos, Produtores Independentes de Energia (PIE), Autorizados e Autoprodutores. No

caso de importação de energia elétrica, a empresa ou consórcio responsável pela importação, bem como seus acionistas, serão considerados agentes de geração. A exploração do serviço público de geração de energia elétrica é concedida por empreendimento (usina hidrelétrica, usina térmica, usina eólica, usina heliotérmica, usina nuclear);

- **Concessionária Transmissora de Energia (Agente de Transmissão)** – Titular de concessão outorgada pelo governo para prestar serviços de transmissão de energia elétrica dos geradores para os distribuidores ou entre dois geradores. A exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica é concedida por empreendimento (linha de transmissão ou subestação);
- **Concessionária de Distribuição de Energia (Agente de Distribuição)** - Empresa detentora de concessão, permissão ou autorização para distribuir energia elétrica, a consumidor final ou a outra unidade suprida, exclusivamente de forma regulada. A exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica é concedida por área geográfica (município, estado ou região);
- **Comercializadores de Energia (Agente de Comercialização)** – Titular de autorização, concessão ou permissão para fins de realização de operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Esse processo de reestruturação do SEB foi constituído por 03 fases (QUADRO 10), as quais descrevem a transição de um modelo setorial estatal para um modelo regulado, conhecido como Novo Modelo do Setor Elétrico consolidado a partir de 2004. (SILVA, 2007; DOILE, 2012).

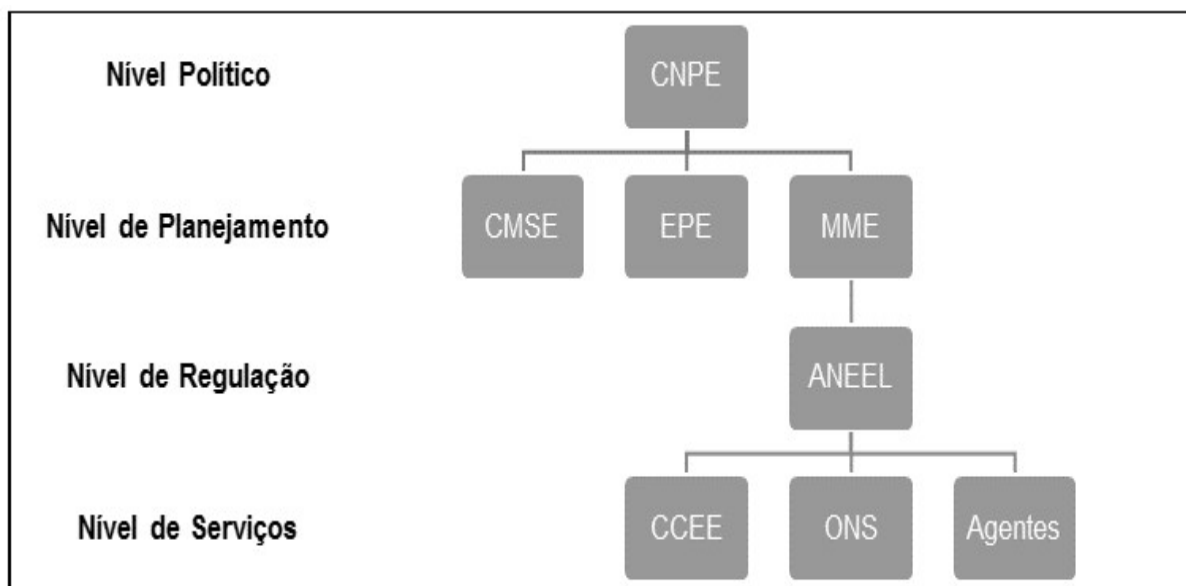
QUADRO 10 – TRANSIÇÃO PARA O NOVO MODELO

Período	Fase	Principais Eventos
Até 1995	Declínio do antigo modelo	Abertura econômica, Lei das Privatizações, Lei Geral das Concessões, Lei de Licitações, Normas de renovação das concessões e início das privatizações.
1995 a 2003	Transição para o modelo regulado	Criação da ANEEL, auge da privatização das empresas estatais, RE-SEB, racionamento.
2004 em diante	Novo Modelo do Setor Elétrico	Consolidação e ajustes, Leilões regulados, revisão tarifária, regulação da qualidade.

FONTE: Adaptado de Silva (2007).

Concluídas as reformas estruturantes, o modelo institucional vigente é composto por quatro níveis: i) no nível político encontra-se o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) cuja incumbência é a definição das políticas do setor, sendo um órgão de assessoramento da Presidência da República; ii) no nível de planejamento encontram-se o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), cuja função é de avaliar permanentemente a segurança do suprimento de energia elétrica, o Ministério de Minas e Energia (MME), órgão que representa o Poder Concedente, além de zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no país, e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a qual elabora o planejamento de longo prazo do setor; iii) num terceiro nível, está a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que regula e fiscaliza o SEB; iv) por fim, submetendo-se às diretrizes estabelecidas pela ANEEL, encontra-se o Operador Nacional de Energia Elétrica (ONS), instituição privada que gerencia a operação elétrica nacional, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), instituição privada responsável pelas operações de comercialização de energia, e os agentes setoriais (geradores, transmissoras, distribuidora e comercializadoras. (SOUSA, 2002; CAVALCANTI, 2012; DAVID, 2013).

FIGURA 09 – ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO SEB PÓS REFORMAS



FONTE: O autor (2016).

Nesse arranjo institucional (FIGURA 09), cabe a ANEEL o papel primordial de “gerenciar” o SEB regulando, fiscalizando a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia, segundo as políticas e diretrizes formuladas pelo MME.

A autarquia deve atuar visando a qualidade e universalização dos serviços, estimular a competição e garantir a modicidade tarifária. Dentre as suas várias atribuições encontra-se a fiscalização econômico-financeira das concessionárias, sendo um de suas ferramentas a contabilidade regulatória. (BRUGNI et al., 2012; CAVALCANTI, 2012; DAVID, 2013).

No entanto, é necessário registrar que o processo de reestruturação do SEB ocorreu de forma parcial. Tal fato foi devido a dois fatores: interrupção do processo de privatização do sistema Eletrobrás e a manutenção dos principais grupos econômicos existentes. Quanto ao primeiro, a interrupção das privatizações das empresas do grupo Eletrobrás criou um sistema regulado híbrido cujo regulador (MME) participar do mercado como agente (ELETROBRAS).

No que se refere ao segundo fato, a desverticalização das empresas do setor também não ocorreu na prática, tendo em vista que os principais grupos econômicos continuam atuando em todos os segmentos por meio de subsidiárias integrais subordinadas à *holdings* de energia. Assim, atualmente tem-se grupos econômicos atuando nos 04 segmentos do SEB, sendo que as reformas apenas inibem a comercialização de energia entre empresas geradoras e distribuidoras de um mesmo grupo, pratica conhecida como *self-dealing*.

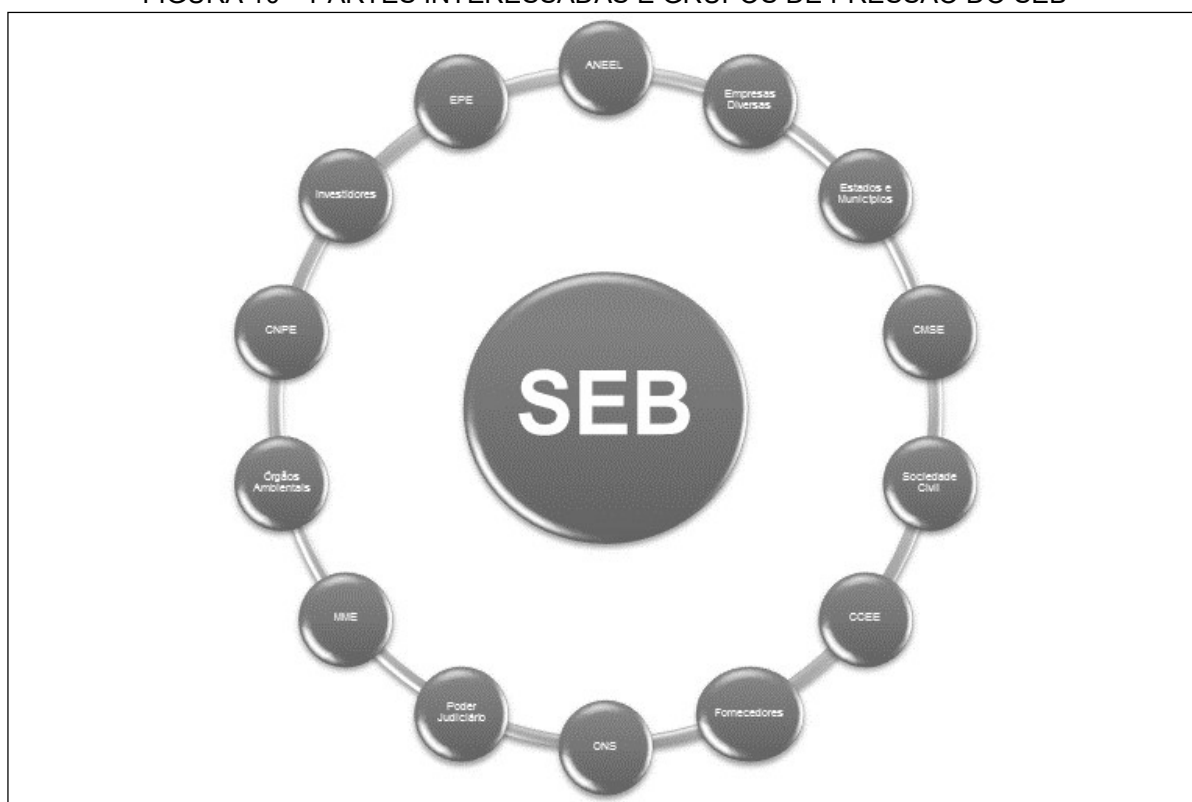
2.3.3 Contabilidade Regulatória: Informação Socioambiental no SEB

Existem diversos *stakeholders* interessados no desempenho das concessionárias do SEB, dentre esses podem-se destacar: a ANEEL, agência que regula o setor; o MME, órgão de Estado que estabelece as diretrizes para o SEB visando a manutenção do equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no país; a EPE, órgão responsável pelo planejamento setorial; Poderes Públicos Estaduais e Municipais, os quais possuem interesses relacionados à arrecadação tributária e aos investimentos realizados pelas concessionárias; fornecedores, que disputam os volumosos contratos de prestação de serviços atrelados aos projetos do SEB; IBAMA e demais órgãos ambientais, cuja missão é analisar e emitir as licenças necessárias a implantação e operação dos empreendimentos do SEB; investidores, interessados no desempenho das concessionárias listadas em bolsa; Organizações Não-Governamentais, as quais fiscalizam e pressionam as autoridades e empreendedores no que se refere à

preservação do meio ambiente; associações de classe (empresariais ou de profissionais) que lutam pela defesa dos interesses de seus associados. (MÜLLER-MONTEIRO, 2007).

Observa-se o grande número de interessados nas atividades relacionadas às concessionárias do SEB (FIGURA 10), sendo que a ANEEL, por determinação legal, tem a incumbência de fiscalizar e regular o setor, inclusive, nas questões de ordem econômico-financeiras. Dessa forma, apesar da existência do *Internacional Financial Reporting Interpretations Comittee IFRIC 12*, ratificado no Brasil por intermédio da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que trata da contabilização das operações de concessão, aquele órgão regulador, devido a alta complexidade existente no setor elétrico, instituiu a contabilidade regulatória (espécie de contabilidade paralela) a qual deve ser seguida pelas concessionárias. (BRUGNI et al., 2012).

FIGURA 10 – PARTES INTERESSADAS E GRUPOS DE PRESSÃO DO SEB



FONTE: Adaptado de Müller-Monteiro (2007).

Essa contabilidade paralela, além de permitir um melhor acompanhamento das concessões, possibilita também a prestação de contas por partes das empresas que atuam no setor, haja vista que essas prestam um serviço público. O embrião da

contabilidade regulatória surgiu no início da década passada quando a ANEEL ainda estruturava suas atividades. Assim, em 26 de outubro de 2001 foi publicada a Resolução ANEEL 444 (ANEXO 2), que institui o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSPE) (ANEEL, 2001). Em 2010, considerando a necessidade de divulgar à sociedade dados sobre a situação econômico-financeira das concessionárias, bem como a necessidade de manutenção das informações contábeis referentes à composição dos ativos, a agência editou a Resolução Normativa 396, de 23 de fevereiro de 2010, a qual instituiu a contabilidade regulatória no SEB. (ANEEL, 2010; BRUGNI et al., 2012).

Desde a sua gênese, a contabilidade aplicada ao SEB já se preocupava com sustentabilidade do setor, haja vista os notórios problemas socioambientais atrelados à indústria de energia elétrica. Nesse sentido, também foi preocupação do regulador a obrigatoriedade de prestação de contas pelas concessionárias sobre seu desempenho socioambiental (MOREIRA, 2012; GARCIA et al., 2015). Dessa forma, já em 2001, foi imposta a apresentação dos seguintes documentos:

- Balanço Social, conforme modelo IBASE; e
- Relatório de Responsabilidade Social Empresarial, seguindo os padrões do Instituto ETHOS.

Em 2006, com a publicação do Despacho ANEEL 3.034/2006 (ANEXO 3), o Relatório de Responsabilidade Social Empresarial, primeiro RDS do SEB, foi substituído por um modelo atualizado, o qual incorporava os princípios emitidos pela GRI, sendo esse RDS passou a ser denominado “Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica”. Essa proposta consistia num padrão mínimo para divulgação, ficando a critério de cada empresa elaborar o RDS em padrões mais abrangentes, como o GRI, desde que também fossem apresentados indicadores específicos para o setor de energia elétrica. (ANEEL, 2006).

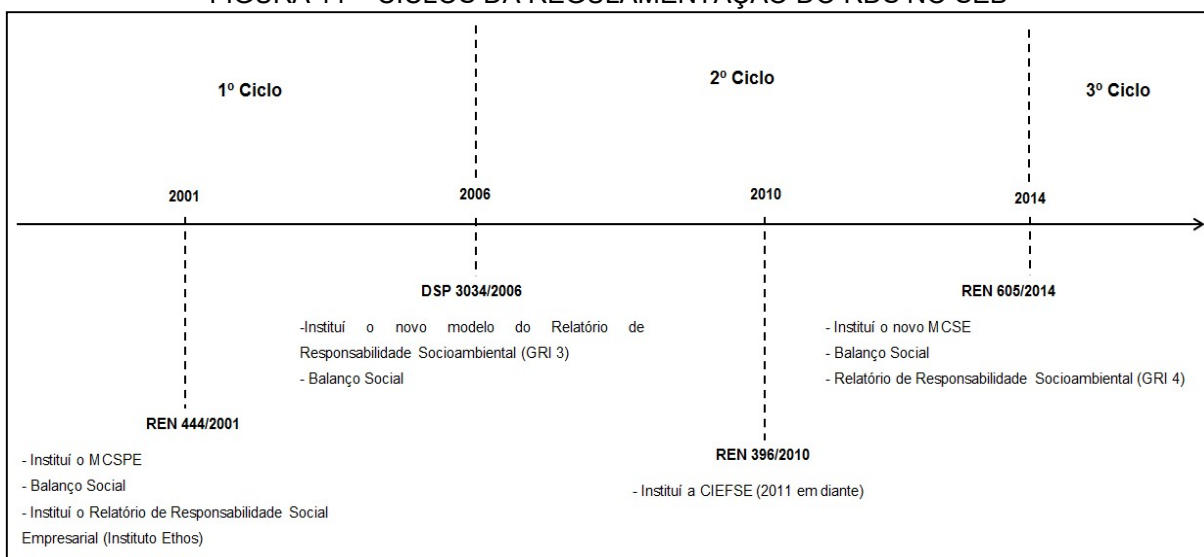
Em seguida, quando da publicação da Resolução Normativa 396/2010, a ANEEL instituiu o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e criou a CIEFSE com o objetivo de proporcionar maior transparência quanto aos relatórios contábeis regulatórios apresentados pelas concessionárias. A central funciona como um grande repositório no qual devem constar todos as Demonstrações Contábeis (Societária e

Regulatória) das concessionárias (ANEEL, 2010). O acesso é aberto a toda sociedade, sendo necessário apenas a realização de um cadastro prévio no *website* da própria ANEEL.

Mais recentemente, a ANEEL editou a Resolução Normativa 605, de 11 de março de 2014, que reformulou o MCSE, visando contemplar as alterações estabelecidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade introduzidas no Brasil pelo CPC, bem como atualizou o RDS aplicável ao SEB visando o seu aprimoramento e alinhamento à nova realidade dos padrões de divulgação, inclusive, prevendo a possibilidade de apresentação do RDS no formato do Relato Integrado desde que sejam contemplados os indicadores e informações sobre aplicáveis ao SEB. (ANEEL, 2014).

Para fins didáticos, a evolução da regulação de informações socioambientais no SEB pode ser dividida em três ciclos (FIGURA 11). No primeiro, entre 2001 e 2006, as empresas eram obrigadas a divulgar o Balanço Social modelo IBASE e o Relatório de Responsabilidade Social Empresarial baseado nos indicadores do Instituto Ethos. No segundo, além de uma nova denominação para o RDS (Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica), foi incorporado ao relatório os princípios emanados pela GRI, haja vista que a essa entidade estava conquistando ampla aceitação por partes das organizações. O terceiro ciclo, inicia-se a partir de 2015, sendo que foram mantidos os princípios emitidos pela GRI e realizadas algumas atualizações visando acompanhar as tendências mais recentes. Verifica-se que em todos os ciclos foi mantida a apresentação do Balanço Social.

FIGURA 11 – CICLOS DA REGULAMENTAÇÃO DO RDS NO SEB



FONTE: O autor (2016).

As concessionárias desempenham um papel intrinsecamente social e importante a construção de um futuro sustentável (ANEEL, 2014). Garcia *et al.* (2015) comentam que as concessionárias do SEB são essenciais para o desenvolvimento do país, mas, por outro lado, também provocam elevados impactos socioambientais. Como as concessionárias, igual a toda organização empresarial, estão inseridas na sociedade provocando alterações sociais, econômicas, ambientais, culturais e tecnológicas ao desenvolverem suas atividades, estas precisam atuar de forma sustentável visando o interesse coletivo.

Conforme a ANEEL (2014), a responsabilidade social das concessionárias é ainda mais acentuada pois essas prestam um serviço de interesse público.

A tomada de consciência da atuação e reflexos dessas atividades nesse contexto constitui a sua responsabilidade socioambiental. Por se tratar de um serviço público, prestado sob o regime de concessão, a análise dessa responsabilidade deve ser ainda mais ampliada, passando pela compreensão de que a prestação desses serviços tem de atender prioritariamente ao interesse público já que toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de um serviço adequado que satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas. (ANEEL, 2014, p. 647).

Desse modo, nota-se o cuidado do regulador em reconhecer que as concessionárias, como prestadoras de serviço essencial à população, mais do que outras organizações, devem atuar de maneira sustentável durante a exploração da concessão, tendo em conta a função estratégica dessas para o país.

Assim, o atendimento dos interesses da sociedade pode ser verificado por meio das informações que as empresas divulgam o que caracteriza sua prestação de contas (ANEEL, 2014), a qual se materializa pela elaboração do RDS obrigatório. Nesse sentido, a investigação realizada por Moreira (2012) concluiu que “as práticas de disclosure socioambiental se apresenta como a medida mais adequada ao caso brasileiro” devido as peculiaridades do SEB. Além disso, Garcia *et al.* (2015) afirmam que a regulação do RDS estabelecido pela ANEEL tem feito com que as companhias do setor figurem entre aquelas que mais divulgam informações socioambientais.

Corroborando com esse autor, Rover (2013, p. 59) observou que “as empresas reguladas pela ANEEL são fortemente recomendadas a divulgar o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental”, tendo, por isso, desenvolvido um elevado nível de *disclosure* socioambiental (ROVER, 2013). Outros autores (CALIXTO, BARBOSA, LIMA, 2007; MUCIA, SANTOS, 2009) também encontraram

evidências que as empresas do setor elétrico possuem elevado nível de *disclosure*. (CALIXTO, BARBOSA, LIMA, 2007; MUCIA, SANTOS, 2009; ROVER, 2013).

Esses fatos sugerem que as concessionárias, no que se refere às suas ações socioambientais, podem estar divulgando apropriadamente essas informações atendendo, assim, ao princípio emanando pela Teoria da Contabilidade que sustenta que a informação divulgada deve ser justa, adequada e completa, bem como ao Enfoque Ético daquela teoria. (HENDRIKSEN; VAN BREDÁ, 2012).

Nessa seção, por meio de uma pesquisa bibliográfica, procurou-se realizar um levantamento das principais características do SEB e das concessionárias de energia que atuam nesse setor. Paralelamente, descreveu-se como as questões envolvendo sustentabilidade e RSE são tratadas no âmbito do setor elétrico, especialmente com relação à contabilidade regulatória implementada pela ANEEL.

Em seguida, serão apresentados os resultados de estudos recentes que guardam relação com a presente investigação.

2.4 ESTUDOS RECENTES

Nessa seção serão apresentados o resultado de alguns estudos recentes relacionados à presente investigação. Para sua construção foram utilizados estudos coletados em duas bases de dados de periódicos: Periódicos Capes e *Science Direct*. Foram utilizados como indexadores os termos: GRI, *Global Report Initiative*, Setor Elétrico, Concessionárias, Relatórios de Sustentabilidade, *Sustainability Report*, *Electric Sector*. Em seguida, os textos foram selecionados com base na leitura dos respectivos resumos.

2.4.1 Estudos nacionais

A comunicação acerca de sustentabilidade empresarial, responsabilidade social corporativa e divulgação socioambiental tem sido objeto de numerosos estudos em anos recentes, inclusive, tem aumentado a quantidade de estudos nacionais que investigam o nível de evidenciação socioambiental das empresas brasileiras. No entanto, ainda são poucos os estudos relacionados ao atendimento das Diretrizes da GRI. Em sua maioria, é utilizada a análise de conteúdo de algum tipo de relatório

visando verificar o atendimento, ou não, de algum parâmetro estabelecido. (GUABIANI, SANTOS, BEUREN, 2012).

Um dos estudos mais citados pelos pesquisadores nacionais é o de Dias (2006). A autora inovou ao criar um índice denominado Grau de Aderência Plena aos Indicadores Essenciais solicitados pelo GRI (GAPIE-GRI) para avaliar RDS com base nas Diretrizes GRI. A investigação foi constituída por 10 empresas brasileiras que divulgaram RDS no formato da GRI no ano de 2004. Os achados indicaram que uma grande variação de aderência plena das empresas brasileiras, tendo os índices variados de 6% a 95,83%.

O estudo de Dias (2006) foi aprimorado por Carvalho (2007), a qual além de analisar o grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE-GRI), desenvolveu outro indicador, denominado de grau de evidenciação efetiva (GEE). O foco do estudo foram os RDS de 08 empresas latino-americanas, porém internacionais, oriundas da Bolívia, Chile, Equador, México e Nicarágua, que utilizavam as Diretrizes GRI. Os resultados evidenciaram que nenhuma das empresas da América Latina analisadas apresentou alto GAPIE-GRI ou GEE. Adicionalmente, a autora também observou que poucas empresas submeteram seus relatórios ao processo de verificação externa independente.

Almeida (2006) analisou a qualidade dos Balanços Sociais apresentados por 14 concessionárias do SEB, tendo constatado que as empresas acabam omitindo muitas das informações o que dificulta a comparabilidade entre as mesmas.

Gasparino e Ribeiro (2007) realizaram outro estudo que possui bastante citações. As autoras analisaram os RDS de 06 empresas do setor de papel e celulose (03 brasileiras e 03 americanas) visando comparar a adoção dos indicadores da GRI. Os achados do estudo evidenciaram que as empresas possuem dificuldades em relatar indicadores e informações de desempenho ambiental e social. Percebeu-se que as empresas americanas possuem maior grau de atendimento às Diretrizes GRI do que as brasileiras, porém, mesmo aquelas deixaram de reportar alguns indicadores.

Castro (2008) buscou verificar o quanto as empresas sul americanas de energia elétrica, que utilizaram diretrizes da GRI em seus RDS no ano de 2006, atenderam exatamente ao que foi solicitado para os indicadores de desempenho essenciais. A autora concluiu que o grau de aderência aos padrões da GRI era baixo, inclusive, para as empresas de energia elétrica brasileiras.

Valendo-se da metodologia proposta por Dias (2006) e Carvalho (2007), Castro, Siqueira e Macedo (2009) conduziram um estudo similar ao daquelas autoras, porém, analisaram os relatórios de sustentabilidade de 08 empresas do setor elétrico da América do Sul que divulgaram com base nas normas da GRI. De igual modo, os autores encontraram grandes discrepâncias com relação ao nível de utilização dos indicadores econômicos, sociais e ambientais. Os resultados demonstraram que, o fato de as empresas fazerem parte de um mesmo setor não significa que as mesmas estejam num mesmo nível de atendimento às Diretrizes GRI.

Pesquisa realizada por Braga et. al. (2011) com 60 empresas brasileiras do setor de energia elétrica, entre 2006 a 2009, objetivou identificar os fatores determinantes do nível de divulgação da informação ambiental das empresas do setor de energia elétrica brasileiro. A investigação adotou como fundamento a Teoria dos *Stakeholders* para estudar a divulgação ambiental no setor elétrico, considerando o poder dos *stakeholders* externos (governo, agente regulador e acionista) e fatores internos (relatório de sustentabilidade, desempenho econômico, controle acionário estrangeiro e grupo econômico), utilizando técnica de análise de regressão com dados em painel. Os achados da investigação revelaram que o nível de divulgação é influenciado positivamente pelas variáveis agente regulador, relatório de sustentabilidade e desempenho econômico. Adicionalmente, também constataram que houve melhoria no nível de divulgação da informação ambiental no setor elétrico brasileiro no período como resultado da regulamentação do RDS pela ANEEL.

Outro estudo conduzido por Maciel (2012) teve como objetivo descrever um quadro evolutivo dos níveis de evidenciação de caráter socioambiental nas demonstrações contábeis de uma concessionária de energia elétrica da região nordeste, a Companhia de Energia Elétrica do Estado de Pernambuco (CELPE). A autora aplicou a técnica da análise de conteúdo sobre as demonstrações publicadas durante 11 anos pela empresa. A pesquisa constatou que houve um aumento no nível de evidenciação durante o período analisado, porém, 98% das sentenças analisadas traziam uma comunicação positiva sobre as ações da empresa.

Gubiani, Santos e Beuren (2012), utilizando análise de conteúdo, verificaram o nível de disclosure das informações ambientais nos relatórios de administração de 11 empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Os autores analisaram oito categorias ambientais (políticas ambientais; sistemas de gerenciamento ambiental; impactos dos produtos e processos no meio

ambiente; políticas de energia; informações financeiras ambientais; educação, treinamento e pesquisa ambiental; mercado de créditos de carbono; e outras informações ambientais). Os resultados mostraram um que as categorias políticas ambientais e educação, treinamento e pesquisa ambiental apresentam uma evidenciação satisfatória. Além disso, foi observado que a maior parte das evidenciações buscam transmitir uma imagem positiva à empresa, reforçando os achados de Maciel (2012), sendo que aspectos menos favoráveis, como danos e passivos ambientais são omitidos.

Em outro estudo, Morisue, Ribeiro e Penteado (2012) verificaram a evolução dos indicadores propostos pela GRI nos RDS apresentados pelas empresas brasileiras do SEB, no período de 2006 a 2009. Os achados da pesquisa mostraram que ocorreu um aumento da utilização dos indicadores, porém, as empresas selecionadas apresentaram diferentes níveis de conformidade com as Diretrizes GRI. Similar aos achados de Braga et. al. (2011), os resultados também sugerem que a regulamentação estabelecida pela ANEEL contribuiu para evolução da divulgação socioambiental no SEB.

Calixto (2013) investigou de forma comparativa as informações socioambientais divulgadas por 226 companhias latino-americanas situadas em 05 países (Argentina, Brasil, Chile, México e Peru), no período de 2004 a 2009. Dentre os principais resultados, concluiu-se que a maioria das companhias de capital aberto não disponibiliza informações socioambientais nos seus relatórios anuais ou em relatórios de sustentabilidade. Também foi observado que a utilização das diretrizes GRI entre as companhias latino-americanas é reduzida.

Um estudo recente de Campos Junior e Kassai (2014) buscou conferir o atendimento aos padrões da GRI por empresas do segmento de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA que realizaram essa divulgação em 2012. Os autores concluíram que essas possuem dificuldades em reportar os indicadores relacionados à dimensão “Responsabilidade pelo Produto”, sendo que estas acabam optando pela simples omissão.

Martini Junior, Silva e Mattos (2014) realizaram um exame dos RDS com base na GRI elaborados por 03 empresas do segmento de geração de energia elétrica. O resultado do estudo indicou que as empresas falharam na validação das informações antes do início da elaboração propriamente dita do relatório, isto é, trazendo prejuízos quanto qualidade da informação e credibilidade da informação. Isso sugere que os

testes disponíveis nos princípios da GRI não estão sendo empregados ou são adotados sem eficácia.

Considerando questionamentos da academia referente a qualidade dos RDS, Garcia et al. (2015) empreenderam uma investigação sobre a acurácia dos indicadores econômicos (de EC1 a EC9) do padrão GRI, por meio da comparação das informações quantitativas monetárias divulgadas nos RDS com as informações contábeis disponíveis nas demonstrações financeiras. Os autores analisaram os RDS de 23 empresas do SEB publicados em 2011. Os resultados revelaram que o grau de acurácia é médio ou baixo para todas as empresas analisadas.

O estudo de Góis, De Luca e Vasconcelos (2015) com empresas listadas nas BM&FBovespa e na Bolsa de Madrid, publicado recentemente, procurou identificar os determinantes da divulgação dos indicadores de desempenho de sustentabilidade da GRI. Foram analisados os RDS de 94 empresas de capital aberto, referentes ao ano de 2011. Os achados levam a inferir que o nível de evidenciação das informações voltadas para a sustentabilidade pode estar associado com as características intrínsecas das empresas (tamanho, rentabilidade, endividamento, auditoria, setor de impacto ambiental e idade).

Outro estudo recente de Ferreira-Quilice e Caldana (2015) buscou identificar dificuldades quanto a utilização das Diretrizes GRI pelos usuários desse padrão. Foram levantados aspectos negativos do modelo segundo a opinião dos funcionários responsáveis pelo reporte, tendo sido entrevistados representantes de 27 empresas. Os resultados mostraram que as empresas têm dificuldade em entender o modelo proposto pelo GRI, o qual foi considerado complexo, ambíguo e flexível demais.

Em resumo, os achados dos estudos de Gasparino e Ribeiro (2007), Carvalho (2007), Gubiani, Santos e Beuren (2012), Maciel (2012) e Calixto (2013) indicam que as empresas evitam relatar informações que possam prejudicar a própria imagem. Assim, esses estudos sugerem que os RDS tem sido utilizado como peças de marketing pelas empresas, as quais podem estar tentando construir uma imagem sustentável por meio de um *greenwashing*. (RIBEIRO, 2006).

Em outras pesquisas, como as de Gasparino e Ribeiro (2007), Carvalho (2007), Castro (2008), Calixto (2013), Campos Junior e Kassai (2014), Martini Junior, Silva e Mattos (2014) e Garcia et al. (2015), os resultados mostraram que a utilização das Diretrizes GRI tem sido parcial pelas empresas.

2.4.2 Estudos internacionais

Roca e Searcy (2012) conduziram estudo com RDS de 94 empresas canadenses publicados em 2008, dessa amostra, 31 empresas divulgavam RDS segundo as Diretrizes GRI. A pesquisa objetivou identificar quais indicadores estavam sendo utilizados nos RDS. Os resultados evidenciaram que houve diferenças consideráveis na frequência de comunicação dos indicadores ambientais, econômicos e sociais sugeridas pelas Diretrizes GRI.

Moseñe et al. (2013), por meio de análise conteúdo dos RDS publicados por 07 empresas espanholas de energia eólica, entre os anos de 2005 a 2009, realizaram uma análise comparativa dos níveis de conformidade do uso dos indicadores da GRI. Os resultados demonstraram que apesar das diferenças existentes quanto as informações relatadas, ao longo do tempo, através de um processo mimético, as empresas passaram a convergir sobre o conjunto das informações fornecidas.

Em seu estudo, Lozano (2013), buscou analisar o relato de questões interligadas (entre dimensões) nos RDS de 53 empresas europeias, referente ao ano de 2009, sendo 13 indústrias classificadas no nível A + da GRI. O autor utiliza em suas análises uma ferramenta, a *Graphical Assessment of Sustainability Performance* (GRASP). A investigação concluiu que questões interligadas são bastantes divulgadas. Adicionalmente, que os RDS ainda tratam as questões de sustentabilidade a partir de uma perspectiva compartimentada.

Em pesquisa da Universidade de Coimbra, em Portugal, conduzida por Simões (2013) estudou a dimensão social da sustentabilidade das empresas portuguesas de prestação de serviços que seguem as diretrizes da GRI. Foi realizada uma análise individual e comparativa de dez empresas, entre o período 2008 e 2011. Por meio de uma análise de conteúdo, três indicadores da categoria de desempenho social dos RDS foram considerados na avaliação. Concluiu-se que, no geral, as empresas reportam indicadores da categoria social de forma clara conforme recomenda a GRI, além de terem melhorado a qualidade dos relatórios no período considerado.

Alazzani e Wan-Hussin (2013) avaliaram as práticas ambientais de 08 empresas do ramo de petróleo e gás com base nas Diretrizes GRI. A análise de conteúdo dos RDS do ano de 2009 indica que as empresas fizeram esforços razoáveis para divulgar o seu desempenho ambiental em conformidade com as orientações da

GRI. Os autores também concluem que as Diretrizes GRI são eficientes como padrões de relato de sustentabilidade.

Um estudo de pesquisadores brasileiros, Hourneaux Junior et al. (2014), mas publicado no periódico *Ecological Indicators*, investigou uma amostra de 149 empresas do setor industrial no Estado de São Paulo, Brasil. O artigo teve objetivo de analisar o uso de indicadores de desempenho ambiental por empresas industriais. Os achados da pesquisa mostraram que os indicadores mais relatados são aqueles relacionados com as atividades e processos principais, bem como aqueles que representam impactos diretos sobre custos e competitividade.

De igual modo às pesquisas nacionais, no âmbito internacional, os estudos também indicam que a utilização das Diretrizes GRI tem sido parcial pelas empresas, conforme achados de Roca e Searcy (2012), Lozano (2013) Alazzani e Wan-Hussin (2013).

Essa seção do referencial teórico teve o propósito de revisar estudos recentes relacionado ao atendimento das Diretrizes GRI, especialmente com relação às empresas do setor de energia elétrica. Ato contínuo, na próxima seção serão apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa.

3 METODOLOGIA

Conforme sua acepção mais aceita, o termo metodologia refere-se à disciplina cujo o objeto é o estudo dos métodos. No entanto, a mesma palavra também pode indicar os métodos utilizados por alguma ciência (MARTINS, THEÓPHILO, 2007). Quanto aos métodos, Fachin (2006, p. 29) afirma que “métodos, em pesquisa, seja qual for o tipo, é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de um estudo”. Assim sendo, nessa seção, serão apresentados os procedimentos utilizados na presente investigação.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Inicialmente, faz-se necessário descrever as principais características da pesquisa, ou melhor, sua tipologia. Para os autores Raupp e Beuren (2013), atualmente, na literatura não existe uma uniformidade entre os acadêmicos sobre as tipologias e delineamento de pesquisa existentes. Com base nisso, e considerando os objetivos estabelecidos no capítulo introdutório, este estudo adota as tipologias a seguir (QUADRO 11).

QUADRO 11 – CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Categoria	Classificação	Referência
Período temporal	<i>ex-post facto</i>	Martins e Theóphilo (2007)
Abordagem do problema	Qualitativa-quantitativa	Martins e Theóphilo (2007)
Objetivos	Descritiva	Raupp e Beuren (2013)
Procedimentos	Documental	Fachi (2006)
Dimensão temporal	Transversal	Beuren (2013)
Técnica de análise de dados	Análise de Conteúdo	Bardin (2004)

FONTE: O autor (2016).

Realizada essas breves considerações sobre a classificação da pesquisa, passar-se-á a descrever os procedimentos utilizados para coleta e análise de dados.

3.2 COLETA E CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS

No que diz respeito à coleta de dados, inicialmente faz-se necessário retomar as características da população objeto do estudo já descritas na subseção 2.3.2 desse trabalho. A população a ser pesquisada é composta pelas concessionárias de energia elétrica do SEB, isto é, aquelas que executam serviços públicos de competência da

União por meio de um contrato administrativo (contrato de concessão). Tendo-se como data-base o mês de janeiro de 2016, atuavam no setor 295 concessionárias (TABELA 01) que exploram concessões sob o regime de serviço público. Conforme exposto anteriormente, atualmente o SEB apresenta três segmentos cujas empresas atuam no sistema de concessões: geração, transmissão e distribuição de energia.

TABELA 01 – CONCESSIONÁRIAS DO SEB

Segmento	Concessionárias por Segmento
Distribuição ¹	63
Transmissão ¹	160
Geração ^{2 3}	72
Total	295

FONTE: O autor (2016).

NOTA 01: Dados da CIEFSE.

NOTA 02: Dados do Banco de Informações de Geração (BIG).

NOTA 03: Não incluem Autorizados, Autoprodutores e PIE.

Após coletados os RDS disponíveis na CIEFSE (<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/relatorioambiental/>) procedeu-se a classificação dos mesmos conforme o segmento. Em seguida, foram levantadas as características das concessionárias cujos RDS foram coletados e realizadas uma série de classificações (porte da empresa, listadas em bolsa, tipo de controle, etc). Para classificação da empresa pelo porte foi utilizado o critério definido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), banco que é o principal agente financeiro dos projetos de infraestrutura no Brasil, inclusive, essa instituição é um grande financiador dos projetos de transmissão e geração de energia (QUADRO 12).

QUADRO 12 – PORTE DAS EMPRESAS CONFORME BNDES

Classificação	Receita Operacional Bruta Anual
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média-grande empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

FONTE: BNDES (2016).

A seguir, os relatórios foram analisados considerando os critérios estabelecidos nos objetivos da investigação. A análise de dados consistiu na sistematização de todo material coletado com o propósito de transformá-los em informações que possam subsidiar as conclusões obtidas sobre o problema de pesquisa. (COLAUTO, BEUREN, 2013).

Nesse trabalho, a sistematização dos dados consistiu dos seguintes procedimentos:

- I. Definição dos critérios de seleção de dados;
- II. Coleta dos RDS na CIEFSE;
- III. Organização dos RDS por segmento do SEB;
- IV. Leitura e análise das sentenças nos RDS;
- V. Verificação da conformidade da sentença selecionada;
- VI. Tabulação dos dados em uma planilha eletrônica.

Ressalta-se que os RDS de algumas empresas não estavam disponíveis na CIEFSE, sendo os mesmos coletados diretamente dos *websites* das companhias quando disponíveis. Além disso, também foram retiradas dos *websites* algumas informações de caráter econômico-financeiras necessárias para classificação das empresas quando estas não foram localizadas nos respectivos RDS.

3.3 MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS

Nessa investigação, optou-se por utilizar a técnica de análise de conteúdo porque os dados analisados referem-se as comunicações presentes nos RDS apresentados pelas concessionárias de energia elétrica. Essa técnica caracteriza-se por analisar os conteúdos das mensagens existentes nas comunicações (escrita, oral, simbólica, dentre outras) entre os homens podendo ser aplicada tanto em abordagens qualitativas quanto nas quantitativas. A técnica é composta de três fases: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. (MARTINS, THEÓPHILO, 2007; COLAUTO, BEUREN, 2013).

Adicionalmente, Colauto e Beuren (2013) afirmam que ao se utilizar a análise de dados, considerando o conteúdo, deve-se escolher cuidadosamente sobre qual ênfase (Contabilidade Societária, Teoria da Contabilidade, Contabilidade Gerencial) deseja-se centralizar as análises (COLAUTO, BEUREN, 2013).

No presente trabalho, a análise de conteúdo considerará o enfoque da Teoria da Contabilidade porque a informação contábil, seja financeira ou socioambiental, pode influenciar a opinião dos usuários a respeito das operações de uma organização. Nesse sentido, como prestadoras de um serviço essencial à sociedade brasileira as

concessionárias, mais do que outras organizações, devem ter o compromisso empresarial de prestar contas sobre as ações efetivamente realizadas de forma transparente e sem vieses, visando atender o **Ênfoco Ético da Teoria da Contabilidade** (YAMAMOTO, SALOTTI, 2006; ANEEL, 2014).

Para análise dos RDS utilizou-se como parâmetro as informações exigidas para elaboração conforme a opção **Essencial** das Diretrizes GRI, considerando apenas os **Conteúdos Padrão Gerais**, exceto o Conteúdos Padrões Setoriais e o indicador G4 32 – Sumário GRI, resultando na análise de 33 indicadores (QUADRO 13).

QUADRO 13 – CONTEÚDO PADRÃO UTILIZADO PARA ANÁLISE

Conteúdos Padrão Gerais	Código	Indicadores (Opção Essencial)
Estratégia e Análise	GRI 1	G4 - 1
Perfil Organizacional	GRI 2	G4-3; G4-4; G4-5; G4-6; G4-7; G4-8; G4-9; G4-10; G4-11; G4-12; G4-13; G4-14; G4-15; G4-16
Aspectos Materiais Identificados e Limites	GRI 3	G4-17; G4-18; G4-19; G4-20; G4-21; G4-22; G4-23
Engajamento de <i>Stakeholders</i>	GRI 4	G4-24; G4-25; G4-26; G4-27
Perfil do Relatório	GRI 5	G4-28; G4-29; G4-30; G4-30; G4-31; G4-33
Governança	GRI 6	G4-34
Ética e Integridade	GRI 7	G4-56

FONTE: Adaptado de GRI (2013).

Tal fato foi motivado por serem esses conteúdos aplicáveis a todas as organizações, haja vista serem informações primordiais para elaboração de um RDS. Complementarmente, conforme Lozano (2013), faz-se necessário por em evidência que nesse trabalho será adotada avaliação de RDS baseada em indicadores (ver QUADRO 05).

Para leitura, catalogação, tabulação e cálculos estatísticos constante da análise dos dados dessa pesquisa foram utilizados os seguintes sistemas: *ATLAS.ti 7 Free Trial Version*®, *Adobe Reader*®, *Microsoft Excel 2013 for Windows*® e *Software Action Stat Pro 3.0*®. Na sequência, foi determinado um índice de atendimento individual por RDS (I_{RDS}). Essa determinação considerou a seguinte expressão:

$$I_{RDS} = \frac{GRI\ 1 + GRI\ 2 + GRI\ 3 + GRI\ 4 + GRI\ 5 + GRI\ 6 + GRI\ 7}{7} \quad (1)$$

Onde:

I_{RDS} = representa o índice de atendimento de cada RDS analisado.

$GRI\ 1$ = representa o conteúdo padrão *Estratégia e Análise*.

$GRI\ 2$ = representa o conteúdo padrão *Perfil Organizacional*.

$GRI\ 3$ = representa o conteúdo padrão *Aspectos Materiais Identificados e Limites*.

$GRI\ 4$ = representa o conteúdo padrão *Engajamento de Stakeholders*.

$GRI\ 5$ = representa o conteúdo padrão *Perfil do Relatório*.

$GRI\ 6$ = representa o conteúdo padrão *Governança*.

$GRI\ 7$ = representa o conteúdo padrão *Ética e Integridade*.

Seguidamente, foi calculado um índice de atendimento para cada estrato do SEB por média simples. Complementarmente, para mitigar efeitos oriundos do tamanho das organizações, também foi calculada uma média balanceada dos índices dos segmentos (GRI_{GER} , GRI_{TRA} , GRI_{DIS}), segundo a expressão 2 a seguir:

$$GRI_{SEG} = \sum_{i=1}^n I_{RDS\ i} \times \left(\frac{ROL_i}{ROL_T} \right) \quad (2)$$

Onde:

GRI_{SEG} = representa o índice de atendimento às Diretrizes GRI do segmento considerado;

$I_{RDS\ i}$ = representa o índice de atendimento do RDS da concessionária;

ROL_i = representa a Receita Operacional Líquida (ROL) da concessionária;

ROL_T = representa o somatório da ROL das empresas do segmento considerado.

Aditivamente, com o intento de atender ao objetivo específico V, “Verificar se existem diferenças, com significância estatística, do nível de atendimento das Diretrizes GRI entre os segmentos do setor elétrico brasileiro”, foi realizada uma análise estatística através da aplicação dos testes de normalidade Kolmogorov – Smirnov e Shapiro – Wilk, seguido de um teste não paramétrico (Kruskal-Wallis)

utilizado para comparar três ou mais populações, tendo como parâmetro $\alpha = 5\%$, para a hipótese de igualdade das três médias. Ressalta-se que os testes não paramétricos são indicados para pequenas amostras, cujo modelo de distribuição de probabilidade da população não é conhecido. Ademais, a única exigência adicional para aplicação desse teste Kruskal-Wallis é que a variável tenha uma distribuição contínua. (STEVENSON, 2001).

Em seguida, elaborou-se a seguinte hipótese estatística para teste (QUADRO 14) com base na literatura (RIBEIRO; VAN BELEM, CARVALHO, 2011; MORAES; GONÇALVES; NIYAMA, 2015) onde estudos comprovam que ambientes regulatórios influenciam os níveis de evidenciação socioambiental. Dessa forma, é factível se esperar que as concessionárias do SEB, sujeitas à mesma regulação, não apresentem índices de atendimento às Diretrizes GRI com variações médias significantes sob o ponto de vista estatístico.

QUADRO 14 – HIPÓTESE PARA TESTE

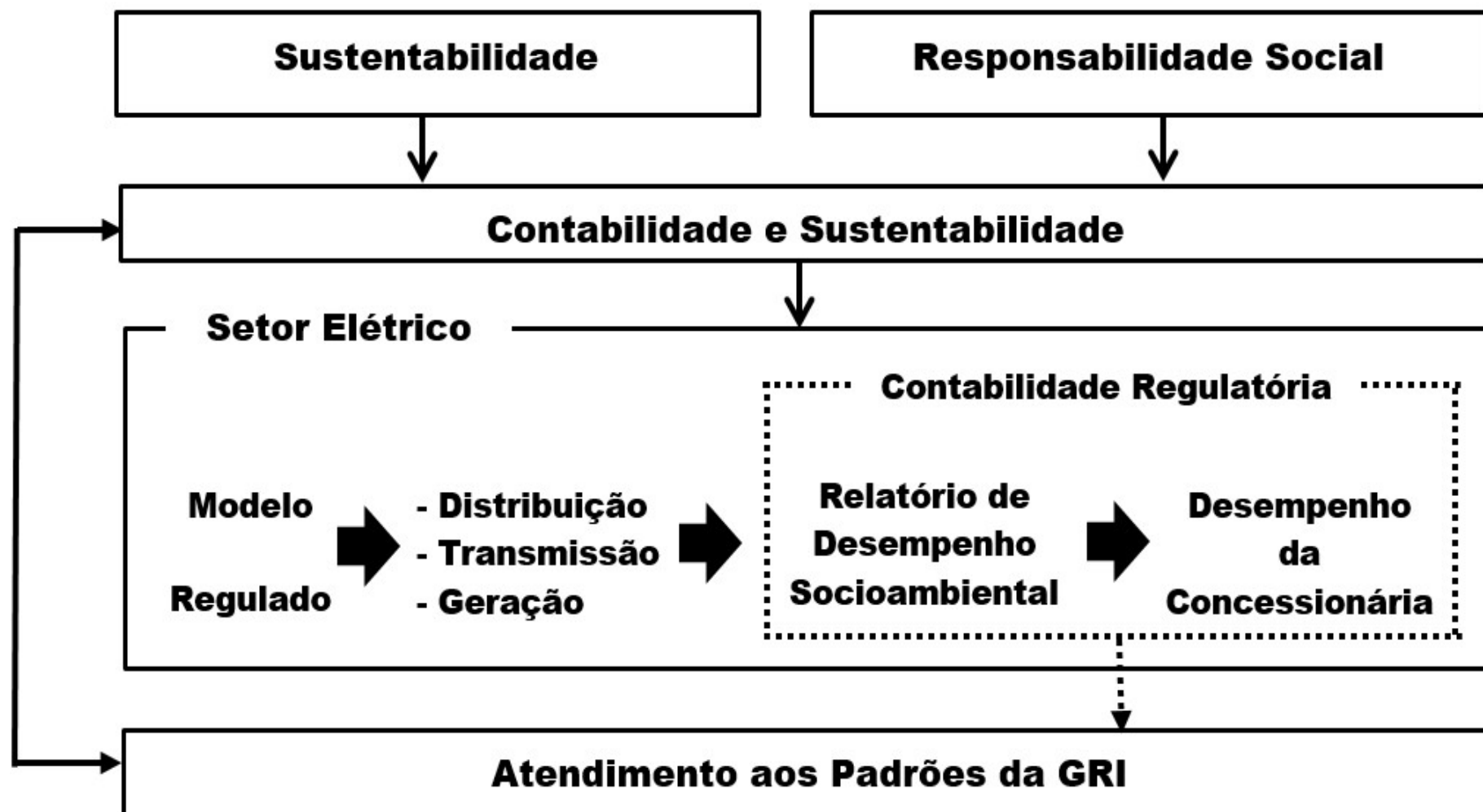
Hipótese	Descrição	Representação
H1	Não existe diferença estatística significativa entre as médias dos Índices de Atendimento das Diretrizes GRI relativos aos segmentos do SEB.	$H_0 : \mu_G = \mu_T = \mu_D$ $H_1 : \mu_G, \mu_T, \mu_D \text{ não são todas iguais}$

FONTE: O autor (2016).

Exposto o marco teórico e a metodologia a ser utilizada pode-se elaborar o desenho da pesquisa. Dessa maneira, a seguir apresenta-se o desenho da presente investigação (FIGURA 12). Essa ilustração sintetiza o caminho percorrido pelo pesquisador para alcançar os objetivos do estudo.

Finalmente, estabelecidos os procedimentos metodológicos aplicáveis a pesquisa passar-se-á a descrição da análise e discussão dos resultados encontrados

FIGURA 12 – DESENHO DA PESQUISA



FONTE: O autor (2016).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção são apresentados em um primeiro momento os resultados da análise descritiva, comparativa e quantitativa dos dados e posteriormente, a discussão das análises realizadas sobre o atendimento das Diretrizes GRI pelos RDS divulgados pelas concessionárias do SEB.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A presente subseção trata da análise de dados realizada considerando os critérios metodológicos definidos na seção 3. A mesma se subdivide em três partes: descritiva, comparativa e quantitativa. Na primeira, são apresentadas as principais características da amostra de empresas cujos RDS foram analisados. Na segunda, realiza-se uma análise comparativa do atendimento das Diretrizes GRI pelos RDS entre os segmentos (geração, transmissão e distribuição). Na última, são apresentados os resultados dos testes estatísticos de significância para as diferenças encontradas. Para fins didáticos, cada concessionária recebeu um código específico conforme detalhado no APÊNDICE 2.

4.1.1 Descritiva

No que se refere à coleta dos relatórios, de acordo com a subseção 3.2, existem no SEB 295 concessionárias de serviço público de energia elétrica, as quais estão obrigadas a apresentar o RDS e demais demonstrações contábeis regulatórias do ano anterior até a data de 30 de abril do ano corrente, sendo os resultados descritos abaixo (TABELA 02).

Ressalta-se que muitos agentes não são obrigados a divulgar o RDS, como os PIES, Autoprodutores, Centrais Geradoras Reduzidas (menor que 5,0 MW) e comercializadores de energia. Entretanto, as 80 empresas cujos relatórios foram analisados representam uma parcela expressiva dos ativos do SEB, portanto, considerou-se que a amostra obtida pode representar adequadamente o setor.

TABELA 02 – RESUMO DOS RELATÓRIOS COLETADOS

Segmento	Descrição	Quant.	% de RDS
TRANSMISSÃO	Total de Agentes	160	54,2% ¹
	Total Coletado	18	11,3% ²
	Total Válido	13	8,1% ²
GERAÇÃO	Total de Agentes	72	24,4% ¹
	Total Coletado	37	51,4% ²
	Total Válido	15	20,8% ²
DISTRIBUIÇÃO	Total de Agentes	63	21,4% ¹
	Total Coletado	53	84,1% ²
	Total Válido	52	82,5% ²
SEB	Total de Concessionárias	295	100,0%
	Total Coletado	108	36,6%
	Total Válido	80	27,1%

FONTE: Dados da pesquisa (2016).

NOTA 01: Referente ao total do SEB.

NOTA 02: Referente ao total do segmento.

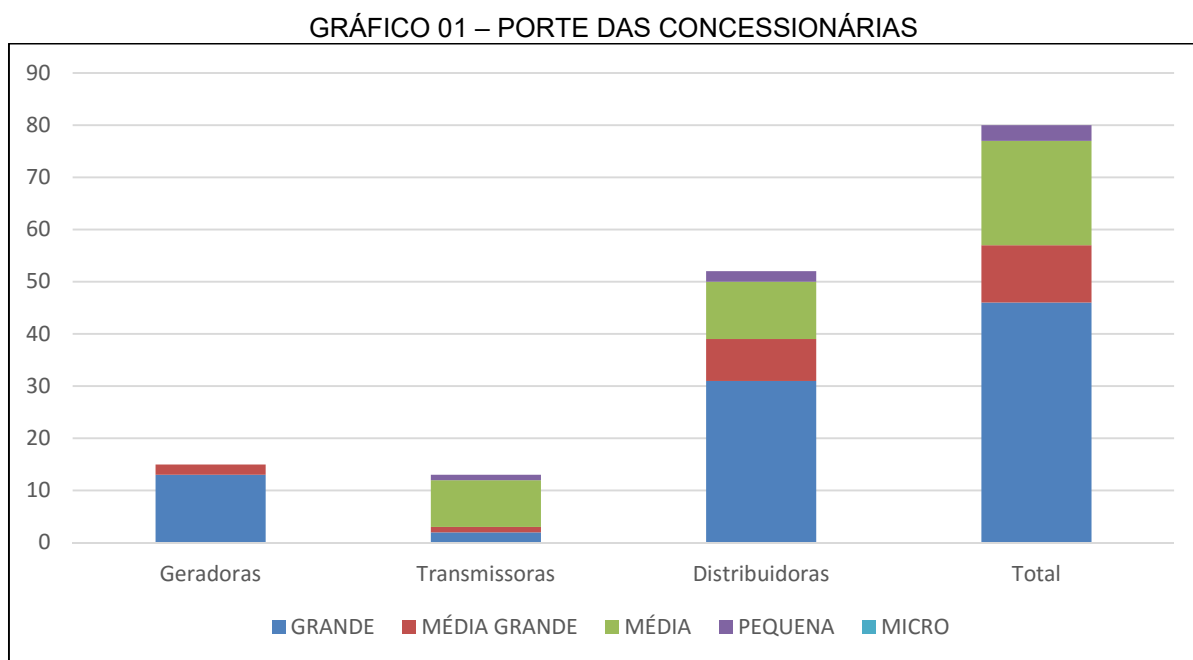
Com base na coleta e análise de dados, observou-se:

- i. Algumas concessionárias de distribuição também são concessionárias de geração pois, conforme a seção 2.3, essas organizações possuem ativo de geração, em geral, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), as quais formam uma parcela diminuta de seus ativos. Devido a isso, do total de 37 RDS coletados referentes às geradoras foram excluídos 22, os quais eram de concessionárias que possuíam características predominantes de distribuidoras de energia elétrica, apesar de possuírem centrais geradoras tipo PCH.
- ii. Parte das concessionárias de geração também atuam no segmento de transmissão, assim, dos 18 RDS coletados optou-se por excluir 05 RDS que eram de concessionárias cujas características predominantes se enquadravam no segmento de geração. Dessa maneira, as seguintes concessionárias que apresentaram RDS simultaneamente para esses dois segmentos foram classificadas apenas como geradoras: CEEE – GeT (G01), CHESF (G03), Copel Geração e Transmissão S.A. (G04), Furnas (G08) e Eletronorte (G10);
- iii. O segmento de distribuição, o qual é mais regulado, possui o maior índice (84,1%) de apresentação de RDS referente ao ano de 2014. Dos RDS coletados foi necessário descartar um relatório, apresentado pela

distribuidora HIDROPAN, devido a impossibilidade de leitura de parte do documento. Assim, foi possível analisar 52 RDS do segmento de distribuição. No total, após os ajustes realizados, bem como a exclusão do relatório ilegível, foram analisados 80 RDS relativos à 2014.

- iv. Grande parte das concessionárias não apresentou os RDS referente ao ano de 2014, sendo que, após a realização dos ajustes necessários, obteve-se um índice de apresentação para o SEB de 27,1%.

Em seguida, segregou-se as concessionárias conforme seu porte, tendo como critério a classificação proposta pelo BNDES, sendo os resultados descritos a seguir (GRÁFICO 01).



FONTE: Dados da pesquisa (2016).

Referente a distribuição das concessionárias quanto ao porte da empresa é possível sublinhar alguns aspectos interessantes, tais como:

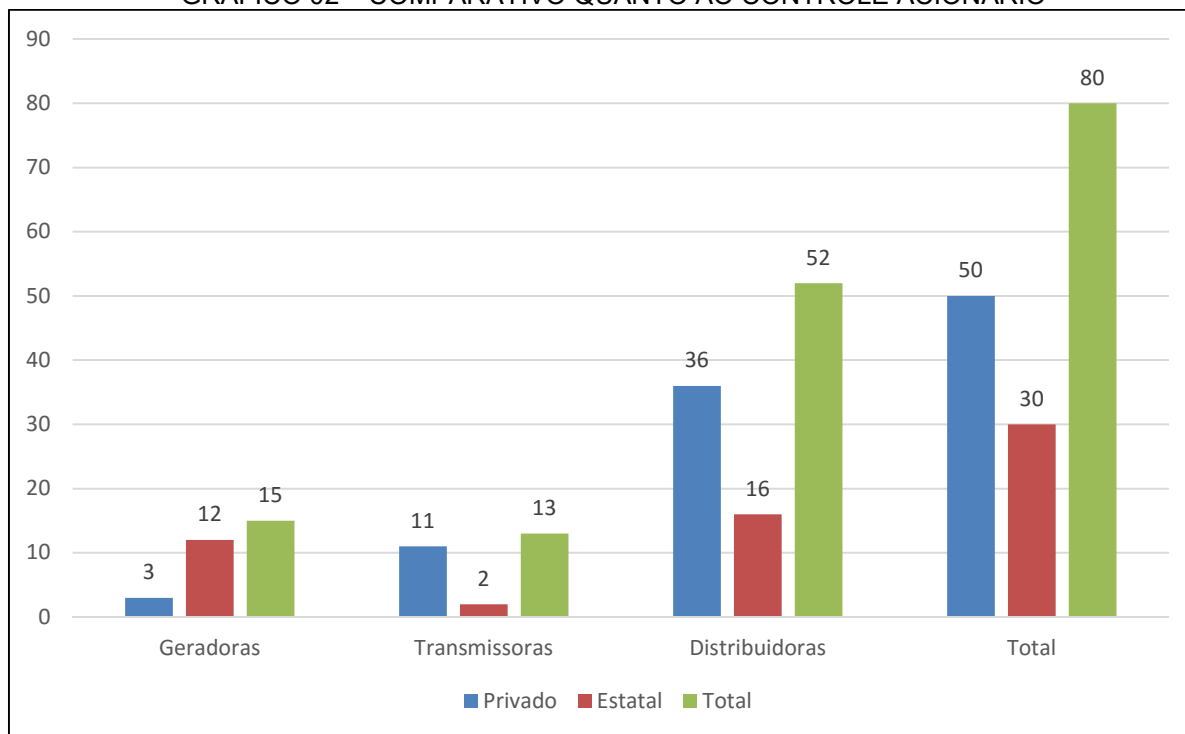
- i. Observa-se que a maior parte das organizações se classificam como grande empresa, isto é, possuem um faturamento anual maior que R\$ 300 milhões.
- ii. Quando analisado o segmento observa-se que a maior parte das geradoras e distribuidoras se enquadram como grande empresa, sendo

o segmento de transmissão mais diversificado quanto à classificação porte.

- iii. Adicionalmente, constatou-se que 37 concessionárias (09 geradoras, 02 transmissoras e 26 distribuidoras) possuem um faturamento anual superior a R\$ 1,0 bilhão. Tal fato encontra-se alinhado ao descrito na subseção 1.1 e demonstra a magnitude das operações que envolvem as concessionárias do SEB;
- iv. No segmento de transmissão é possível encontrar poucas empresas de grande porte, sendo as concessionárias em sua maior parcela classificadas como de médio porte. Esse fato pode ser reflexo do modelo adotado para o segmento onde as concessões são por empreendimentos. Assim, geralmente, as empresas acabam criando uma SPE para explorar cada concessão.

Em seguida, procedeu-se uma classificação baseada no tipo de controle acionário das concessionárias, privado ou estatal (GRÁFICO 02).

GRÁFICO 02 – COMPARATIVO QUANTO AO CONTROLE ACIONÁRIO



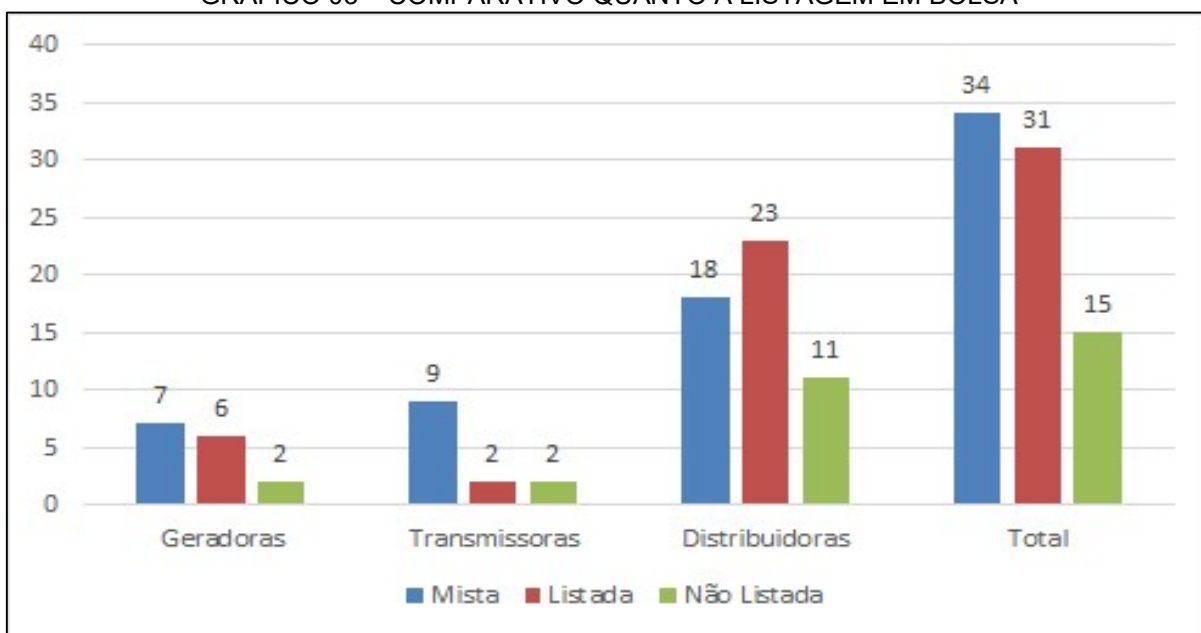
FONTE: Dados da pesquisa (2016).

Da observação do gráfico, pode-se constatar que:

- i. Verificou-se 30 (37,5%) empresas são controladas pelo estado brasileiro, havendo companhias ligadas à administração pública indireta em todas as esferas;
- ii. Em sua maior parte, as concessionárias são controladas por grupos privados, inclusive, em alguns casos por grupos privados internacionais como Energias de Portugal – EDP (Portugal), ENEL (Itália), State Grid (China) e Elecnor (Espanha).
- iii. Em sua maioria, as concessionárias dos segmentos de transmissão e distribuição apresentam o controle de seu capital vinculado à iniciativa privada, respectivamente, 36 (69,2%) e 11 (84,6%). Esse fato, especialmente na distribuição, é resultado do processo de privatização implementado no fim da década de 90. No segmento de transmissão, esse cenário é reflexo da implantação do sistema de leilões do novo modelo, o qual acabou atraindo o capital privado para os projetos desse segmento;
- iv. O segmento de geração apresenta predominância de controle estatal, haja vista que a maior parte das geradoras da amostra pertencem à governos estaduais, como CESP e CEMIG, ou ao governo federal, caso da CHESF e demais geradoras do Grupo ELETROBRAS.

Devido ao fato das companhias abertas apresentarem uma maior tendência à divulgação de informações, realizou-se uma classificação das empresas com base nessa característica (GRÁFICO 03). Foram consideradas as categorias “Listada” e “Não Listada” em bolsa de valores. Complementarmente, considerando a prática existente no SEB de criação de subsidiárias integrais vinculadas a *holdings* de energia, sendo que algumas dessas são companhias abertas, optou-se por criar uma terceira categoria, denominada “Mista”. Essa é composta por concessionárias que não são companhias abertas, mas que são controladas por empresas listadas em bolsa de valores. Enquadram-se nessa categoria, por exemplo, as distribuidoras e geradoras de energia do grupo ELETROBRAS, como a ELETROBRÁS - Distribuição Piauí (CEPISA), CHESF e FURNAS.

GRÁFICO 03 – COMPARATIVO QUANTO A LISTAGEM EM BOLSA



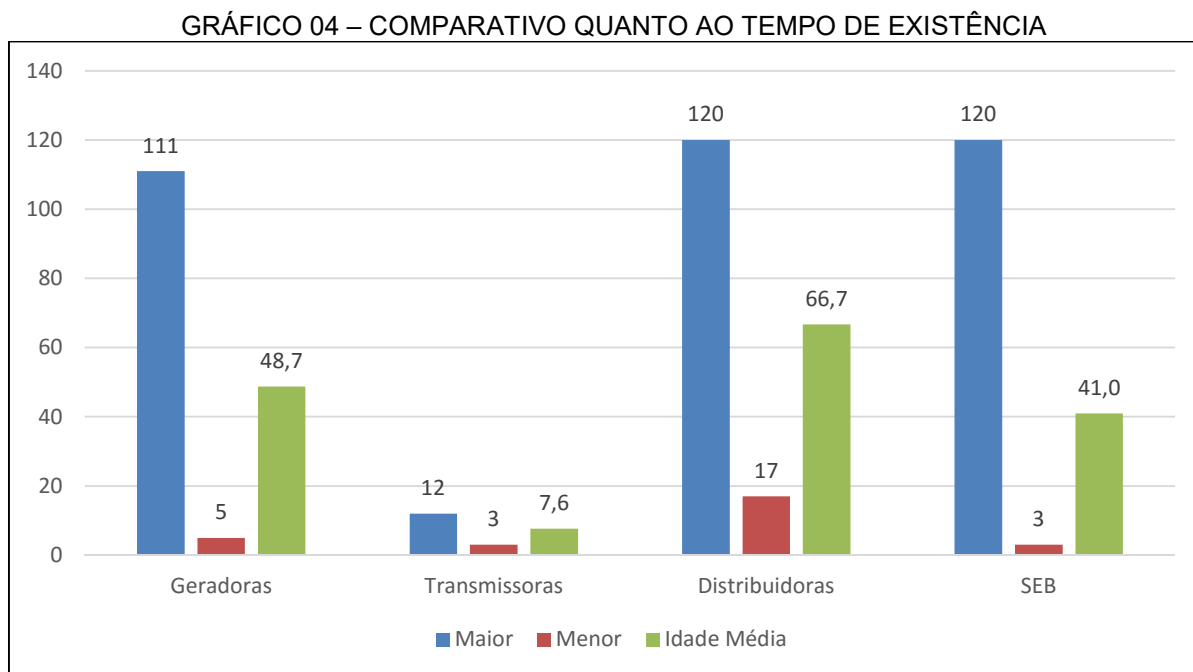
FONTE: Dados da pesquisa (2016).

Segundo o gráfico acima, verifica-se que:

- i. A maior parte das concessionárias foram classificadas na categoria “Mista”, ou seja, estão ligadas a outras empresas, em geral *holdings* de energia, que são listadas em bolsas de valores. Nesse sentido, constatou-se que os grupos ENERGISA, COPEL, ELETROBRAS, CEMIG, CPFL, EDP, ENEL GREEN POWER, controlam grande parte das empresas analisadas no presente estudo.
- ii. A análise dos segmentos revela que essa tendência, classificação como “Mista”, é predominante nos segmentos de geração e transmissão. No segmento de distribuição existe uma pequena predominância de empresas “Listadas” em bolsa, como, por exemplo, a AES Eletropaulo e a CELPA.
- iii. Caso seja considerado as empresas que direta (Listadas) ou indiretamente (Mistas) possuem participação em bolsa de valores, chega assim a 65 (81,25%) a quantidade de empresas que recebem atenção do mercado de capitais.
- iv. Pode-se inferir que a maior parte das concessionárias tendem a sofrer maior cobrança das partes interessadas, com relação à prestação de

contas, devido a sua participação direta ou indireta no mercado de capitais.

A análise subsequente busca descrever as concessionárias quanto ao tempo de existência (GRÁFICO 04).



FONTE: Dados da pesquisa (2016).

Os principais aspectos a destacar nesse caso são que:

- i. O tempo de existência dessas varia entre 120 anos (Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – D03) e 03 anos (Brilhante II Transmissora de Energia S.A. – T03). Esse fato está condizente com a subseção 2.3.1 do referencial teórico onde comenta-se que a formação do SEB se iniciou no final do século XIX, sendo que as empresas mais jovens são em geral as transmissoras de energia que começaram a surgir em anos recentes com a implantação do modelo regulado.
- ii. Existe uma diferença considerável entre as concessionárias de geração e distribuição, possuindo idades média acima de 40 anos, quando comparadas às concessionárias de transmissão, cuja empresa mais antiga tem apenas 12 anos de atividade.
- iii. Esse cenário pode ser explicado por meio da reestruturação do SEB ocorrida após a implantação do modelo regulado, a qual promoveu a

desverticalização do setor, vedando a participação das distribuidoras em atividades estranhas a sua concessão. De igual modo, a implantação do sistema de leilões para a outorga de concessões de geração e transmissão levou ao surgimento de diversas empresas sob a forma de Sociedades de Propósito Específico (SPE), o que explica a juventude das concessionárias de transmissão.

Realizado o detalhamento descritivo das concessionárias cujos RDS foram analisados, na próxima subseção apresentar-se-á uma análise comparativa do atendimento dos Conteúdos Padrão Gerais das Diretrizes GRI.

4.1.2 Comparativa

Quanto à análise do atendimento das Diretrizes GRI pelos segmentos do SEB, inicialmente calculou-se o índice individual de atendimento por RDS coletado, segundo a equação 1, o qual representa o grau de atendimento da concessionária. Em seguida, por meio de média simples obteve-se um índice de atendimento para cada segmento e um para o SEB referente a cada Conteúdo Padrão Geral (TABELA 03).

TABELA 03 – RESULTADO DOS ÍNDICES ENCONTRADOS

Indicador	SEB	Geração	Transmissão	Distribuição
GRI 1	43,8%	80,0%	7,7%	42,3%
GRI 2	78,6%	92,9%	67,0%	78,0%
GRI 3	28,2%	52,4%	11,0%	25,5%
GRI 4	55,0%	73,3%	30,8%	55,8%
GRI 5	49,5%	72,0%	30,8%	47,7%
GRI 6	86,3%	100,0%	76,9%	84,6%
GRI 7	76,3%	93,3%	46,2%	78,8%

FONTE: Dados da pesquisa (2016).

Os principais aspectos a destacar nesse caso são:

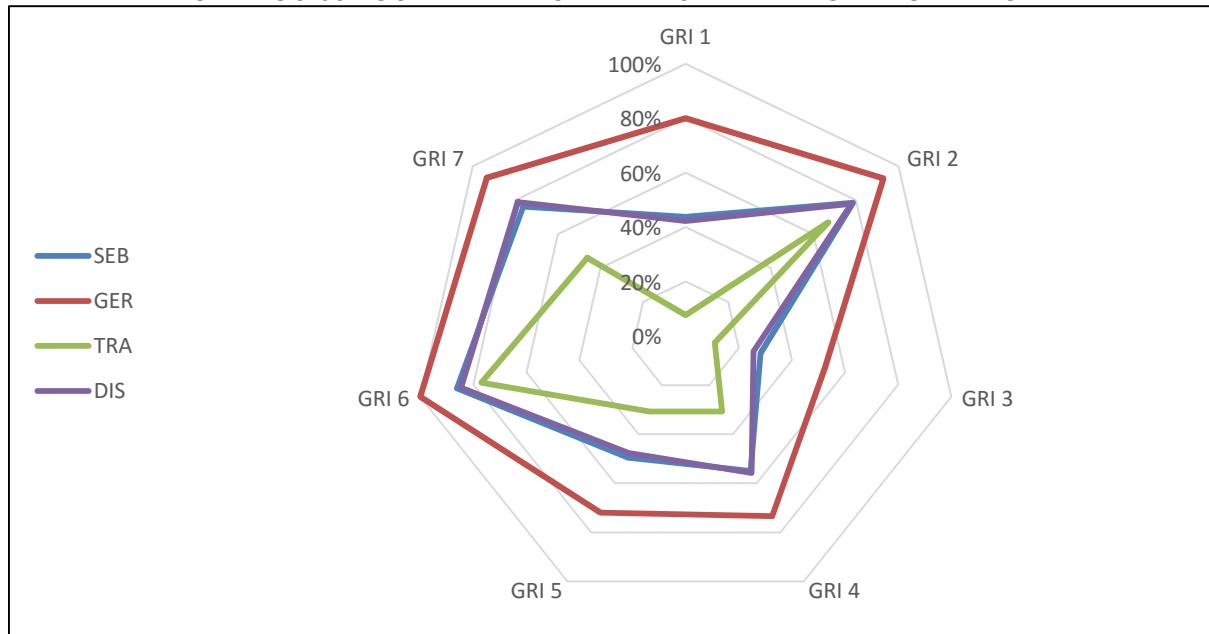
- i. Observou-se que o conteúdo menos atendido pelas concessionárias do SEB é o **GRI 3 – Aspectos Materiais Identificados e Limites**, apenas 28,2%, sendo de apenas 11,0% para o segmento de transmissão. Isto significa que as concessionárias deixaram de relatar sobre o processo

de definição de conteúdo do RDS. Dessa maneira, não é possível afirmar que o conteúdo relatado pelas empresas realmente tem atendido as necessidades de seus *stakeholders*.

- ii. O conteúdo padrão Estratégia e Análise, representado pelo indicador **GRI 1 – Estratégia e Análise**, foi o segundo menos relatado, tendo atingido um índice de apenas 43,8%. Como esse conteúdo refere-se apenas ao indicador **G4 1 - Mensagem da Administração**, denota-se que a maior parte das concessionárias não apresentaram em seus RDS uma simples mensagem oriunda da maior autoridade da empresa (diretor, presidente, presidente do conselho de administração, etc) relatando o comprometimento da empresa com a sustentabilidade.
- iii. O terceiro conteúdo padrão menos relatado, o **GRI 5 – Perfil do Relatório**, refere-se às características específicas do RDS, como sua periodicidade e a existência de verificação externa. Nesse quesito, os RDS apresentaram menos da metade, ou 49,5%, das informações recomendadas pela GRI. Isso significa que os *stakeholders* podem ter dificuldades para analisar a evolução da empresa quanto aos aspectos da sustentabilidade ao longo do tempo, haja vista que, caso não seja informada a periodicidade da coleta de dados, por exemplo, ele pode imaginar que os dados informados se referem ao ano civil, quando esses podem ser de um período maior.
- iv. Os conteúdos **GRI 2 – Perfil Organizacional**, **GRI 4 – Engajamento de Stakeholders** e **GRI 7 – Ética e Integridade** apresentaram índices superiores a 50,0%, sendo que o GRI 6 atingiu um índice de 86,3%, na média do SEB, e de 100,0% para as geradoras. Ressalta-se que apenas nesse caso as Diretrizes GRI foram plenamente atendidas.
- v. O fato do indicador **GRI 6 - Governança** ter apresentado os melhores resultados pode estar relacionado ao fato de muitas das concessionárias do SEB ter visibilidade junto ao mercado de capitais, conforme exposto na subseção 4.1.1 (ver GRÁFICO 03), onde observa-se que mais de 80% das empresas possuem visibilidade direta ou indireta no mercado de capitais.

O gráfico abaixo ilustra de forma comparativa os resultados encontrados para os indicadores.

GRÁFICO 05 - COMPARATIVO ENTRE O SEB E SEUS SEGMENTOS

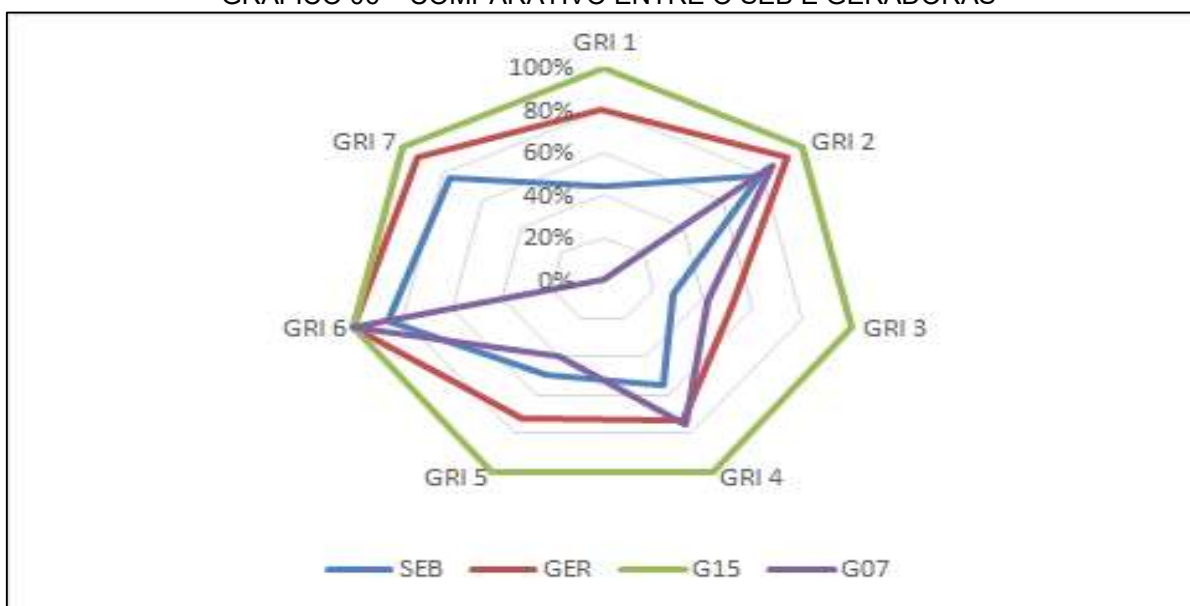


FONTE: Dados da pesquisa (2016).

Pode-se observar (GRÁFICO 05) que as concessionárias precisam melhorar substancialmente os seus índices para atender os padrões mínimos da GRI. Verifica-se também o segmento de transmissão é o que menos atende ao padrão. Por outro lado, o de geração apresentou os melhores índices, apesar de não alcançar o índice máximo em 06 dos 07 conteúdos padrão recomendados pela GRI.

A próxima vertente de análise busca comparar os resultados entre o SEB e o segmento de geração (GRÁFICO 06). Para isso, utiliza-se a média do segmento (GER), a concessionária de geração com melhores índices (G15 - Energest), a concessionária de geração com os piores índices (G07 - EMAE) e os índices do SEB. Ressalta-se que no segmento de geração foi possível analisar 15 (quinze) concessionárias, sendo que grande parte dessas estão entre as maiores do país.

GRÁFICO 06 – COMPARATIVO ENTRE O SEB E GERADORAS



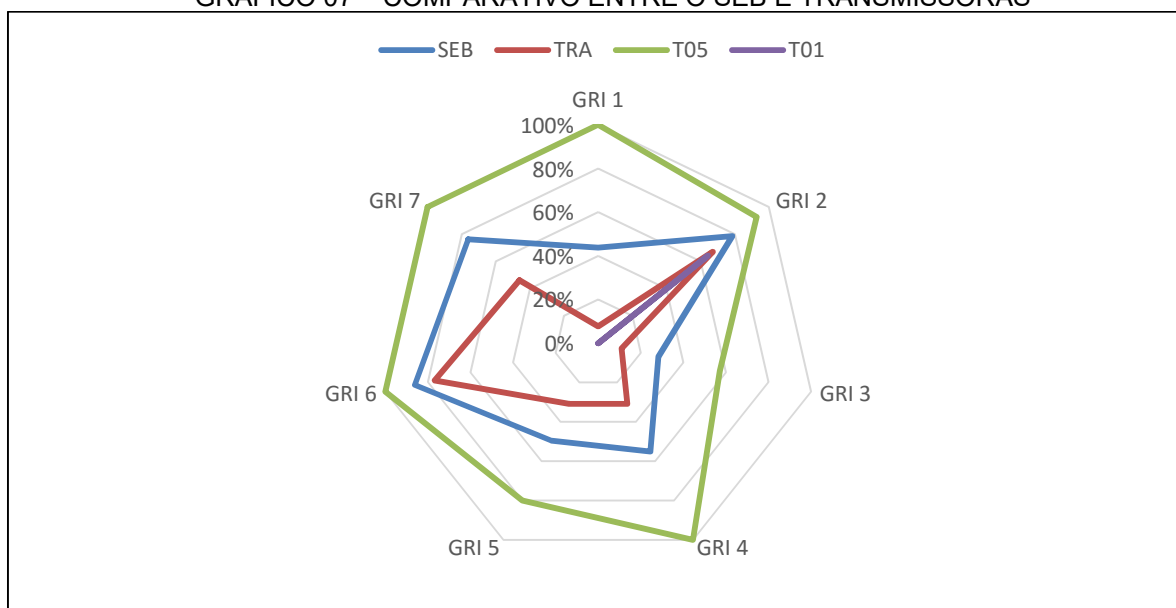
FONTE: Dados da pesquisa (2016).

Essa análise comparativa revela que:

- i. Quando analisado de forma comparativa, o segmento de geração apresenta um desempenho melhor quanto ao atendimento que a média do SEB;
- ii. A melhor concessionária de geração, G15 (Energest), obteve pleno atendimento às Diretrizes GRI;
- iii. Em contrapartida, a concessionária G07 (EMAE) foi a que apresentou o pior desempenho dentre as geradoras.

A próxima vertente de comparação escolhida reproduz a análise anterior também para o segmento de transmissão (GRÁFICO 07). De igual modo, utiliza-se a média do segmento de transmissão (TRA), a concessionária de transmissão com os melhores índices (T05 -CTEEP), a concessionária de transmissão com os piores índices (T01 - Amazônia Eletronorte) e os índices do SEB.

GRÁFICO 07 – COMPARATIVO ENTRE O SEB E TRANSMISSORAS



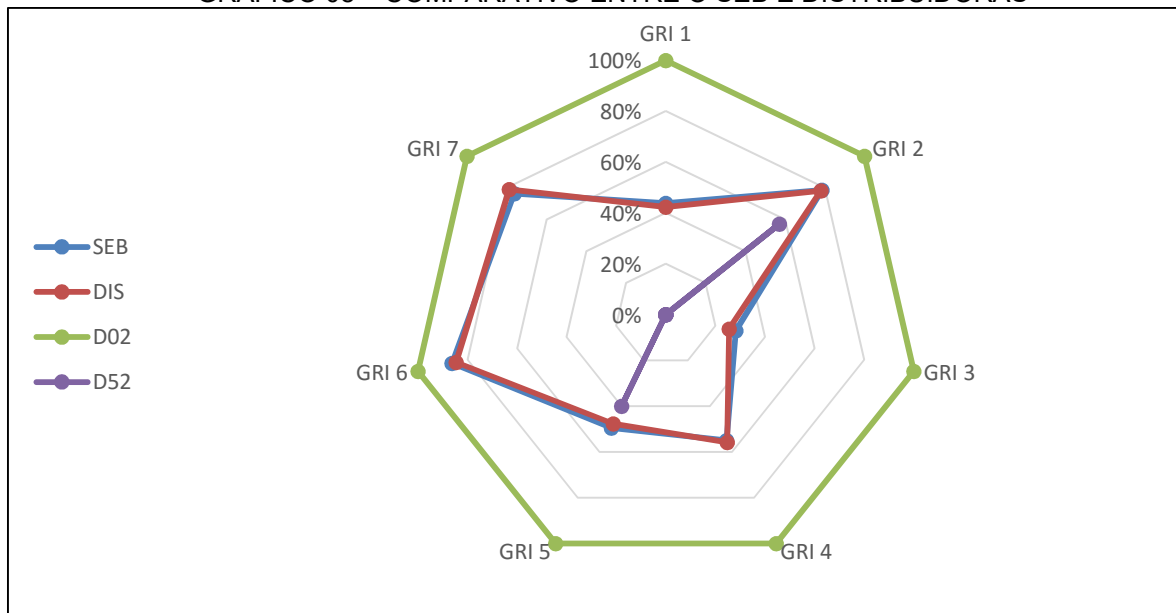
FONTE: Dados da pesquisa (2016).

Os seguintes aspectos foram identificados após a análise do segmento de transmissão:

- i. Verifica-se que esse segmento obteve um desempenho inferior à média do SEB;
- ii. Mesmo a concessionária de melhor desempenho, T05 (CTEEP), não alcançou o índice máximo nos conteúdos GRI 2, GRI 3 e GRI 5. Os melhores índices alcançados pela T05 podem estar relacionados à seu tamanho, por ser maior empresa transmissora no que se refere ao faturamento obtido, bem como sua maior visibilidade devido à participação no mercado de capitais;
- iii. A concessionária de pior desempenho, T01 (Amazônia Eletronorte), cujo acionista controlador é a Eletronorte (G10), uma das subsidiárias do Grupo ELETROBRAS, deixou de relatar informações básicas de 06 Conteúdos Padrão Gerais, além de não ter relatado informações básicas do conteúdo **GRI 2 – Perfil Organizacional**;
- iv. Além de apresentarem os piores índices com relação a apresentação do RDS, apenas 8,1%, as concessionárias de transmissão apresentaram os piores resultados quanto as divulgações de informações.

Estudo similar também foi replicado para o segmento de distribuição (GRÁFICO 08).

GRÁFICO 08 – COMPARATIVO ENTRE O SEB E DISTRIBUIDORAS



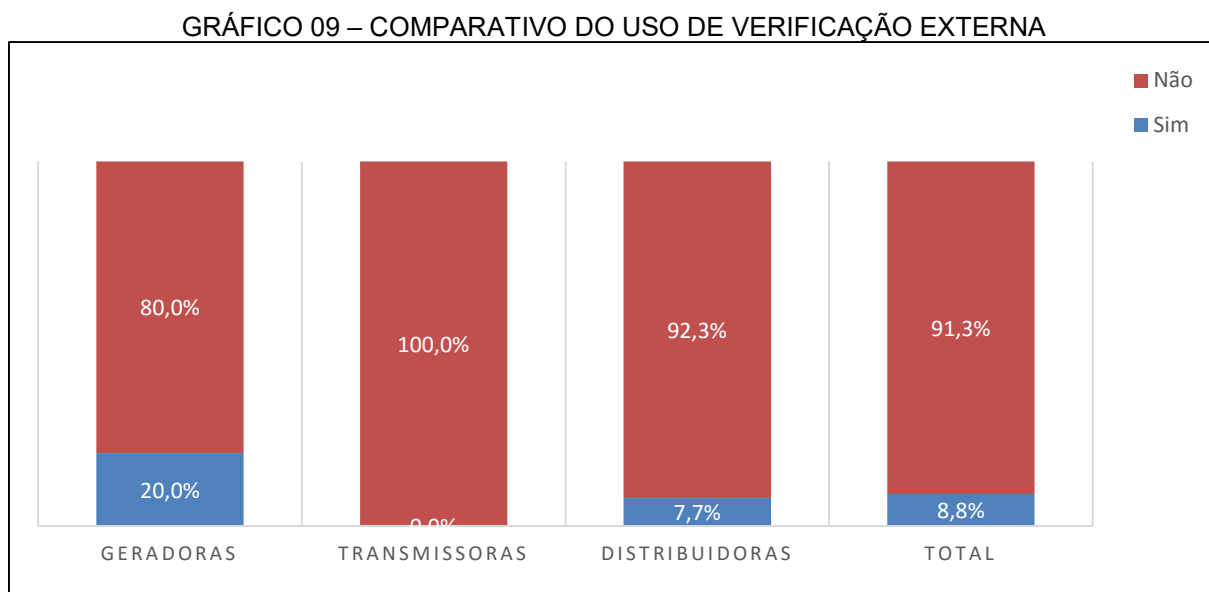
FONTE: Dados da pesquisa (2016).

Quanto a essa análise, podem-se sublinhar os seguintes aspectos principais:

- i. Constata-se que a média de atendimento é próxima a do SEB (setor). Tal fato pode ser resultado do maior número de concessionárias investigadas serem pertencente ao segmento de distribuição, 52 empresas, o que deve ter influenciado a média do setor;
- ii. Verifica-se que existem discrepâncias consideráveis entre as concessionárias, tendo concessionárias que atenderam plenamente os critérios de divulgação da GRI e concessionárias que obtiveram resultados pífios;
- iii. Somente as concessionárias D02 (AES Sul), D05 (EDP Bandeirantes) e D46 (EDP Escelsa) alcançaram 100,0% de atendimento em todos os indicadores analisados, sendo que todas essas empresas estão direta ou indiretamente expostas ao mercado de capitais;
- iv. Os piores resultados foram encontrados para a distribuidora D52 (Nova Palma) a qual relatou informações parciais para os conteúdos GRI 2 e GRI 5. Trata-se de uma pequena concessionária que fornece energia para ao município de Nova Palma, localizado no estado do Rio Grande

do Sul, a qual atende por volta de 15 mil unidades consumidoras, predominantemente da zona rural.

Em seguida, tendo em conta que informações auditadas visam proporcionar maior credibilidade, buscou-se conhecer como os aspectos da verificação externa tem sido atendido pelas concessionárias. Para isso, considerando o Conteúdo Padrão Geral “Perfil do Relatório”, fez-se uma análise específica do indicador **G4 33 – Verificação Externa** (GRÁFICO 09).



FONTE: Dados da pesquisa (2016).

Relativamente a esse quesito, observa-se que:

- i. A maior parte das concessionárias (91,3%) não submeteram os seus RDS a processo de verificação externa. Apenas uma pequena parcela (8,8%) preocupou-se em submeter as informações divulgadas à auditoria independente;
- ii. Quando da leitura das sentenças do RDS sobre o tema, pode-se constatar que algumas empresas afirmam que as informações foram auditadas por comitês internos ou pela área responsável pela gestão da sustentabilidade;
- iii. Algumas concessionárias (24 empresas ou 30,0%) relatam a verificação de parte das informações presentes no RDS, especialmente quanto às

de natureza financeira, porém, a grande maioria não submete as demais informações a um processo de verificação independente.

- iv. Também nesse quesito, o segmento de transmissão apresenta os piores resultados, sendo que nenhuma empresa relata a submissão do RDS à auditoria externa.

4.1.3 Quantitativa

Seguidamente, foi realizado o cálculo do índice de atendimento às Diretrizes GRI para cada segmento do SEB, considerando a média simples e a balanceada, obtidas de acordo com as equações 1 e 2, respectivamente, descritas na subseção 3.3, sendo os resultados detalhados a seguir (TABELA 04).

Cálculo	Geração	Var.	Transmissão	Var.	Distribuição	Var.
Média Simples	80,2%	5,4%	38,6%	65,5%	59,0%	26,6%
Balanceado	84,5%		63,9%		74,7%	

FONTE: Dados da pesquisa (2016).

A análise da tabela evidência que:

- i. O segmento de transmissão apresenta os menores índices em ambos os cenários. Considerando o cenário onde o índice é balanceado, verifica-se que o resultado geral ainda não é satisfatório, pois 36,1% das informações necessárias referentes a divulgação deixaram de ser relatadas;
- ii. O segmento de distribuição alcançou índices intermediários, ou seja, quase 75,0% de divulgação das informações necessárias;
- iii. O segmento de geração obteve os melhores resultados com relação ao atendimento das Diretrizes GRI, havendo pequena variação (5,4%) entre o índice calculado por média simples e o calculado via média balanceada.
- iv. Os resultados reforçam a deficiência do atendimento aos padrões GRI no segmento de transmissão. Em contrapartida, o segmento de geração, novamente, se destaca como aquele que melhor atende às Diretrizes GRI.

Posteriormente, foi realizada uma análise descritiva dos dados, tendo-se constatado diferenças entre as medidas de centralidade dos grupos (TABELA 05). Os resultados reforçam os achados anteriores os quais tem demonstrado que o segmento de transmissão atende poucos padrões da GRI.

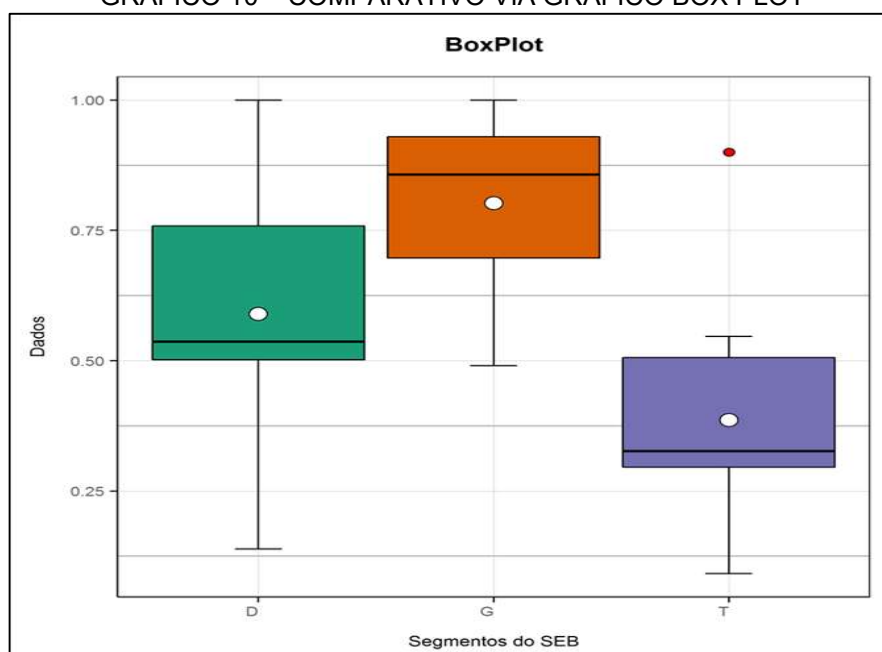
TABELA 05 – RESUMO DESCRITIVO DOS DADOS

Medidas	Geração	Transmissão	Distribuição
Mínimo	0,4908	0,0920	0,1388
Limite Inferior	0,4908	0,0920	0,1388
1º Quartil	0,6974	0,2960	0,502
Média	0,8022	0,3860	0,5897
Pseudo Mediana	0,8571	0,3270	0,5367
3º Quartil	0,9296	0,5060	0,7587
Limite Superior	1	0,547	1
Máximo	1	0,9	1

FONTE: Dados da pesquisa (2016).

A ilustração abaixo (GRAFICO 10) ajudar a corroborar com a análise descritiva realizada anteriormente.

GRÁFICO 10 – COMPARATIVO VIA GRÁFICO BOX PLOT



FONTE: Dados da pesquisa (2016).

Visando o atendimento do objetivo específico **V - Verificar se existem diferenças, com significância estatística, do nível de atendimento das Diretrizes**

GRI entre os segmentos do setor elétrico brasileiro, também foi realizada uma análise para verificar se as diferenças apresentam significância estatística.

Primeiramente, com intuito de verificar a normalidade dos índices de atendimento às Diretrizes GRI, calculados conforme equação 1, para as concessionárias do SEB, aplicou-se dois testes de normalidade, Kolmogorov – Smirnov e Shapiro – Wilk, os quais são indicados para testar a normalidade de amostras de qualquer tamanho, sendo os dados descritos a seguir (TABELA 06).

TABELA 06 – RESULTADO DOS TESTES DE NORMALIDADE

Testes de Normalidade		
Teste	Estatísticas	p-value
Shapiro - Wilk	0,948149124	0,0027
Kolmogorov - Smirnov	0,124954314	0,0035

FONTE: Dados da pesquisa (2016).

Como o *p-value* encontrado foi inferior a 5% para ambos os testes, concluiu-se que a amostra não apresenta distribuição normal, portanto, optou-se pela aplicação do teste Kruskal-Wallis (não-paramétrico) indicado para comparação de três ou mais grupos independentes, considerando $\alpha = 5\%$, para a hipótese de igualdade das três médias. Adicionalmente, também foi realizado um teste para comparações múltiplas com o método Simes-Hochberg e $\alpha = 5\%$. Os resultados desses testes encontram-se a seguir (TABELA 07, TABELA 08, TABELA 09).

TABELA 07 – RESULTADO DO TESTE KRUSKAL-WALLIS

Teste de Kruskal-Wallis	
Informação	Valor
Kruskal-Wallis qui-quadrado	20,08833
Graus de Liberdade	2,00000
p-value	0,00004

FONTE: Dados da pesquisa (2016).

TABELA 08 – RESULTADO DO TESTE DE COMPARAÇÃO MÚLTIPLA

Tabela de Comparações Múltiplas - FWER (Simes-Hochberg)					
Fatores Comparados	Diferença Observada	Diferença Crítica	Estatística	P-valor	P-valor ajustado
D - G	19,70000	16,30450	2,89254	0,00382	0,00638
D - T	19,65385	17,25046	2,72752	0,00638	0,00638
G - T	39,35385	21,08041	4,46919	0,00001	0,00002

FONTE: Dados da pesquisa (2016).

TABELA 09 – RESULTADO DOS FATORES COMPARADOS

Tabela dos Agrupamentos		
Fatores	Médias (Rank)	Grupos
G - Geração	59,7	a
D - Distribuição	40,0	b
T - Transmissão	20,3	c

FONTE: Dados da pesquisa (2016).

Conforme os resultados encontrados (TABELA 07) a estatística do Kruskal-Wallis resultou no valor de 20,08833, sendo que o *p-value* igual a 0,00004 o que levou a **rejeição da hipótese nula** de que, em média, o índice de atendimento às Diretrizes GRI entre os segmentos do SEB é igual. Como pode-se observar, os segmentos do SEB apresentam níveis médios de atendimento às Diretrizes GRI diferentes, sendo maior na geração, seguido pela distribuição e transmissão. Assim, concluída as análises estatísticas pertinentes, na próxima seção passar-se-á a discussão dos resultados.

4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme comentado anteriormente, existem algumas dificuldades relacionadas a elaboração de RDS, a saber: a comparabilidade, devido a dificuldade de se cotejar os relatórios de empresas diferentes ou congêneres pela falta de padronização; a tempestividade, como resultado da ausência de uma data específica para divulgação dos RDS; a avaliação do desempenho da empresa no tempo, causada pelas mudanças de padrão de divulgação; impossibilidade de avaliação da função social da empresa, haja vista que a falta de padronização impossibilita o acompanhamento da efetividade das ações implementadas; criação de imagem distorcida, pois alguns padrões podem privilegiar apenas algumas dimensões da sustentabilidade ou aspectos da organização; e a falta de abrangência das informações, pois até o modelo proposto pela GRI apresenta deficiências. (DIAS, 2006; SIQUEIRA, SILVA, 2009; FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015).

Assim, considerando esses problemas, com relação à discussão dos resultados, é preciso destacar que a obrigatoriedade de apresentação de um RDS padronizado para as concessionárias do SEB caracteriza-se como um diferencial no que se refere à prestação de contas quanto às informações de natureza socioambiental, haja vista que não existe tal obrigatoriedade por partes das demais

organizações brasileiras. Em teoria, isso permitiria a uniformização dos relatórios, a comparabilidade dos resultados e, conseqüentemente, a avaliação do desempenho socioambiental das concessionárias, a qual deve caminhar lado a lado com a avaliação do desempenho econômico-financeiro. (DIAS, 2006).

Nesse sentido, baseado no resultado da coleta dos RDS, verificou-se que o suposto diferencial retrocitado encontra-se prejudicado, pois a implementação da regulamentação da informação socioambiental pela ANEEL não está acompanhada de uma devida fiscalização. Essa situação foi verificada por meio do baixo índice de apresentação dos RDS (36,6%) pelas concessionárias do SEB.

Quanto a esse critério, observa-se que o segmento de transmissão foi aquele que menos atendeu a exigência regulatória, apenas 11,3% apresentaram. Uma possível explicação para esse resultado pode estar no fato dos empreendimentos de transmissão estarem localizados em áreas rurais, portanto, no interior do país, estando sujeitas a uma menor visibilidade e pressão dos *stakeholders*. Adicionalmente, como esse segmento é formado por concessionárias de menor porte (GRÁFICO 01), médias e pequenas empresas, existe uma dificuldade atrelada ao fato dos RDS serem geralmente elaborados para atender as necessidades das empresas de grande porte, sendo essa, inclusive, uma crítica ao modelo GRI. (FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015).

O segmento de distribuição foi o que melhor cumpriu a exigência de apresentação do RDS, tendo 53 concessionárias (84,1%) apresentado o relatório. Isso pode ser explicado pelo fato desse segmento sofrer uma maior regulação por parte da ANEEL. Outro fator que explicaria o maior cumprimento da apresentação do RDS pode estar associado à maior interação que as distribuidoras possuem com a sociedade, haja vista que são essas que diretamente fornecem energia elétrica aos brasileiros. Essa proximidade com o consumidor estaria resultando numa necessidade premente de prestação de contas por parte daquelas como resultado de uma maior pressão.

No entanto, o maior cumprimento da regulação não se encontra acompanhado de uma melhor qualidade da prestação de contas porque os índices de atendimento às Diretrizes GRI ficaram entre 25,5% (GRI 3) e 84,6% (GRI 6), sendo inferiores aos obtidos pelo segmento de geração (TABELA 03), os quais variaram entre 52,4% (GRI 3) a 100,0% (GRI 6). Fato similar ocorre quando considerado o índice médio de atendimento aos padrões GRI, onde as distribuidoras tiveram um índice médio de

59,0% e um índice balanceado de 74,7% (TABELA 04). Como nesse segmento também são encontradas empresa de menor porte (13 concessionárias entre as 52 integrantes da amostra), fato similar ao exposto no caso das concessionárias de transmissão, ou seja, que o modelo GRI é focada em grandes organizações (FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015), pode ter influenciado os resultados.

Outros fatores que podem estar associados à melhores índices de atendimento são o tempo de existência da empresa e sua classificação quanto ao porte (GÓIS; DE LUCA; VASCONCELOS, 2015). Quanto ao primeiro, observa-se que na geração e distribuição as concessionárias são mais antigas, algumas tendo 120 anos de existência, conforme já mencionado, enquanto que no segmento de transmissão as concessionárias são mais jovens. Com relação ao porte, verifica-se a existência das grandes empresas (faturamento acima de R\$ 300 milhões) entre geradoras e distribuidoras, sendo o segmento de transmissão composto predominantemente por empresas de porte médio (faturamento menor que R\$ 90 milhões). Isso porque nesse segmento é comum a constituição de SPE para explorar a concessão, sendo essas ligadas às *holdings* de energia.

Quanto ao atendimento dos Conteúdos Padrão Gerais propostos pela GRI, foi observado que o **GRI 3 – Aspectos Materiais Identificados e Limites** foi o conteúdo menos atendido pelas concessionárias do SEB. Esse resultado sugere que as concessionárias não estão se preocupando em identificar quais informações são desejadas pelos *stakeholders*, haja vista que a ausência do relato indica inexistência do processo. Ao mesmo tempo, as concessionárias também podem estar enfrentando dificuldades em identificar aspectos de materialidade para a confecção do RDS junto às partes interessadas (FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015). Contudo, fica evidenciado que os RDS elaborados podem estar divulgando informações que são importantes apenas sob o ponto de vista das concessionárias, como aquelas que visam enaltecer atributos da sustentabilidade das mesmas, com objetivo de obter ganhos de imagem, conforme achados de Gasparino e Ribeiro (2007), Carvalho (2007), Gubiani, Santos e Beuren (2012), Maciel (2012) e Calixto (2013).

Em contrapartida, com base na leitura dos RDS e os resultados verificados para o conteúdo padrão **GRI 4 – Engajamento de Stakeholders**, parte das empresas já possuem canais e ações que visam engajar suas partes como a disponibilização de centrais de atendimento ou a realização de eventos, como seminários de sustentabilidade abertos à comunidade ou encontro com fornecedores. Assim,

simples iniciativas para viabilizar a consulta aos *stakeholders* por meio dos canais de relacionamento já existentes podem contribuir para melhoria dos índices do **GRI 3 – Aspectos Materiais Identificados e Limites**, bem como para a qualidade do próprio RDS.

O atendimento do conteúdo padrão **GRI 1 – Estratégia e Análise** foi prejudicado devido à ausência de uma simples declaração da liderança mais graduada da organização manifestando o comprometimento da entidade com os objetivos da sustentabilidade (GRI, 2013). Por vezes, verificou-se a existência de uma mensagem supostamente atribuída à liderança da organização, sem, contudo, mencionar quem a formulou. Essa situação sugere que a mensagem formulada possui menos credibilidade e que a alta direção da organização não participou do processo.

Os conteúdos **GRI 2 - Perfil Organizacional**, **GRI 4 - Engajamento de Stakeholders**, **GRI 6 - Governança** e **GRI 7 - Ética e Integridade** obtiveram os maiores índices de atendimento às Diretrizes GRI, porém, ainda assim, com exceção do GRI 6 referente ao segmento de geração, todos os demais atenderam de forma parcial. Essa situação é similar aos resultados encontrado por outros estudos (GASPARINO; RIBEIRO, 2007; CARVALHO, 2007; CASTRO, 2008; ROCA; SEARCY, 2012; LOZANO, 2013; ALAZZANI; WAN-HUSSIN, 2013; CALIXTO, 2013) os quais verificaram que as empresas apresentavam atendimento parcial dos padrões recomendados pela GRI.

No entanto, tendo em consideração que a regulação da informação socioambiental existente no SEB deveria criar um ambiente propício às melhores práticas de divulgação (MORAES; GONÇALVES; NIYAMA, 2015), era de se esperar que os resultados fossem diferentes dos encontrados por estudos passados (CAMPOS JUNIOR; KASSAI, 2014; MARTINI JUNIOR; SILVA; MATTOS, 2014), sendo que os achados mostraram o inverso. Esse cenário sugere que a regulação não consegue induzir as empresas a um melhor nível de divulgação socioambiental, corroborando com Moraes, Gonçalves e Niyama (2015).

No que se refere ao índice geral de atendimento calculado para os segmentos do SEB, constata-se que nos dois cenários (cálculo por média simples e média balanceada pelo porte) esses foram parciais. Observa-se, porém, que quando realizado o cálculo balanceado pelo porte da concessionária os resultados para os segmentos de transmissão e distribuição melhoram em 65,5% e 26,6%, respectivamente, influenciado pelo melhor desempenho das concessionárias

classificadas como “grande empresa”. Esse fato corrobora com os resultados de outras pesquisas de que o fator tamanho (GÓIS; DE LUCA; VASCONCELOS, 2015; MORAES; GONÇALVES; NIYAMA, 2015) é significativo para um melhor nível de atendimento às Diretrizes GRI.

Aditivamente, observa-se (TABELA 04) que existe um maior grau de discrepância quanto ao índice entre as concessionárias de transmissão (crescimento de 65,5%) e uma uniformidade no segmento de geração devido a pouca variação apresentada entre os dois cenários de cálculo (crescimento de 5,4%).

Considerando as diferenças no âmbito dos índices de atendimento, os resultados dos testes estatísticos realizados revelam que existem diferenças significativas entre os segmentos do SEB. Esse fato alinha-se ao estudo de Castro, Siqueira e Macedo (2009) cujos resultados mostraram que empresas de um mesmo setor industrial podem estar em níveis diferentes quanto ao atendimento das Diretrizes da GRI. Também reforçam os resultados de Morisue, Ribeiro e Penteado (2012), os quais encontraram diferenças de atendimento entre as concessionárias.

Por fim, constatou-se que as concessionárias não se preocupam em submeter as informações do RDS a um processo de verificação externa, corroborando com o estudo de Carvalho (2007). Contrariamente ao que ocorre com os demais relatórios produzidos pela contabilidade, menos de 10% do total dos RDS analisados foram submetidos a auditoria. Em alguns casos, relata-se que parte das informações passaram por tal verificação, mas, em geral, quando isso é mencionado sugere-se que sejam apenas as informações de natureza contábil-financeira presentes nos relatórios de administração e nas demonstrações contábeis.

Percebe-se que não existe um esforço para validar as informações de natureza socioambiental, talvez porque isso acabe trazendo dispêndios maiores para as empresas. Essa situação encontra-se alinhada aos argumentos de Elkington (2012) o qual sustenta que as questões sociais e ambientais somente são consideradas nos processos de verificação externa em casos especiais. Tal fato faz com que a credibilidade das informações e indicadores relatados nos RDS seja prejudicada. Aditivamente, a falta de auditoria desses relatórios impede que funcionários e os *stakeholders* sejam estimulados a aperfeiçoar os mecanismos de gestão da sustentabilidade. (ELKINGTON, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa seção são tecidos as principais conclusões e contribuições da pesquisa, as limitações da investigação, bem como sugestões para estudos futuros.

5.1 QUANTO AO ALCANCE DOS OBJETIVOS

O objetivo da presente investigação consistiu em descrever como as concessionárias do Setor Elétrico Brasileiro, em seus Relatório de Desempenho Socioambiental, referentes ao ano de 2014, atenderam as Diretrizes da *Global Report Initiative* (GRI). Fundamentado nos princípios da sustentabilidade e responsabilidade social empresarial buscou-se verificar se os RDS apresentados pelas concessionárias do SEB, os quais são padronizados e de apresentação obrigatória, atendiam às Diretrizes GRI para elaboração de relatos de sustentabilidade.

Conforme exposto na seção introdutória, esperava-se que a obrigatoriedade e a padronização dos RDS no SEB, resultaria na redução das dificuldades identificadas na literatura quanto à divulgação de informações socioambientais, especialmente quanto à uniformização, comparabilidade, tempestividade e avaliação do desempenho socioambiental. (ALMEIDA, 2006).

Esses fatos, aliado à adoção dos princípios da GRI para elaboração de RDS no SEB, deveriam proporcionar maior transparência e melhor qualidade da informação socioambiental nesse setor levando ao atendimento da Teoria da Contabilidade no que tange ao seu Enfoque Ético. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012; DIAS, 2006; IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005).

Com base nisso, essa dissertação buscou responder a seguinte questão de pesquisa: **De que maneira as concessionárias do setor elétrico brasileiro, em seus Relatórios de Desempenho Socioambiental, referentes ao ano de 2014, atenderam as Diretrizes da *Global Report Initiative* (GRI)?** Para responder a essa inquietação foram elaborados cinco objetivos específicos.

Quanto aos objetivos específicos “I - Levantar as principais características do setor elétrico brasileiro, no que se refere as concessionárias que atuam nos segmentos de geração, transmissão e distribuição; e “II - Levantar as diretrizes para informes de sustentabilidade determinadas pela *Global Report Initiative* (GRI)”, os

mesmos foram alcançados por meio de pesquisa bibliográfica a qual originou a revisão da literatura exposta na seção 2.

Com relação ao objetivo específico “III - Verificar como as concessionárias do setor elétrico brasileiro atenderam às Diretrizes da *Global Report Initiative* (GRI) para relato dos Conteúdos Padrão Gerais”, esse foi alcançado através dos resultados da pesquisa, a qual consistiu da análise de 80 relatórios de desempenho socioambiental, referentes ao ano de 2014, apresentados pelas concessionárias do SEB. Conforme análise de dados descrita na subseção 4.1, verificou-se que o atendimento às Diretrizes GRI é parcial, sendo que o segmento de geração apresentou os melhores resultados e o de transmissão os resultados mais baixos.

No que se refere aos objetivos “IV - Calcular o índice de atendimento aos Conteúdos Padrão Gerais propostos pela *Global Report Initiative* (GRI) para os relatos de sustentabilidade divulgados pelas concessionárias dos segmentos de distribuição, geração e transmissão” e “V - Verificar se existem diferenças, com significância estatística, do nível de atendimento das Diretrizes GRI entre os segmentos do setor elétrico brasileiro”, os mesmos foram atingidos por meio dos cálculos estatísticos descritos na subseção 4.1. Quanto ao cálculo do índice de atendimento, considerando o cálculo balanceado, verificou-se que o segmento de geração foi o que mais atendeu às Diretrizes GRI, atingiu 84,5%. Em segundo lugar, o segmento de distribuição atingiu 74,7% de atendimento. Em último lugar, o segmento de transmissão obteve um índice de 63,9%. Através do teste quantitativo não paramétrico Kruskal-Wallis utilizado para comparação de grupos, observou-se que as diferenças encontradas entre os índices são significantes sob o ponto de vista estatístico.

5.2 DAS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

O crescimento da importância de questões relacionadas à sustentabilidade tem influenciado o aumento do número de organizações que divulgam relatórios de sustentabilidade, como consequência o interesse por estudos relacionados a esses relatórios também é crescente, especialmente quando esses abordam as Diretrizes GRI, as quais são tidas como referências para elaboração desse tipo de documento. (LOZANO; HUISINGH, 2011; LOZANO, 2013; CALIXTO, 2013; ANZILAGO, 2015; FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015).

Em concordância com o exposto na subseção 2.3.3 (FIGURA 10), são diversos os públicos de interessados nas operações das concessionárias do SEB, dentre esses pode-se destacar investidores, organizações não governamentais, comunidades atingidas por empreendimentos do setor elétrico, órgãos das diversas esferas governamentais, agências de financiamento e empregados dessas empresas. Dessa maneira, os resultados dessa investigação contribuem para que esses públicos tenham uma noção de como está ocorrendo a prestação de contas quanto à informação socioambiental.

No que concerne às contribuições para a prática, pode-se citar os achados referente à não apresentação do RDS por parte de algumas concessionárias. Isso denota um contexto de uma fraca ou inexistente fiscalização por parte da ANEEL, agência reguladora do setor. Foi verificado que essa agência reguladora falha em fiscalizar as concessionárias, haja vista que 71,9% das empresas não apresentaram o RDS obrigatório em 2014. Assim, as possíveis vantagens advindas do processo de regulação tendem a ser inócuas caso não sejam implementados mecanismos de policiamento adequados. Ademais, se vislumbra que a obrigatoriedade de apresentação do RDS poderia ser estendida aos demais agentes do SEB, como os autoprodutores, PIE e permissionárias de distribuição.

Em termos organizacionais, conforme achados da pesquisa, as concessionárias deixam a desejar quanto ao atendimento das melhores práticas para elaboração de RDS. Desse modo, o estudo pode contribuir para que as concessionárias reflitam sobre o processo de elaboração de seus RDS, bem como para o desenvolvimento de mecanismos de controles gerenciais para o monitoramento do desempenho socioambiental da organização.

Pode-se elencar ainda que o estudo contribui para a sociedade porque pesquisas que visem o aprimoramento de RDS estão alinhadas com os objetivos do desenvolvimento sustentável estabelecidos pela comunidade internacional, sendo amplamente incentivados pelo PNUMA das Nações Unidas. (ONU, 2012).

No que compete às questões de alinhamento dos RDS às Diretrizes GRI, os achados identificaram algumas oportunidades de melhorias. Primeiro, com relação ao engajamento dos *stakeholders*, representado pelos resultados obtidos para o indicador **GRI 4 – Engajamento de Stakeholders**, o fato de muitas concessionárias já possuírem mecanismos de engajamento de *stakeholders*, como *conference call* de resultados e canais de atendimento *on line*, apresenta-se como um ponto positivo,

haja vista que, quando esses são ignorados pela organização, tendem a influenciar o processo político para que sejam aprovados regulamentos visando a proteção de seus direitos (ELKINGTON, 2012).

Nesse sentido, se as concessionárias passarem a utilizar esses canais para consultá-los sobre quais informações seriam de interesse dos mesmos, essas poderiam melhorar aspectos referentes ao indicador GRI 3, o qual trata do levantamento de aspectos materiais vinculados a elaboração dos relatórios, essas tendem a melhorar simultaneamente os dois indicadores (GRI 3 e GRI 4), bem como a qualidade e a credibilidade dos RDS elaborados. Sob outro aspecto, estudos anteriores mostram que o engajamento das partes interessadas nem sempre é simples (FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015). Apesar da presente pesquisa não conseguir identificar essa dificuldade, é razoável considerar que esse fato pode ter influenciado os baixos resultados encontrados para o índice de atendimento do indicador **GRI 3 – Aspectos Materiais Identificados e Limites**, especialmente no caso das pequenas e médias concessionárias, as quais são menos estruturadas.

Quanto às contribuições da pesquisa sob os aspectos teórico, esse estudo contribui na medida em que aborda a questão da divulgação socioambiental em um setor importante da economia brasileira, como no caso do SEB. Além disso, o mesmo inova ao avaliar o fenômeno considerando individualmente os segmentos dessa indústria (geração, transmissão e distribuição). Pelos achados da pesquisa, verificou-se que existem diferenças entre os segmentos quanto ao atendimento às Diretrizes GRI e, por conseguinte, quanto à qualidade da informação que é emanada pelos relatórios publicados pelas concessionárias.

Ademais, pode-se afirmar que os achados complementam a pesquisa de Castro, Siqueira e Macedo (2009), na qual identificaram que o fato de empresas atuarem num mesmo segmento não garante que essas estejam num mesmo nível de divulgação. Na presente pesquisa encontrou-se evidências de que essa disparidade pode ocorrer, inclusive, entre segmentos intra-indústria.

Adicionalmente, a pesquisa também contribui ao descrever como empresas que atuam num ambiente sob forte regulação divulgam informações socioambientais. Em estudos anteriores, como os de Braga et. al. (2011) e Morisue, Ribeiro e Penteado (2012), foram encontradas evidências que a regulamentação da ANEEL contribuiu para a melhoria da qualidade da informação socioambiental. Entretanto, na presente investigação, devido as diferenças encontradas entre os segmentos, pode-se afirmar

que a regulação implementada pela ANEEL não contribuiu para essa melhora de forma igualitária, especialmente devido aos baixos índices verificados para o segmento de transmissão. Por conseguinte, os resultados da pesquisa, quando considerada uma análise comparativa dos segmentos da indústria, corrobora com a tese afirmativa de que “o segmento importa”. Por isso, para um melhor entendimento de determinada indústria, quando tratar-se de divulgação de informações socioambientais, deve-se analisar separadamente os seus segmentos.

Desse modo, tendo em mente as diferenças observadas quanto aos índices de atendimento, pode-se inferir que o fato de existir um modelo padronizado e obrigatório de divulgação não é garantia de uma melhor qualidade da informação. Esse fato pode ser explicado pela variabilidade de características existentes entre as concessionárias do SEB, mesmo entre aquelas que atuam no mesmo segmento (porte, visibilidade no mercado de capitais, controle acionário, idade, dentre outras). Assim, talvez seja interessante para o SEB o desenvolvimento de modelos flexíveis, os quais considerem por exemplo, o porte da empresa. (BRAGA et al., 2011; FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015).

Também como contribuição à teoria, verificou-se que esse estudo reforça os achados de outras pesquisas (GASPARINO; RIBEIRO, 2007; CARVALHO, 2007; CASTRO, 2008; ROCA; SEARCY, 2012; CALIXTO, 2013; LOZANO, 2013; ALAZZANI; WAN-HUSSIN, 2013; MARTINI JUNIOR; SILVA; MATTOS, 2014), as quais evidenciaram que a utilização das Diretrizes GRI tem sido parcial pelas empresas. Nesse sentido, os RDS apresentados pelas concessionárias do SEB, os quais adotam os princípios da GRI, deixaram de apresentar elementos dos **Conteúdos Padrão Gerais**, considerando a opção **Essencial** proposta pela GRI. Ressalta-se que o padrão **Essencial** representa o conteúdo mínimo que os relatórios de sustentabilidade devem divulgar, segundo a GRI (2013).

De igual modo, os resultados alinham-se aos de outras pesquisas (MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2012; CAMPOS JUNIOR; KASSAI, 2014; GARCIA et al., 2015), as quais identificaram que, apesar da regulação da divulgação socioambiental implementada pela ANEEL, as concessionárias apresentam diferenças quanto ao atendimento dos padrões de relato. No caso, do presente estudo, além das diferenças entre as concessionárias também foi identificado diferenças com significância estatística entre os segmentos do SEB.

Por último, como contribuição à Teoria da Contabilidade, baseado nas falhas encontradas, isto é, o atendimento parcial à um padrão mínimo de divulgação socioambiental, como se caracteriza a opção **Essencial** das Diretrizes GRI, versão G4, pode-se afirmar que o **Enfoque Ético** daquela teoria não está sendo atendido plenamente, haja vista que essa abordagem sustenta que a informação contábil deve ser justa, verdadeira e isenta de vieses (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012). De acordo com Iudícibus, Martins e Carvalho (2005, p. 14), é normal que alguns agentes possuam informações privilegiadas, contudo, faz-se necessário que “outros tenham o mínimo necessário para poder fazer inferências com relação à entidade”. Na presente investigação constatou-se que esse “mínimo necessário” não está sendo atendido pelas concessionárias e, conseqüentemente, os *stakeholders* não tem recebido informações básicas para avaliação do desempenho socioambiental das concessionárias do SEB.

5.3 LIMITAÇÕES DO TRABALHO

Dentre as limitações do trabalho, primeiramente pode-se destacar que a investigação se limitou a análise dos relatórios de uma única indústria brasileira, bem como a análise dos mesmos limitou-se apenas aos publicados em 2014. Além disso, apesar da obrigatoriedade de apresentação por parte das concessionárias, só foi possível analisar 27,1% dos relatórios devido a não disponibilidade dos demais na base de dados da ANEEL.

Outro fator limitador refere-se à impossibilidade de generalização dos resultados devido ao mencionado no parágrafo anterior e ao fato do SEB ser composto por 3.787 agentes atuando nos três segmentos analisados, sendo que foi possível avaliar os dados de 80 agentes dos 295 que exploram suas atividades sob o regime de serviços público. Ressalta-se que os comercializadores e demais agentes (PIE, Autoprodutores, Autorizados de Geração, Permissionárias de Distribuição) não integraram a população da pesquisa, haja vista que os mesmos não são obrigados a apresentar RDS.

Adicionalmente, a baixa taxa de sucesso na coleta dos RDS constatada para os segmentos de geração e transmissão apresenta-se como um fator limitante para obtenção de um quadro mais consistente sobre a divulgação das informações socioambientais nesses dois segmentos.

Por fim, cita-se a técnica utilizada, análise de conteúdo, a qual avaliou a presença e a ausência dos indicadores propostos, porém, se vale de julgamento qualitativo, dessa forma, sujeito a subjetividade do pesquisador.

5.4 SUGESTÃO PARA FUTURAS PESQUISAS

Como sugestão para futuras pesquisas recomenda-se a realização de estudos de caso ou multicase para obtenção de maior aprofundamento dessa questão no âmbito do SEB. Também poderiam ser realizadas comparações entre as concessionárias do SEB e de outros setores regulados, ou com concessionárias de energia elétricas de outros países.

De igual modo, pesquisas subsequentes poderiam tentar identificar fatores determinantes para as diferenças de atendimento às Diretrizes GRI, sobre os motivos dos baixos índices de atendimentos apresentados pelas concessionárias de transmissão.

Abordagens que utilizem análises dos conteúdos dos RDS com base na teoria da legitimidade, teoria da regulação, teoria dos *stakeholders* ou abordagens não convencionais poderiam encontrar resultados complementares à presente investigação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 (REVOGADA)**. Institui o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, englobando o Plano de Contas revisado, com instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas e financeiras. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/cedoc/res2001444.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Despacho ANEEL nº 3.034, de 21 de dezembro de 2006**. Institui um novo modelo do relatório denominado “Relatório de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica”, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/dsp20063034.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____. **Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010**. Institui a Contabilidade Regulatória e aprova alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2010396.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2015.

_____. **Informações Gerenciais**. Disponível em: <www.aneel.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. **Resolução Normativa 605, de 11 de março de 2014**. Aprova o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução Normativa nº 444, de 26 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2014605.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2015.

_____. **Portal da Geração**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/scg/>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

_____. **Central de Informações Econômico-Financeiras**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idarea=731>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

ALAZZANI, Abdulsamad; WAN-HUSSIN, Wan Nordin. Global Reporting Initiative's environmental reporting: A study of oil and gas companies. **Ecological Indicators**, v. 32, p. 19-24, 2013.

ALMEIDA, Marcos Machado de. Análise das Informações Sociais Ampliadas: Um estudo de casos do setor elétrico brasileiro. 2006. 203 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

AMINI, Mehdi; BIENSTOCK, Carol C. Corporate sustainability: an integrative definition and framework to evaluate corporate practice and guide academic research. **Journal of Cleaner Production**. v. 76, p. 12-19. 2014.

AMATO NETO, J. Os desafios da produção e do consumo sob novos padrões sociais e ambientais. In: _____. *Sustentabilidade e produção: teoria e prática para uma gestão sustentável*. São Paulo: Atlas, 2011. Cap. 1.

ANZILAGO, Marcielle. Mapeamento do *Global Report Initiative* nas cooperativas agropecuárias do estado do Paraná. 2015. 106 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ASIF, Muhammad; SEARCY, Cory; GARVARE, Rickard; AHMAD, Niaz. Including sustainability in business excellence models. **Total Quality Management & Business Excellence**. v. 22, n. 7, p. 773-786. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA (ABRADEE). **Setor elétrico: privatizações**. Disponível em: <<http://www.abradee.com.br/setor-eletrico/privatizacoes>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Porte da Empresa**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html>. Acesso em: 19 jan. 2016.

BARAKAT, Simone Ruchdi. Alinhamento entre responsabilidade social corporativa e estratégia: estudo do caso Itaú Unibanco. 2013. 149f. **Dissertação** - (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

BARROS, Claudio Marcelo Edward; CARVALHO, Luiz Carlos Augusto de; COSTA, Mayla Cristina. Risco regulatório no setor elétrico brasileiro: uma análise do efeito da Medida Provisória 579/2012. In: XXII Congresso Brasileiro de Custos, 22., 2015, Foz do Iguaçu. **Anais...** São Leopoldo: ABCustos, 2015. Disponível em: <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

BEUREN, Ilse Maria. Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. In: _____. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BMF&FBOVESPA. **Bolsa divulga 11ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/noticias>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

BRAGA, Célia et al. Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 4, n. 2, p. 230-262, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei 1.145, de 31 de dezembro de 1903. Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1904, e dá outras providencias.

Portal da Legislação, Brasília, DF, 31 dez. 1903. Disponível em: < http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1145&tipo_norma=LEI&data=19031231&link=s>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Lei Federal 8.031, de 12 de abril de 1990 (Revogada). Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 12 abr. 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm>. Acesso em: 14 jun. 2015.

_____. Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 13 fev. 1995. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm>. Acesso em: 14 jun. 2015.

_____. Lei Federal 9.074, de 07 de julho de 1995. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 07 jul. 1995. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9074cons.htm>. Acesso em: 14 jun. 2015.

_____. **Lei Federal 9.427, de 26 de dezembro de 1996**. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9427cons.htm>. Acesso em: 14 jun. 2015.

_____. **Lei Federal nº 12.783, de 11 janeiro de 2013**. Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/>. Acesso em: 14 dez. 2014.

BRUGNI, Talles Vianna et al. IFRIC 12, ICPC 01 e Contabilidade Regulatória: Influências na Formação de Tarifas do Setor de Energia Elétrica. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 7, n. 2, 2013.

CALIXTO, Laura; BARBOSA, Ricardo Rodrigues; LIMA, Marilene Barbosa. Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis versus internet. **Revista Contabilidade e Finanças**. Edição Especial, jun., 2007. p. 84-95.

CALIXTO, Laura. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **Revista de Administração**, v. 48, n. 4, p. 828-842, 2013.

CAMPOS JUNIOR, José Júlio Ferraz; KASSAI, José Roberto. Relatório de sustentabilidade GRI: um estudo no setor elétrico brasileiro. In: XVII ENGEMA, 17.,

2014, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/17/>>. Acesso em: 08 set. 2015.

CARROLL, Archie. Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. **The Academy of Management Review**. v. 4, n. 4, out., 1979. p. 497-505.

_____. The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**. v. 34. n.4. jul. – ago. 1991. p. 39–48.

_____. Corporate social responsibility: The centerpiece of competing and complementary frameworks. **Organizational Dynamics**. v. 44. 2015. p. 87-96.

CARVALHO, Fernanda de Medeiros. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Latino-Americanas. 2007. 140 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CASTRO, Nivalde José; BRANDÃO, Roberto; MARTELO JUNIOR, Ernesto. **Texto de Discussão do Setor Elétrico 40 – Pensando o fim das concessões do setor elétrico**. Rio de Janeiro: Gesel – UFRJ, 2011. Disponível em: <<http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/tdse/TDSE40.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

CASTRO, Fernanda Amorim Ribeiro de Castro. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da Global Report Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétricas sul americanas. 2008. 179f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CASTRO, Fernanda Amorim Ribeiro de; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul americano. In: XII Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: FGV, 2009. Disponível em: <<http://www.simpoi.fgvsp.br>>. Acesso em: 10 out. 2015.

CAVALCANTI, Teófilo de Holanda. O modelo institucional do setor elétrico brasileiro e a comercialização de energia: uma visão geral. In: NERY, Eduardo. Mercados e regulação de energia elétrica. Rio de Janeiro: Interciência, 2012. Cap. 12. p. 555-617.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL (CMEB). **Caminhos da modernização: cronologia da energia elétrica no Brasil (1879-2007)**. Rio de Janeiro: CMEB, 2007.

COCHRAN, Phillip L. The evolution of corporate social responsibility. **Business Horizons**, v. 50, n. 6, p. 449-454, 2007.

COLAUTO, Douglas Romualdo; BEUREN, Ilse Maria. Coleta, análise e interpretação dos dados. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. **Green Paper, Promoting a European Framework for Corporate Social Responsibility**. Bruxelas: Commission of the European Communities. 2001.

COMYNS, Breedta et al. Sustainability reporting: The role of “Search”, “Experience” and “Credence” information. In: Accounting Forum. Elsevier, 2013. p. 231-243.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS). **Linha do tempo da sustentabilidade**. Disponível em <<http://cebds.org.br/linha-do-tempo-da-sustentabilidade/>>. Acesso 28 Out. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução nº 1.003, de 19 de agosto de 2004**. Aprova a NBC T15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em:< <http://portalcfc.org.br/>>. Acesso em: 13 out. 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Qualis**. Disponível em:<
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

_____. **Cursos recomendados**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em 20 mar. 2016.

COOPER & LYBRAND. **Projeto de reestruturação do setor elétrico brasileiro**. Relatório consolidado da Etapa IV. Brasília: SEN/Eletróbrás, 1997.

CORREA, Maria Letícia. Contribuição para uma história da regulamentação do setor de energia elétrica no Brasil: o Código de Águas de 1934 e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. **Política & Sociedade**, n. 6, p. 255-291, 2005.

COSTA, Rodrigo Simão; MARION, José Carlos. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade e Finanças**, n. 43, p. 20-33, 2007.

COSTA, Danielle Martins Duarte; GOUVEIA, Francisco de Souza. Os efeitos da política tributária e da regulamentação econômica sobre as empresas do setor de energia elétrica no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Custos, 20., Uberlândia, 2013.

DAVID, Solange Mendes Geraldo Regazzi. Geração de energia elétrica no Brasil: uma visão legal-regulatória sobre os riscos para o desenvolvimento da atividade e mecanismos de incentivos estabelecidos pelo poder público. 2013. 163f.
Dissertação – (Mestrado em Engenharia Elétrica), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva. Análise da utilização dos indicadores do Global Report Initiative nos relatórios sociais em empresas brasileiras. 2006. 181 f.
Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em

Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DINIZ, Renato de Oliveira. Intervenção estatal no setor elétrico paulista: as grandes empresas e as grandes usinas – 1953/1997. 2011. 198 f. **Tese** (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DOILE, Gabriel Nasser Doyle. Regulação do setor elétrico: histórico, agência reguladora, atualidades e perspectivas futuras. In: NERY, Eduardo (Org.). **Mercados e regulação do setor elétrico brasileiro**. Rio de Janeiro: Interciência, 2012. Cap. 9. p. 469-481.

ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: M.Books, 2012.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **A questão socioambiental no planejamento da expansão da oferta de energia elétrica**. Rio de Janeiro: EPE, 2006.

ENGELMAN, Robert. Além do blablablá da sustentabilidade. In: Assadouran, Erik; Prugh, Tom. **Estado do mundo 2013: A Sustentabilidade Ainda é Possível?** Instituto Akatu: Salvador, 2013.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. Contabilidade de custos para gestão do meio ambiente. **Caderno de Estudos**, n. 12, p. 01-06, 1995.

FERREIRA-QUILICE, Thiago; CALDANA, Adriana Cristina Ferreira. Aspectos negativos no modelo de reporte proposto pela GRI: a opinião das organizações que reportam. **Revista de Administração - RAUSP**, v. 50, n. 4, p. 405-415, 2015.

FRAGOSO, Adriano Rodrigues; RIBEIRO FILHO, José Francisco; LIBONATI, Jeronymo José. Um estudo aplicado sobre o impacto da interdisciplinaridade no processo de pesquisa dos doutores em contabilidade no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 2, n. 1, p. 103-112, jan./abr. 2006.

FRIEDMAN, Milton. **The social responsibility of business is to increase its profits?** The New York Times Magazines. 1970. Disponível em: <<http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

GARCIA, Solange et al. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 67-94, 2015.

GASPARINO, Marcela Fernandes; RIBEIRO, Maísa de Souza. Análise de relatórios de sustentabilidade, com ênfase na GRI: comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos EUA e Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 1, n. 1, jan./abr., 2007.

GLOBAL REPORT INITIATIVE (GRI). **Diretrizes para relatos de sustentabilidade, versão G4:** princípios para relatos e conteúdo padrão. Amsterdã: GRI, 2013.

_____. **Sobre a GRI.** Disponível em: <
<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 14 out. 2015.

GÓIS, Allan Diógenes; DE LUCA, Márcia Martins Mendes; VASCONCELOS, Alessandra Carvalho de. Determinantes da divulgação dos indicadores de desempenho da GRI nas empresas do Brasil e da Espanha. **Revista Ambiente Contábil**, v. 7, n. 1, p. 155-175, 2015.

GONÇALVES, Luiz Cláudio. **Planejamento de Energia e metodologia de avaliação ambiental estratégica:** conceitos e práticas. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

GUBIANI, Clésia Ana; SANTOS, Vanderlei dos; BEUREN, Ilse Maria. Disclosure Ambiental das Empresas de Energia Elétrica Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 7, n. 2, 2013.

HAHN, Rüdiger; KÜHNEN, Michael. Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. **Journal of Cleaner Production**, v. 59, p. 5-21, 2013.

HENDRIKSEN, Eldon; VAN BREDA, Michael. **Teoria da contabilidade.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HOURNEAUX, Flavio et al. The use of environmental performance indicators and size effect: A study of industrial companies. **Ecological Indicators**, v. 36, p. 205-212, 2014.

IANNONE, Roberto Antônio. Evolução do setor elétrico paulista. 2006. 228 f. **Tese (Doutorado em História Econômica)** – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 38, p. 7-19, 2005.

JOSEPH, George. Ambiguous but tethered: an accounting basis for sustainability reporting. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 23, n. 2, p. 93–106. 2012.

KESSLER, Marcos Rodolfo. A regulamentação econômica do setor elétrico brasileiro: teoria e evidências. 2006. 160 f. **Dissertação (Mestrado em Economia)** – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LIMA, José Luiz. **Formação e desenvolvimento do setor de energia elétrica no Brasil republicano até a década de 1930.** In: Dias, Renato Feliciano (Org.). A

Eletróbrás e a história do setor de energia elétrica no Brasil. CMEB: Rio de Janeiro, 1995.

LOPES, Alessandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

LOZANO, Rodrigo. A tool for a graphical assessment of sustainability in universities (GASU). **Journal of Cleaner Production**, v. 14, n. 9, p. 963-972, 2006.

LOZANO, Rodrigo; HUISINGH, Don. Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, v. 19, n. 2, p. 99-107, 2011.

MACIEL, Carolina Veloso. Disclosure ambiental: um panorama evolutivo dos níveis de evidenciação de uma empresa do setor elétrico. 2012. **Dissertação** – (Mestrado em Ciências Contábeis), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

MARKARD, Jochen; RAVEN, Rob; TRUFFER, Bernhard. Sustainability transitions: An emerging field of research and its prospects. **Research Policy**, v. 41, n. 6, p. 955-967, 2012.

MARTINI JUNIOR, Luiz Carlos; SILVA, Elmo Rodrigues; MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira. Análise da Transparência Corporativa através dos Relatórios de Sustentabilidade com base na Global Reporting Initiative de Empresas do Setor Brasileiro de Energia Elétrica. **Sistemas & Gestão**, v. 9, n. 1, p. 34-46, 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEGGINSON, Leon; Mosley, Donald; Pietri, Paul. **Administração**: conceitos e aplicações. São Paulo: Harbra, 1998.

MENDONÇA, Leila Lobo; Brito, Marilza Elizardo. **Caminhos da Modernização: cronologia da energia elétrica no Brasil (1879-2007)**. Rio de Janeiro: CMEB, 2007.

MILNE, Markus J.; GRAY, Rob. W (h)ither ecology? The triple bottom line, the global reporting initiative, and corporate sustainability reporting. **Journal of Business Ethics**, v. 118, n. 1, p. 13-29, 2013.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). **Institucional**. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/web/guest/pagina-inicial>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Resolução CONAMA nº 001, de 26 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre as regras para avaliação do impacto ambiental conforme a política nacional de meio ambiente. Disponível em:<

<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MORAES, Eliene Aparecida; GONCALVES, Rodrigo de Souza; NIYAMA, Jorge Katsumi. Ambiente regulatório e evidenciação social: uma análise das divulgações de empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 8, n. 2, p. 218-243, 2015.

MOREIRA, Fabrício do Nascimento. Shadow Report: a informação socioambiental à sombra do disclosure contábil no setor elétrico. 2012. 163 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MORISUE, Heloisa Maria Motta; RIBEIRO, Maisa de Souza; PENTEADO, Isabela Alves de Moraes. A Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Brasileiras do Setor de Energia Elétrica. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 1, p. 165-196, 2013.

MOSEÑE, José A. et al. Environmental reporting in the Spanish wind energy sector: an institutional view. **Journal of Cleaner Production**, v. 40, p. 199-211, 2013.

MÜLLER, Arnaldo Carlos. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.

MÜLLER-MONTEIRO, Eduardo. Teoria de grupos de pressão e uso político do setor elétrico brasileiro. 2007. 151 f. **Dissertação** (Mestrado em Energia) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MURCIA, Fernando Da-Ri et al. 'Disclosure Verde' nas Demonstrações Contábeis: Características da Informação Ambiental e Possíveis Explicações para a Divulgação Voluntária. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 11, n. 1-2, 2008.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Ariovaldo. Fatores determinantes de disclosure voluntários de companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. v. 3, n. 2, maio-ago., p. 72-95, 2009.

NASCIMENTO, Luís Felipe. **Gestão Ambiental e sustentabilidade**. Brasília: MEC-UAB, 2008.

NOSSA, Valcemiro. Disclosure ambiental: uma análise de conteúdo dos relatórios de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 249 f. **Tese** (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, M. C. et al. Análise Segundo o Modelo de Hopkins das Ações de Responsabilidade Social Empresarial Evidenciadas nas Demonstrações Contábeis e Balanços Sociais – O Caso das Distribuidoras de Energia do Grupo Brasileiro Neoenergia. **Brazilian Business Review**, v. 3, n. 1, jan./jun., p. 32-45, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Guena. **Econômia do Meio Ambiente**. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio; TONETO JUNIOR. (Org.) Manual de Economia. 3. ed. São Paulo: Saraíva, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES Unidas (ONU). **The future we want** (Documento final da Conferência Rio + 20). Rio de Janeiro: ONU, 2012. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/>. Acesso em: 08 jan. 2015.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (ONS). **Institucional**. Disponível em: < http://www.ons.org.br/institucional_linguas/relacionamentos.aspx>. Acesso em: 14 dez. 2014.

PĂTĂRI, Satu et al.. Competitive and responsible? The relationship between corporate social and financial performance in the energy sector. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 37, p. 142-154, 2014.

PERKS, Keith et al.. Communicating responsibility-practicing irresponsibility in CSR advertisements. **Journal of Business Research**. v. 66. 2013. p. 1881–1888.

PINTO JUNIOR, Helder Queiroz; FIANI, Ronaldo. Regulação econômica. In: Kupfer, David; Hasenclerver, Lia (Org.). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. Cap. 22.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza: síntese para os tomadores de decisão**. Nairobi (Kenia): ONU, 2011.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Maysa de Sousa. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Alex Mussoi; VAN BELLEN, Hans Michael; DE CARVALHO, Luiz Nelson Guedes. **Regulamentar faz diferença? O caso da evidenciação ambiental**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 22, n. 56, p. 137-154, 2011.

ROCA, Laurence Clément; SEARCY, Cory. An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. **Journal of Cleaner Production**, v. 20, n. 1, p. 103-118, 2012.

ROCHA, Tatiana Aparecida Coelho. Análise dos relatórios GRI como uma ferramenta de mensuração da sustentabilidade empresarial. 2012. 247 f. **Dissertação** (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de

Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROSIM, Sidnei Olivieri. **Geração de energia elétrica: um enfoque histórico e institucional das questões comerciais no Brasil**. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado em Energia) – Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROVER, Suliani. Disclosure socioambiental e custo do capital próprio em companhias abertas no Brasil. 2013. 197f. **Tese** (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível?. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, p. 213-242, 1997.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental: instrumentos, esfera de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Clécio Fabricio. 1996. 135 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Social Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

SILVA, Lílían Simone Aguiar; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. Sustentabilidade empresarial e o impacto no custo de capital próprio das empresas de capital aberto. **Revista Gestão e Produção**. v.13, n.3, p.385-395, Set./Dez. 2006.

SILVA, Wendel Alex Castro. Investimento, regulação e mercado: uma análise de risco no setor elétrico brasileiro. 2007. 451 f. **Tese** (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

SILVA, Bruno Gonçalves. Evolução do setor elétrico brasileiro no contexto econômico nacional: uma análise histórica e econométrica de longo prazo. 2011. 162 f. **Dissertação** (Mestrado em Energia) – Programa de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SIMÕES, Sandra Catarina da Silva. A comunicação do desempenho social das empresas de prestação de serviços em Portugal. 2013. 107 f. **Dissertação** (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, 2012.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia; FERNANDES, Fernanda Silva. Balanços Sociais no Brasil: uma análise crítica das práticas corporativas. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 14, n. 2, p. 18-31, 2011.

SMITH, Adrian; VOß, Jan-Peter; GRIN, John. Innovation studies and sustainability transitions: The allure of the multi-level perspective and its challenges. **Research Policy**, v. 39, n. 4, p. 435-448, 2010.

SOUSA, Paulo Roberto Cavalcanti. Evolução da indústria de energia elétrica sob mudanças no ambiente de negócio: um enfoque institucionalista. 2002. 171 f. **Tese** (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SOUZA, Júlia Alves de; COSTA, Thiago de Mello Teixeira. Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento Sustentável: Conceitos, Práticas e Desafios para a Contabilidade. **Revista Organizações em Contexto**, v. 8, n. 15, p. 213-238, 2012.

STEVENSON, William. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

TAFFAREL, Marinês; SILVA, Wesley Vieira; CLEMENTE, Ademir. Risco regulatório e reação do mercado: análise do setor de energia elétrica brasileiro. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 1, p. 121-134, jan./mar., 2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

VAN BELLEN, Hans Michael. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE**, v. 2, n. 1, p. 01-14, 2004.

VEIGA, José Ely. Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 4, p. 421-435, out./dez. 2009.

_____. O âmago da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 82, p. 7-23, 2014.

VELEVA, Vesela; ELLENBECKER, Michael. Indicators of sustainable production: framework and methodology. **Journal of Cleaner Production**, v. 9, n. 6, p. 519–549. 2001.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. Informação Contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais. São Paulo: Atlas, 2006.

WORLD COMISSION ON ENVIROMENTAL AND DEVELOPMENT (WCED). **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: 27 out. 2014.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark; PARNELL, John. **Administração estratégica: conceitos**. São Paulo: Atlas, 2000.

GLOSSÁRIO

Agente de comercialização - Titular de autorização, concessão ou permissão para fins de realização de operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Agente de distribuição - Titular de concessão ou permissão para distribuição de energia elétrica a consumidor final ou a Unidade Suprida, exclusivamente de forma regulada.

Agente de geração - Titular de concessão, permissão ou autorização para fins de geração de energia elétrica.

Agência Nacional de Águas (ANA) - Instituída em junho de 2000, a agência é uma autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. É responsável pela implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos e por aplicar a Lei das Águas (1997), que disciplina o uso dos recursos hídricos no país.

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - Autarquia em regime especial, vinculada ao MME, criada em dezembro de 1996. A agência regula e fiscaliza as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Também media conflitos entre consumidores e agentes do mercado e entre os próprios agentes; concede, permite e autoriza instalações e serviços de energia; homologa reajustes tarifários; assegura a universalização e a qualidade adequada dos serviços prestados, e estimula investimentos e a competição entre os agentes do setor.

Autoprodutor - Pessoa física ou jurídica ou empresas reunidas em consórcio que recebam concessão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao seu uso exclusivo, podendo, mediante autorização da ANEEL, comercializar seus excedentes de energia.

Autorizado - Delegação para fins de prestação de serviços de competência da União, pelo Poder Concedente, por prazo reduzido e em caráter excepcional.

Emissões Antropogênicas – são aquelas originadas dos processos e das atividades humanas, em oposição às oriundas das atividades naturais do planeta.

Autorizada - Agente titular de autorização federal para prestar o serviço público de geração ou comercialização de energia elétrica.

Balanco Energético Nacional - Documento produzido anualmente pela Secretaria de Energia do MME com o objetivo de apresentar os fluxos energéticos das fontes

primárias e secundárias de energia, desde sua produção até o consumo final, nos principais setores da economia.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) - Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, segundo esta Convenção, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os Agentes da CCEE, restritas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cuja criação foi autorizada nos termos do art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) - Valor pago pelas concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia elétrica, a título de compensação pelo uso dos recursos hídricos com esta finalidade. A cobrança equivale a 6,75% do valor da energia gerada e o valor arrecadado é gerenciado pela Aneel. Municípios atingidos por barragens (com a construção de usinas) ficam com 45% do total arrecadado. Igual montante é destinado aos estados onde se localizam as represas. Os 10% restantes são encaminhados à União.

Concessão de serviço público de energia elétrica - É a delegação de sua prestação, feita pelo Poder Concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta e por prazo determinado.

Concessionária de serviço público - Agente titular de serviço público federal delegado pelo poder concedente mediante licitação (concorrência). As concessionárias podem ser geradoras, distribuidoras ou transmissoras de energia.

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) - Criada em 1961, a Eletrobrás é uma empresa pública, vinculada ao MME. Holding das concessionárias federais de geração e transmissão de energia elétrica, a Eletrobrás tem como subsidiárias a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). Possui metade do capital de Itaipu Binacional. Congrega, ainda, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) e opera os programas do governo na área de energia como o Procel, Luz no Campo e Reluz.

Distribuidora - Agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica.

Fontes Renováveis de Energia (Fontes Alternativas) - Recursos naturais e renováveis que podem ser aproveitadas para geração de energia elétrica como os ventos, a força das marés, a biomassa e a luz solar. Por serem naturais, o processo de geração de energia é menos poluente que o das fontes tradicionais, como os combustíveis.

Greenwashing (Lavagem verde) - Usado para descrever o ato de enganar os consumidores sobre as práticas ambientais de uma empresa ou os benefícios ambientais de um produto ou serviço.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - Lançado em 2005, pela Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), o ISE oferece um indicador para as ações de empresas comprometidas com a responsabilidade social e a sustentabilidade e que promovam boas práticas de governança corporativa.

KiloWatt (kW) - Unidade de potência. Um kW representa 1.000 watts. O consumo de energia elétrica é representado pelo número de kW gastos em um período de 1 hora (kWh). O MegaWatt (MW) possui 1 milhão de Watts. O GigaWatt (GW) representa um bilhão de Watts. O TeraWatt (TW) possui um trilhão de Watts.

Linha de Transmissão (LT) - Linha elétrica destinada à transmissão de energia elétrica.

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) - Estabelece as práticas e orientações contábeis necessárias às concessionárias e permissionárias de serviço público de transmissão e de distribuição de energia elétrica para registro contábil de suas respectivas operações e elaboração de demonstrações contábeis, de forma a atender as necessidades regulatórias.

Pequena Central Hidroelétrica (PCH) - Empreendimento hidrelétrico com potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW.

Produtor Independente de Energia (PIE) - Criado pela Lei 9.074, de 1996 (Art. 11 e 12), que prevê condições especiais para os produtores independentes baseados em unidades de cogeração. É a pessoa jurídica ou empresas reunidas em consórcio que recebam concessão ou autorização do poder concedente para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco.

Receita Anual Permitida (RAP) - Receita anual a que a concessionária tem direito pela prestação do serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão.

RESEB - Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro, desenvolvido de agosto de 1996 a novembro de 1998, pela consultoria internacional Coopers & Lybrand. O estudo sugeria a desverticalização das atividades das empresas do setor, com as atividades de geração e distribuição privatizadas e manutenção dos serviços de transmissão como monopólio estatal. O projeto não chegou a ser concluído.

Sistema Interligado Nacional (SIN) - Instalações responsáveis pelo suprimento de energia elétrica a todas as regiões eletricamente interligadas. É formado pelas empresas geradoras do Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte, com potência instalada de 67.987 MW. Até o final do ano de 2000, a rede de transmissão era formada por 70 mil quilômetros de linhas de transmissão, de acordo com dados do ONS. Isso permite a integração eletroenergética entre os sistemas de produção e a transmissão para o suprimento do mercado consumidor.

Transmissora - Concessionária de serviço público de transmissão ou equiparada a concessionária de serviço público de transmissão, conforme §7º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Usina Hidrelétrica (UHE) - Central que utiliza a energia mecânica da água para girar as turbinas e gerar energia elétrica.

Usina Nuclear - Central termelétrica que utiliza reação nuclear como fonte para geração de energia elétrica.

Usina Térmica (UTE) - Central na qual a energia química, contida em combustíveis fósseis, é convertida em energia elétrica.

APÊNDICE 1 – DOCUMENTOS IMPORTANTES PARA SUSTENTABILIDADE

Documentos	Ano	Descrição
<i>Silent Spring</i>	1962	Livro escrito por Rachel Carson sobre o impacto da indústria química no ambiente das aves, sendo um dos mais importantes para o movimento ambientalista.
<i>The Limits to Growth.</i>	1972	Publicação do primeiro relatório do Clube de Roma, denominado <i>The Limits to Growth</i> , o qual aborda os perigos do crescimento exponencial da população mundial considerando recursos naturais finitos na terra.
Diretrizes da OCDE para Multinacionais	1976	Recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) às empresas multinacionais para uma conduta socialmente responsável na condução de suas atividades.
<i>Our common future</i>	1987	Também conhecido como Relatório Brundtland que aponta incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes. O documento cunhou o conceito clássico de desenvolvimento sustentável: <i>aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.</i>
Carta do Rio	1992	Documento composto por 27 princípios sobre o desenvolvimento sustentável assinado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNUMAD), a Rio 92, realizada em 1992.
Agenda 21	1992	Trata-se de um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos celebrado durante a Rio 92. O documento contém diretrizes para o planejamento de ações sustentáveis que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.
Carta da Terra	1997	Declaração de princípios (respeitar e cuidar da comunidade de vida; integridade ecológica; justiça social e econômica; democracia, não-violência e paz) que busca inspirar todos os povos para a construção de uma sociedade sustentável.
Protocolo de Kioto	1997	Protocolo Internacional com compromissos para redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa.
Pacto Global	1999	Dez princípios ligados a direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate a corrupção, aliando negócios a desenvolvimento sustentável.
Metas do Milênio	2000	Documento que congrega várias metas estabelecidas durante as conferências da ONU realizadas na década de 1990. Fixa o estabelecimento de 08 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).
Princípios do Equador	2002	Princípios definidos pelo <i>International Finance Corporation (IFC)</i> que estabelecem critérios de sustentabilidade para a projetos como condicionantes à concessão de financiamento.
<i>The future we want</i>	2012	Trata-se do documento final da Conferência Rio + 20 que ressalta os esforços para a construção de um desenvolvimento sustentável.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	2015	Documento idealizado durante a Conferência Rio + 20 e aprovado 03 anos após na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Essa agenda consiste em uma Declaração com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) composto por 169 metas.

FONTE: Adaptado de Rocha (2012).

APÊNDICE 2 – EMPRESAS CUJOS RELATÓRIOS FORAM ANALISADOS

Cód.	Segmento	Concessionária
G01	Geração	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
G02	Geração	Norte Energia S.A.
G03	Geração	Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco
G04	Geração	Copel Geração e Transmissão S.A.
G05	Geração	ELETROBRAS Eletronuclear
G06	Geração	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
G07	Geração	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
G08	Geração	Furnas Centrais Elétricas S.A.
G09	Geração	ITAIPÚ Binacional
G10	Geração	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
G11	Geração	Companhia Energética de São Paulo
G12	Geração	Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – Endesa CDSA
G13	Geração	Light Energia
G14	Geração	Celesc Geração S.A
G15	Geração	Energest S.A.

Cód.	Segmento	Concessionária
T01	Transmissão	Amazônia-Eletronorte Transmissora de Energia S.A.
T02	Transmissão	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
T03	Transmissão	Brilhante II Transmissora de Energia S.A.
T04	Transmissão	Brilhante Transmissora de Energia S.A.
T05	Transmissão	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP)
T06	Transmissão	Costa Oeste Transmissora S.A.
T07	Transmissão	Evrecy Participações Ltda
T08	Transmissão	Interligação Elétrica Elétrica Serra do Japi S.A
T09	Transmissão	Interligação Elétrica Sul S.A
T10	Transmissão	LT Triângulo S.A.
T11	Transmissão	Linhas de Transmissão de Montes Claros Ltda.
T12	Transmissão	Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.
T13	Transmissão	Companhia Transleste de Transmissão

Cód.	Segmento	Concessionária
D01	Distribuição	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
D02	Distribuição	AES Sul Distribuidora de Energia S.A.
D03	Distribuição	Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
D04	Distribuição	Ampla Energia e Serviços S.A.
D05	Distribuição	EDP Bandeirantes

Cód.	Segmento	Concessionária
D06	Distribuição	Boa Vista Energia S.A. – (BOVESA)
D07	Distribuição	Empresa Elétrica Bragantina S.A.
D08	Distribuição	Caiuá - Distribuição de Energia S.A.
D09	Distribuição	CEB Distribuição S.A.
D10	Distribuição	CEEE Distribuição S.A.
D11	Distribuição	CELESC Distribuição S.A.
D12	Distribuição	CELG Distribuição S.A.
D13	Distribuição	Centrais Elétricas do Pará S.A.
D14	Distribuição	Companhia Energética de Pernambuco
D15	Distribuição	Companhia Energética do Maranhão S.A.
D16	Distribuição	CEMIG Distribuição S.A.
D17	Distribuição	Centrais Elétricas do Piauí S.A. - (CEPISA)
D18	Distribuição	Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – (CERON)
D19	Distribuição	Companhia Força e Luz do Oeste - (CFLO)
D20	Distribuição	Companhia Hidroelétrica São Patrício – (CHESP)
D21	Distribuição	Companhia. Nacional de Energia Elétrica – (CNEE)
D22	Distribuição	Companhia Campolarguense de Energia – (COCEL)
D23	Distribuição	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - (COELBA)
D24	Distribuição	Companhia Energética do Ceará - (COELCE)
D25	Distribuição	Cooperativa Aliança – (Cooperaliança)
D26	Distribuição	COPEL Distribuição S.A.
D27	Distribuição	Companhia Energética do Rio Grande do Norte - (COSERN)
D28	Distribuição	CPFL Paulista S.A.
D29	Distribuição	CPFL Jaguari S.A.
D30	Distribuição	CPFL Leste Paulista S.A.
D31	Distribuição	CPFL Mococa S.A.
D32	Distribuição	CPFL Piratininga S.A.
D33	Distribuição	CPFL Santa Cruz S.A.
D34	Distribuição	CPFL Sul Paulista S.A.
D35	Distribuição	DME Distribuição S.A.
D36	Distribuição	Departamento Municipal de Energia de Ijuí – (DEMEI)
D37	Distribuição	Empresa de Distribuição de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A.
D38	Distribuição	Empresa Luz e Força Santa Maria
D39	Distribuição	Empresa Força e Luz João Cesa
D40	Distribuição	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
D41	Distribuição	Eletrobras Distribuição Acre – (ELETROACRE)
D42	Distribuição	Centrais Elétricas Carazinho S.A.
D43	Distribuição	ENERGISA Mato Grosso do Sul – (ENERSUL)
D44	Distribuição	ENERGISA Mato Grosso – (CEMAT)

Cód.	Segmento	Concessionária
D45	Distribuição	ENERGISA Tocantins
D46	Distribuição	EDP Escelsa
D47	Distribuição	Força e Luz Coronel Vivida Ltda. – (FORCEL)
D48	Distribuição	Iguaçu Distribuidora de Energia Ltda.
D49	Distribuição	LIGHT Serviços de Eletricidade S.A.
D50	Distribuição	Empresa Muxfeldt, Marin e Cia Ltda.
D51	Distribuição	Rio Grande Energia - (RGE)
D52	Distribuição	Nova Palma Energia

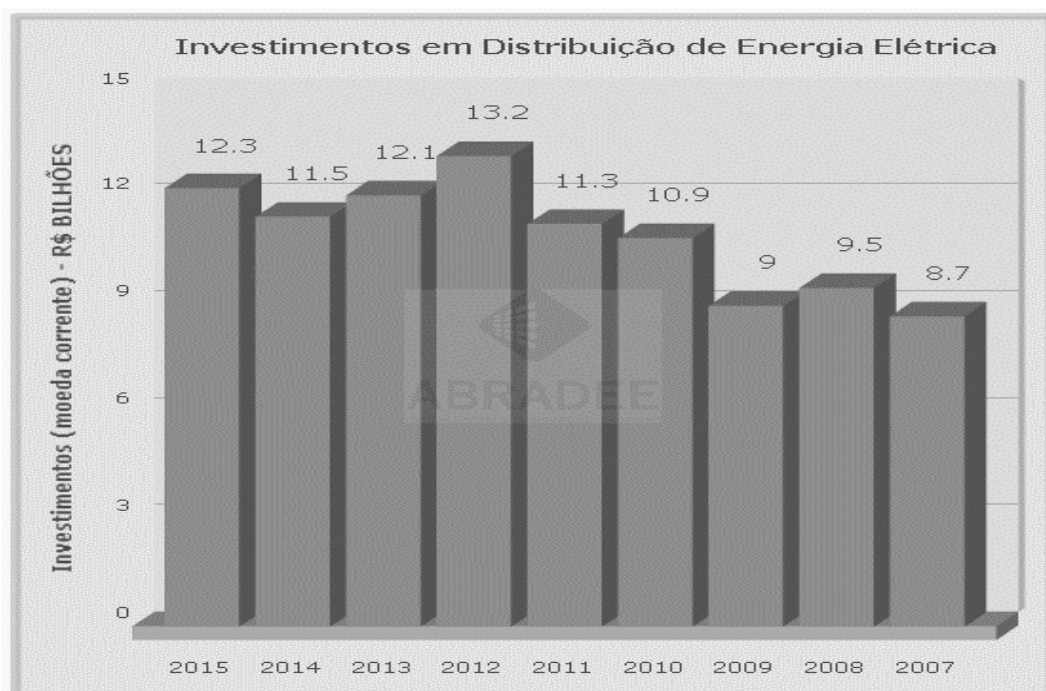
ANEXO 1 – INVESTIMENTOS NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Investimentos do setor

A realidade da Distribuição de Energia Elétrica é a de um setor totalmente regulado, com desafios proporcionais ao tamanho de nosso país e à dispersão territorial da população brasileira. É dever das Distribuidoras, a despeito de peculiaridades regionais, zelar pelo melhor fornecimento de energia elétrica. A ABRADÉE defende e incentiva a persecução desse objetivo a cada dia.

Universalizar o acesso à energia elétrica de qualidade é a nossa meta, da qual estamos muito próximos; para tanto, o setor de Distribuição investiu, em 2015, aproximadamente 12,3 Bilhões de reais em compra de novos equipamentos, treinamento de pessoal, conscientização da população sobre cuidados com a rede elétrica, expansão da rede, atendimento aos consumidores, combate a furtos e fraudes, etc.

Mesmo com cenários instáveis na política e na economia, com altos preços para compra de energia, altos riscos de sobrecontratação e grande incidência de encargos e tributos (vide nossa seção de tarifas), é objetivo das Distribuidoras brasileiras a manutenção da qualidade dos serviços prestados, sendo uma das concessões de serviço público mais funcionais e reconhecidas de nosso país.



FONTE: ABRADÉE (2016).

ANEXO 2 – RESOLUÇÃO ANEEL Nº 444/2001.

AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL
RESOLUÇÃO Nº 444, DE 26 DE OUTUBRO DE 2001

Institui o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, englobando o Plano de Contas revisado, com instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas e financeiras.

O DIRETOR-GERAL DA AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nos incisos IV, XIV, XV e XXXVII do art. 4º, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta do Processo nº 48300.002410/01-07, e considerando que:

o atual Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, estabelecido pela Resolução Aneel nº 1, de 24 de dezembro de 1997, requer atualização em face das alterações na legislação em geral e nos regulamentos do serviço público de energia elétrica;

os agentes do serviço público de energia elétrica têm apresentado sugestões que visam a harmonização das práticas contábeis adotadas pelas diversas entidades que as orientam, tais como a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e o International Accounting Standards Committee - IASC; e

a proposta final da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFP, que promoveu a consolidação e melhoria do Plano de Contas, recomenda a criação de um Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPE, englobando o Plano de Contas revisado, inclusive com acréscimo de instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas e financeiras, bem como de responsabilidade social, resolve:

Art. 1º Instituir o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPE, a ser utilizado a partir de 1º de janeiro de 2002, obrigatoriamente, pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica e, opcionalmente, pelos produtores independentes e autorizados.

§ 1º Os produtores independentes deverão adotar as mesmas taxas de reintegração estabelecidas para as concessionárias, conforme definido no MCSPE.

§ 2º No caso dos produtores independentes e autoprodutores com bens e instalações passíveis de reversão à União, o cadastramento e controle desses ativos deverá observar os mesmos procedimentos definidos para as concessionárias do serviço público de energia elétrica, conforme regulamentação específica.

Art. 2º O Manual de Contabilidade aprovado por esta Resolução está disponível na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no endereço SGAN Quadra 603, Módulos I e J - CEP 70830-030 em Brasília - DF e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br, e, adicionalmente, será encaminhado formalmente a todas as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica, bem como aos produtores independentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE MARIO MIRANDA ABDÓ

ANEXO 3 – DESPACHO ANEEL 3.034/2006.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

DESPACHO Nº 3034 , DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Resolução nº 473, de 6 de março de 2006, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 1º e incisos I e III do art. 3º da Constituição Federal, no art. 2º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nos incisos IX, XVI, XXIII e XXV do art. 4º, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 06 de outubro de 1997, e o que consta do Processo nº 48500.003644/04-98, e considerando a necessidade de proceder ajustes e adequações no Relatório de Responsabilidade Social Empresarial, constante do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, às especificidades do setor elétrico, resolve: I – aprovar alterações no referido Manual, instituindo um novo modelo do relatório denominado “Relatório de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica”, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007, conforme consta do Anexo único deste Despacho; II – informar que o referido Anexo está disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br e no endereço da ANEEL, SGAN – Quadra 603 – Módulo I – Brasília – DF; e III – este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GANIM